

todos os campos de atuação o Mackenzie sempre trabalha no sentido de se atualizar, tendo ciência de suas origens e valores. Esse curso também traz um exemplo claro da mescla da história da cidade e da universidade ao lembrarmos que o primeiro engenheiro formado na instituição foi o responsável pela planta geral de São Paulo em 1902, um mapa completo da área urbana na época.

Vale salientar outra curiosidade desta escola – dentre tantos outros exemplos, que, em 1932, na Escola de Engenharia, passa a existir o curso de Engenharia Aeronáutica, que foi descontinuado por falta de habilitação reconhecida, mas que gerou a criação do Club Mackenzie de Planadores, fundado pelo irmão de Santos Dumont, Henrique Santos Dumont.

A indústria, o comércio e os serviços estiveram sempre presentes no crescimento desta cidade que continua sendo a mola propulsora do Brasil. Da mesma forma, o Mackenzie está sempre presente no desenvolvimento dessa cidade que não dorme e que, como uma locomotiva, ajuda o País a ser uma força como nação.

A *Coleção 150 anos de Mackenzie e a cidade de São Paulo* é composta por livros escritos por professores das Unidades Acadêmicas da Universidade Presbiteriana Mackenzie e personalidades de relevância, nos diversos campos do conhecimento compreendidos por estas, em comemoração ao sesquicentenário da instituição.

As obras contemplam as relações e a participação dos cursos dessas unidades no processo de construção da cidade de São Paulo nesse período, a contar da criação da Escola Americana em 1870, por meio de abordagens específicas para cada curso, relacionadas com a temática Educação, Cidade e Sociedade.

Ajudar a dar vida a um livro que tem a intenção de apresentar a participação de duas unidades com extrema importância na história dos 150 anos do Mackenzie é um dos desafios mais interessantes que pode existir, desde as dificuldades de cumprir prazos e ao mesmo tempo conseguir informações que fossem relevantes e que coubessem em certa quantidade de páginas, permitindo ao leitor ter noção da real importância e do impacto dos cursos das engenharias e de gestão (Administração, Ciências Contábeis e Economia) para cidade de São Paulo. Foi um privilégio entender como essa Universidade conseguiu, como um ser vivo e empreendedor, ir se adaptando e se transformando, à medida que a cidade também ia se modificando, nas mudanças comerciais e de negócios e quanto ao espectro de sua população, com a chegada de povos diferentes, com novas demandas e necessidades dessas populações. Perceber toda essa realidade é o desafio que este livro te convida a viver.

Trazendo na sua apoteose um exercício do que será a cidade de São Paulo nos próximos 150 anos, esperando que nossos colegas possam, em 2170, traçar um comparativo com nosso material e avançar mostrando que ser mackenzista é mais do que apenas ser aluno, professor ou funcionário de uma instituição educacional confessional – é fazer parte de uma família que construiu 150 anos de história no Brasil a partir da cidade de São Paulo. Também significa que vivemos duas pandemias, guerras, revoluções e sempre lutamos para formar pessoas e cidadãos que fizessem a diferença para uma cidade e um país melhores.

COLEÇÃO 150 ANOS DE  
MACKENZIE E A  
CIDADE DE SÃO PAULO

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E ECONOMIA

Fragoso • Scarano

# INDÚSTRIA, COMÉRCIO E ECONOMIA

## 150 anos de Mackenzie e a cidade de São Paulo

Nelson Destro Fragoso  
Paulo Rogério Scarano

**ORGANIZADORES**

 Editora  
**Mackenzie**

**150** anos  
1870 - 2020

Este livro é pensado de maneira a entendermos o momento em que o Mackenzie entrou na história do Brasil por meio da cidade de São Paulo. Começamos o livro permitindo ao leitor uma viagem no tempo, voltando a 1532, quando São Vicente foi fundada, quase 350 anos antes da chegada do Mackenzie em território brasileiro, e nesse caminhar entendendo as transformações que ocorreram nesse período, chegando a 1870, quando a cidade de São Paulo estava em uma fase importante de crescimento, com a recém-criada primeira ferrovia, batizada de São Paulo Railway, posteriormente a Estrada de Ferro Sorocabana.

O Mackenzie começou suas atividades em meio a uma turbulência social que eclodiu em 1888, com a abolição da escravidão.

A semente de uma instituição que se tornou uma família com um espírito único mackenzista havia sido lançada em terra fértil e chega a estes 150 anos de vida e de história com muita coisa para contar. Vanguarda, associada com empreendedorismo, inovação e sem perder os princípios éticos e morais de vista, foi e sempre será o lema de uma escola de negócios que entendeu o princípio de associar tradição e pioneirismo. Assim como foi dentro das engenharias, que hoje detêm uma das referências em pesquisa de vanguarda no mundo, o Grafeno.

Para entendermos a importância da escola de engenharias do Mackenzie, precisamos voltar no tempo e pensar que a vanguarda de criar um curso de Engenharia Civil em 1896 que consegue se manter até os anos de 2020 como um dos cursos com mais procura na cidade mostra como em

# **INDÚSTRIA, COMÉRCIO E ECONOMIA**

---

150 ANOS DE MACKENZIE E  
A CIDADE DE SÃO PAULO

## **CONSELHO DE CURADORES**

Presidente	<i>Rev. Juarez Marcondes Filho</i>
Vice-Presidente	<i>Renato Laranjo Silva</i>
Secretário	<i>Rev. Cid Pereira Caldas</i>
Membro Nato	<i>Rev. Roberto Brasileiro Silva</i>
Membros	<i>Antônio César de Araújo Freitas</i> <i>Carlos César Bof Bufon</i> <i>Rev. Paulo César Diniz de Araújo</i>

## **CONSELHO DELIBERATIVO**

Presidente	<i>Hesio Cesar de Souza Maciel</i>
Vice-Presidente	<i>Rev. Cid Pereira Caldas</i>
Primeiro Secretário	<i>Adilson Vieira</i>
Segundo Secretário	<i>Antônio César de Araújo Freitas</i>
Vogal	<i>Rev. Roberto Brasileiro Silva</i>
Vogal	<i>Carlos César Bof Bufon</i>
Membros	<i>Rev. Alcyon Vicente P. C. Júnior</i> <i>Anizio Alves Borges</i> <i>Antônio Cabrera Mano Filho</i> <i>Claudson Roberto Lima Xavier</i> <i>Ednilton G. de Soarez</i> <i>Ernesto de Jesus Herrera</i> <i>Rev. Juarez Marcondes Filho</i> <i>Mauricio Melo de Meneses</i> <i>Milton Flávio Moura Nehemias Curvelo Pereira</i> <i>Rev. Paulo César Diniz de Araújo</i> <i>Renato Laranjo Silva</i>



## **INSTITUTO PRESBITERIANO MACKENZIE**

Chanceler

*Rev. Robinson Grangeiro Monteiro*

Diretor Presidente

*José Inácio Ramos*

Diretor de Desenvolvimento

Humano e Infraestrutura

*José Francisco Hintze Júnior*

Diretor de Finanças e Suprimentos

*José Paulo Fernandes Jr.*

Diretor de Educação

*Ciro Aimbiré de Moraes Santos*

Diretor de Estratégia e Negócios

*André Ricardo de Almeida Ribeiro*

Diretor de Saúde

*Luiz Roberto Martins Rocha*

## **UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE**

Reitor	<i>Marco Tullio de Castro Vasconcelos</i>
Chefe de Gabinete da Reitoria	<i>Wallace Tesch Sabaini</i>
Pró-Reitor de Controle Acadêmico (PRCA)	<i>Cleverson Pereira de Almeida</i>
Pró-Reitor de Extensão e Cultura (PREC)	<i>Marcelo Martins Bueno</i>
Pró-Reitora de Graduação (PRGA)	<i>Janette Brunstein</i>
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação (PRPG)	<i>Felipe Chiarello de Souza Pinto</i>
Pró-Reitor de Planejamento e Administração (PRPA)	<i>Luiz Carlos Lemos Júnior</i>

## **UNIDADES ACADÊMICAS**

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS)	<i>Berenice Carpigiani</i>
Centro de Comunicação e Letras (CCL)	<i>Marcos Nepomuceno Duarte</i>
Centro de Ciências Sociais e Aplicadas (CCSA)	<i>Claudio Parisi</i>
Centro de Ciências e Tecnologia (CCT)	<i>Anaor Donizetti Carneiro da Silva</i>
Centro de Educação, Filosofia e Teologia (CEFT)	<i>Mário Sérgio Batista</i>
Escola de Engenharia (EE)	<i>Marcos Massi</i>
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU)	<i>Angélica Benatti Alvim</i>
Faculdade de Computação e Informática (FCI)	<i>Nizam Omar</i>
Faculdade de Direito (FDir)	<i>Gianpaolo Poggio Smanio</i>

# INDÚSTRIA, COMÉRCIO E ECONOMIA

---

150 ANOS DE MACKENZIE E  
A CIDADE DE SÃO PAULO

Organizadores

*Nelson Destro Fragoso*  
*Paulo Rogério Scarano*



**EDITORA DA UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE**

Reitor *Marco Tullio de Castro Vasconcelos*

Coordenador *John Sydenstricker-Neto*

Conselho Editorial *Carlos Guilherme Santos Seroa da Mota*  
*Elizeu Coutinho de Macedo*  
*Helena Bonito Couto Pereira*  
*João Baptista Borges Pereira*  
*Jônatas Abdias de Macedo*  
*José Francisco Siqueira Neto*  
*José Paulo Fernandes Júnior*  
*Karl Heinz Kienitz*  
*Luciano Silva Marcel Mendes*  
*Vladimir Fernandes Maciel*

## **COMISSÃO DO SESQUICENTENÁRIO**

Relator

*Rev. Cid Pereira Caldas  
Antônio Cabrera Mano Filho  
Maurício Melo de Meneses*

## **COLEÇÃO 150 ANOS DE MACKENZIE E A CIDADE DE SÃO PAULO**

### **GRUPO OPERACIONAL**

Coordenação Geral

*Celso Lomonte Minozzi*

Coordenação Geral

*Eduardo Castedo Abrunhosa*

Responsáveis Impressos

*Rafael Manzo e Maria Teresa de S. e Breia*

### **UNIDADES**

Representante CCBS

*Paola Biselli Ferreira*

Representante CCL

*Andre Cioli Taborda Santoro*

Representante CCSA

*Nelson Destro Fragoso*

Representante CCT

*Gilson Alberto Novaes*

Representante CEFT

*Marcelo Martins Bueno e Marili M. S. Vieira*

Representante EE

*Orlando Monezi Junior*

Representante FAU

*Eunice Helena S. Abascal*

Representante FCI

*Arnaldo R. de Aguiar V. Filho*

Representante FDIR

*Ana Claudia Silva Scalquette*

### **APOIO GRUPO OPERACIONAL**

Bolsista Mestranda PPG-EACH

*Débora Setton*

Bolsista Mestranda PPG-FAU

*Isabella Gadotti Narciso Bolsista*

Mestranda PPG-FAU

*Thaty Tamara Baldini Galvão*

Bolsista Mestranda PPG-Letras

*Giovanna Rodel Prado*



© 2021

Todos os direitos reservados à Editora Mackenzie. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Mackenzie.

Coordenação editorial  
Projeto gráfico  
Copidesque  
Diagramação  
Revisão  
Adaptação de capa e ePub  
Estagiária editorial  
Responsável técnico

*Millena Tafner Silva*  
*Estúdio Osch*  
*Alessandra Biral*  
*Libro Comunicação*  
*Hebe Ester Lucas*  
*Pedro Pancheri*  
*Julia Lins Reis*  
*Andréia Ferreira Cominetti*

#### **DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**

142 Indústria, comércio e economia: 150 anos de Mackenzie e a cidade de São Paulo / organizadores Nelson Destro Fragoso e Paulo Rogério Scarano – 1. ed. – São Paulo : Editora Mackenzie, 2021.  
172 p : il.; 23 cm. (Coleção 150 anos de Mackenzie e a cidade de São Paulo; v.2)

Inclui referências bibliográficas.  
ISBN 978-

1. Economia. 2. Comércio. 3. Indústria. 4. São Paulo. I. Fragoso, Nelson Destro, *organizador*. II. Scarano, Paulo Rogério, *organizador*. V. Título. VI. Série.

CDD 330

Bibliotecária Responsável: Paola Damato - CRB 8/6271

#### **EDITORA MACKENZIE**

Rua da Consolação, 930 – Edifício João Calvino – São Paulo - SP – CEP 01302-907  
+55 (11) 2114-8774 (editorial) | editora@mackenzie.br | mackenzie.br/editora

#### **EDITORA AFILIADA**

# **INDÚSTRIA, COMÉRCIO E ECONOMIA**

---

150 ANOS DE MACKENZIE E  
A CIDADE DE SÃO PAULO

**Diretores do CCSA envolvidos nas comemorações dos 150 anos**

Prof. Dr. Adilson Aderito da Silva

Prof. Dr. Claudio Parisi

**Representante do CCSA nas comemorações dos 150 anos**

Prof. Dr. Nelson Destro Fragoso

Prof. Dr. Sérgio Silva Dantas

# SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	<b>11</b>
<i>Júlio Campos</i>	
<b>1. Os primórdios da indústria, do comércio e da economia na cidade de São Paulo antes de 1870</b> .....	<b>15</b>
<i>Daniel Carvalho de Paula</i>	
<b>2. O desenvolvimento da indústria na cidade de São Paulo: de 1870 a 2020</b> . .	<b>33</b>
<i>Oswaldo Ramos Tsan Hu, Antônio Gonçalves de Mello Junior</i>	
<b>3. O desenvolvimento do comércio na cidade de São Paulo: de 1870 a 2020</b> . .	<b>59</b>
<i>Nelson Destro Fragoso, Sérgio Silva Dantas</i>	
<b>4. O desenvolvimento da economia na cidade de São Paulo: de 1870 a 2020</b> .	<b>83</b>
<i>Paulo Rogério Scarano, Agostinho Celso Pascalicchio</i>	
<b>5. Desafios contemporâneos da cidade de São Paulo</b> .....	<b>111</b>
<i>Rodrigo Augusto Prando</i>	
<b>6. Tendências da indústria, comércio e serviços para os próximos 150 anos</b>	<b>133</b>
<i>Dimária Silva e Meirelles</i>	
<b>Posfácio</b> .....	<b>153</b>
<i>Claudio Parisi</i>	
<b>Posfácio</b> .....	<b>163</b>
<i>Marcos Massi</i>	
<b>Organizadores</b> .....	<b>169</b>
<b>Autores</b> .....	<b>170</b>

## INTRODUÇÃO

Foi no início da década de 1970, levado por meu avô, Mauro Cesar Silveira, que entrei pela primeira vez nas dependências do Mackenzie. Engenheiro civil, ele era professor da disciplina de topografia na instituição. Minha avó, Maria Aparecida Bloem Silveira, por sua vez, lecionava francês. Naquela ocasião, ela havia recebido o Troféu Mackenzie, um reconhecimento a sua contribuição para a história educacional da Universidade e da cidade de São Paulo.

Quase 20 anos mais tarde, voltei a passar pelo mesmo portão da Rua Maria Antônia, então como aluno. Já era, na época, formado em Engenharia, mas ao iniciar minha carreira profissional em uma grande corporação, senti necessidade de aprimorar ainda mais meus conhecimentos. Achei o que procurava na visão inovadora de futuro e no acolhimento dos docentes do curso de Administração de Empresas do Mackenzie. Desde então, nunca me afastei totalmente da Universidade. Fui convidado em vários momentos a dar palestras e convivo com diversos expoentes de suas graduações por meio dos programas de estágio da Unilever. Acima de tudo, sigo compartilhando os mesmos valores de ética, respeito e integridade que lá encontrei como estudante.

Este livro, que celebra agora os 150 anos do Mackenzie, traz em suas páginas um panorama da história do Brasil, recortada sob a ótica dos acontecimentos na cidade de São Paulo, da qual a trajetória do Mackenzie é indissociável. Ao fazer um retrospecto desde a fundação da Vila São Paulo de Piratininga e as razões históricas que levaram ao seu desenvolvimento como potência socioeconômica do País, impulsionado primeiramente pelas fazendas de café e, depois, com a chegada dos imigrantes, pela indústria e pelo comércio, esta publicação é um registro do tempo, um documento para a posteridade, que aborda não apenas o passado, mas também o contexto atual e as perspectivas futuras de um mercado e de uma sociedade que o Mackenzie tem ajudado a formar, de maneira pioneira, desde o século XIX.

Entender os caminhos percorridos pela indústria e pelo varejo brasileiros, especialmente paulistas, passa por observar a transformação do consumidor ao longo das décadas. Das lojas de rua com gerenciamento familiar e caderneta de compras ofertando crédito às famílias até a explosão digital que vemos hoje, quando indústrias de bens de consumo desenvolveram a habilidade de entregar soluções personalizadas, significativas e diferenciadas ao indivíduo, o que se solidificou foi a compreensão do desejo do consumidor. Indústria e comércio perceberam que trabalhar em conjunto nesse conhecimento, colocando o

consumidor no centro, é o que traz a almejada fidelização do cliente. Compartilhar informação gera mais aprendizados, novas e melhores interpretações.

Ao longo do tempo, alguns fatos importantes foram responsáveis por mudar consideravelmente a relação indústria-varejo-consumo, entre eles, a internacionalização do varejo brasileiro, acelerada a partir da década de 1980 e que influenciou o desenvolvimento de disciplinas como *trade marketing* e gestão de categorias dentro da indústria. Em 1994, a estabilização da economia foi ainda mais determinante: deixamos de ser um país hiperinflacionado em junho daquele ano, quando a inflação foi 47,43%, para 1,85% dois meses depois. Estava assim estabelecida uma fase da relação com o consumidor.

Até então, o que norteava a decisão de compra do brasileiro eram sempre o preço e o crédito que o estabelecimento provia. Quanto mais rápido se pegava o salário e ia ao supermercado, mais rendia o dinheiro, porque haveria remarcação no dia ou na semana seguinte. Com o fim da hiperinflação, passou-se a valorizar também o atendimento, a eficiência, a qualidade, o serviço, a limpeza e a localização do estabelecimento. A nova economia estável permitiu o surgimento de um consumidor mais exigente e, conseqüentemente, de uma gestão de negócio para prover uma experiência melhor a ele.

Associada a isso, acontecia a grande evolução tecnológica e a *internet* começava a entrar no dia a dia das pessoas. Desde então, a transformação digital segue acelerada, e a interdependência dos mundos físico e digital é uma das certezas que o mercado varejista, mas não apenas ele, apresenta neste século XXI. O consumidor tornou-se superconectado, influenciado pelo ambiente digital o tempo todo e muito engajado com os temas da sociedade. Atualmente, enxergamos que, além de preço e conforto, o propósito da marca e o posicionamento da empresa diante de questões sociais e ambientais, como equidade racial, respeito às minorias, mudanças climáticas e sustentabilidade, entre outros fatores, influenciam a decisão de compra. As grandes corporações não são, portanto, responsáveis apenas por seus negócios, mas pelo meio em que estão inseridas.

Para lidar com a crescente complexidade do consumo, há ferramentas cada vez mais evoluídas, como a inteligência artificial e a cultura de análise de dados, por exemplo, mas o desafio para as organizações é encontrar o equilíbrio entre a tecnologia e o ser humano. Para isso, temos uma necessidade fundamental: líderes bem preparados para essa realidade, que saibam construir uma sociedade mais justa, mais inclusiva e que naveguem pelos princípios de um capitalismo consciente.

Capitalismo consciente é a filosofia desenvolvida por John Mackey, cofundador e CEO da rede norte-americana Whole Foods Market, e Raj Sisodia, especialista em gestão e professor da Babson College. Trata-se de uma forma de pensar os negócios que reflete sobre a jornada humana e o potencial de causar impacto positivo no mundo. O lucro é essencial para uma empresa, produto ou serviço existir e se manter, mas forjar um significado maior, que inspire e abranja todo o ecossistema do negócio é ainda mais importante. O que sustenta esse ecossistema é o espírito de colaboração e uma cultura de confiança e cuidado com todos os envolvidos daquela cadeia. A ideia é trazer resultados tanto para a empresa quanto para sociedade como um todo e, apesar de ter nascido no varejo, é uma premissa possível a qualquer segmento.

Uma gestão mais sustentável, ética e humana pede a construção de uma liderança com visão estratégica, mas também com habilidades socioemocionais, como resiliência, empatia e senso colaborativo desenvolvidos. Essa responsabilidade recai sobre a formação acadêmica, mas igualmente essencial é a integração do sistema educacional com o mercado: uma aproximação de realidades, de diálogo e de reflexão conjunta, como fizeram Mackey e Sisodia.

Nesse cenário, sobressai-se uma instituição como o Mackenzie, que desde sua origem se mostrou à frente de seu tempo, com métodos didáticos revolucionários, que iam em uma direção mais abrangente do que o modelo educacional então vigente. Este livro apresenta, entre tantos outros detalhes sobre a fundação do Mackenzie, que Mary Ann Annesley Chamberlain e seu marido, o missionário presbiteriano George Chamberlain fundaram a então Escola Americana (que viria a se tornar o Mackenzie College), acolhendo em sua casa para alfabetização meninas e meninos, ricos e pobres, brancos e negros, filhos de famílias ricas e filhos de escravos. Sua escola permitia classes mistas e, nelas, crianças perseguidas em outras escolas, por serem protestantes ou por seus pais serem defensores do fim da escravidão, eram acolhidas sem qualquer distinção.

Uma educação inclusiva e sem preconceitos em 1870, em um país onde educação não era prioridade, é um feito formidável que fundamentou toda a trajetória dessa instituição que é motivo de orgulho para São Paulo e para o Brasil.

*Julio Campos*





**1**

**OS PRIMÓRDIOS DA  
INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO  
E DA ECONOMIA NA CIDADE  
DE SÃO PAULO ANTES  
DE 1870**

---

*Daniel Carvalho de Paula*

## 1.1 Vila de São Paulo de Piratininga (séculos XVI e XVII)

O ano era 1532. Fundou-se o primeiro município em terras brasílicas, São Vicente, formado por Martim Afonso de Souza. As possessões portuguesas na América estavam mal protegidas e pouco exploradas. O sistema de capitânias hereditárias, criado para constituir nessas terras alguma forma de colonização mais permanente, já começava fracassando em grande medida. As exceções serão Pernambuco e a capitania de São Vicente. Os portugueses precisavam interiorizar a colonização e o fizeram pelo planalto paulista, já que possuíam uma base estabelecida naquele litoral. Buscava-se pela promessa de metais preciosos, que espanhóis já logo haviam encontrado na parte que lhes coube no Tratado de Tordesilhas e que portugueses ainda queriam encontrar. Na difícil subida pela Serra do Mar, os desbravadores acharam no planalto um local mais ou menos seguro, onde se formaram pequenos núcleos de povoamento (TAUNAY, 1921; PRADO JÚNIOR, 2012).

As vilas e cidades estabelecidas, com suas posteriores câmaras municipais, talvez tenham sido as instituições administrativas mais duradouras e estáveis que nos legaram os lusitanos. Por meio dessas, chegavam a terras tão distantes da Coroa suas ordens e vontades. Também é verdade que, por meio desses aparelhos governativos, impuseram-se normas locais e práticas adaptadas às necessidades dos povoadores, plasticidade essa tão importante para a permanência portuguesa em suas áreas colonizadas. Na expressão celebrizada pelo padre António Vieira, enquanto raiava o sol de Sua Majestade na Metrópole, esta zona tórrida ficava à sua sombra e dela dependia sua existência (SOUZA, 2006).

Em busca de consolidar sua posição no território meridional americano, já incluído como rota de outras potências europeias, a Coroa portuguesa instalou em 1549 o governo-geral em São Salvador da Bahia. No ano seguinte, formou-se o primeiro povoado no planalto chamado de Piratininga, Santo André da Borda do Campo. Essa é a data aproximada mais aceita. Em 8 de abril de 1553, realizando suas atribuições recentemente estabelecidas, aprovou ao governador-geral Tomé de Souza elevar à categoria de vila o povoamento (NEVES, 2007; PRESTES FILHO, 2012).

A Vila de Santo André da Borda do Campo não prosperou econômica ou demograficamente, muito por conta dos constantes conflitos com as populações indígenas, habitantes originários daquelas paragens. Os grupos nativos eram bastante heterogêneos, o que dificultava estabelecer acordos duradouros com suas lideranças. Enquanto nas costas foi possível criar relações desiguais

de colaboração, passando a Serra do Mar, a situação de guerra entre colonizadores e indígenas foi por muito tempo agravada.

Por motivo de proteção, o governador-geral, então Mem de Sá, determinou que os habitantes de Borba do Campo, localizada em região mais devassada do planalto, fossem transferidos, juntos do pelourinho e do foral dessa vila, para São Paulo de Piratininga. Essa última estava mais protegida por sua posição topográfica estratégica, uma vez que se situava sobre uma colina alta e plana, garantindo visibilidade dos caminhos de entrada e saída, e, também, era cercada pelos rios Tamanduateí e Anhangabaú. Além disso, contava com uma população de índios aldeados por um grupo de padres da Companhia de Jesus, da qual faziam parte José de Anchieta e Manoel da Nóbrega (TAUNAY, 1921; PRADO JÚNIOR, 2012).

A data oficial da fundação de São Paulo é 25 de janeiro de 1554, ocasião que entrou para a memória, mesmo que seja difícil precisar o dia correto em que o fato ocorreu pela falta de documentação acurada e ambiguidade dos fatos. Essa data ganhou força representativa pois coincidiu com a data estabelecida pela tradição para a conversão do Apóstolo Paulo.

A data de janeiro também ganha legitimidade religiosa, pois nesse dia foi reza-da a primeira missa no Colégio São Paulo de Piratininga, fundado pelos jesuítas. Em 1560, o povoado ganhou foros de vila e pelourinho, mas por sua distância do litoral, o relativo isolamento comercial das zonas mais prósperas do recôncavo baiano e capitanias mais ao norte, bem como o solo, visto no momento como inadequado ao cultivo de produtos de exportação, condenou a vila a ocupar uma posição pouco significativa no antigo sistema colonial na América portuguesa até o descobrimento das minas ao norte da capitania de São Vicente, no século XVIII. Contudo, o comércio interno fará que a Vila de São Paulo tenha uma situação econômica mais viva do que por muito tempo se supôs, principalmente no século XVII, com a circulação de mercadores, oficiais da administração pública, homens da igreja e escravos (NEVES, 2007; BORREGO, 2010).

A administração da vila ficava a cargo dos chamados “homens-bons”, proprietários de terras e escravos que, mesmo sem títulos de nobreza, formaram elites locais. Segundo o *Guia do Arquivo Histórico Washington Luís*, as atribuições dos oficiais da Câmara de São Paulo eram bem diversas e numerosas:

[...] oficiais da Câmara zelavam, por exemplo, pelos muros que defendiam a vila dos ataques de índios; cuidavam das fontes e caminhos públicos; davam alinhamento às construções ao longo das ruas; contratavam e fiscalizavam as diversas obras públicas; cuidavam da limpeza da cidade; fiscalizavam a qua-

lidade, o peso e venda de alimentos bem como o de diversos outros gêneros e produtos; ordenavam e fiscalizavam os diversos ofícios ou profissões (padeiros, ferreiros, oleiros, dentre outros); juramentavam indivíduos para a polícia da terra, nomeavam carcereiros, cuidavam da cadeia, efetuavam prisões e arbitravam processos dos mais diversos como os de injúria; arrecadavam impostos, bem como cobravam as dívidas ativas; prestavam contas do dinheiro circulante; escrituravam os livros de receita e expedientes diversos; verificavam os bens do Conselho, dentre outras funções (ARQUIVO MUNICIPAL WASHINGTON LUÍS, 2007, p. 25-26).

Índios, negros, judeus e trabalhadores mecânicos, pelas leis da época não poderiam ocupar cargos na câmara, contudo a sociedade era de composição bastante movediça, o que contribuiu para que houvesse exceções e as regras de limpeza de sangue não pudessem ser aplicadas tão rigorosamente. Sérgio Buarque de Holanda discorre sobre a situação no planalto de Piratininga, onde os homens (a maioria de mestiços) falavam português na câmara, pois ali deveria ser falada a língua do rei, mas se comunicavam na língua-geral dos índios com as mulheres e serviçais, em suas habitações de taipa, que pouco se distinguiam daquelas utilizadas pelos nativos (HOLANDA, 1995).

Sobre o uso da mão de obra indígena escravizada no planalto de São Paulo durante o período colonial, a mestiçagem com bastardia e mesmo os casamentos legais entre portugueses e mulheres indígenas não preveniu essa prática, apenas dificultada pela proibição de que índios convertidos fossem feitos escravos. A cláusula escapatória para essa regra seria a escravidão como espólio de guerras justas decretadas pelo governador-geral ou pelo rei. Sabe-se que o trabalho compulsório dos índios foi bastante utilizado pelos padres jesuítas nos aldeamentos, bem como pelos proprietários de lavouras.

Com o aumento da circulação de pessoas entre as capitânicas no Sudeste, na subida do litoral e entradas nos sertões, no século XVII, São Paulo tornou-se um centro de expressiva produção de víveres para abastecer essas expedições e os povoados que se multiplicavam. Nos anos finais do século XVI, já é possível encontrar evidências documentais camarárias que registraram o aumento da atividade pecuária e a decorrente necessidade de se regulamentarem as edificações e estabelecimentos:

que nenhuma pessoa edifique casa, fazenda nem curral com fazenda de nenhum vizinho menos de 200 braças de distância e que não se façam chiqueiros perto das roças alheias, ao menos terá distância três tiros de besta (SILVA, 2009, p. 36).

As incursões bandeirantes, que buscavam metais e pedras preciosas, demoraram muito a encontrar as primeiras jazidas relativamente largas e, enquanto isso não ocorria, a mortandade dos indígenas que vivam próximos ao planalto também fomentou o desbravamento dos sertões e a guerra contra etnias irreductíveis à colonização. Como resultado dessas entradas, traziam à praça de São Paulo dezenas de nativos capturados e escravizados, oferecendo farta mão de obra de “negros da terra”, como eram chamados (MONTEIRO, 1994; 2004). A vida material em São Paulo de Piratininga, como em todas as regiões distantes e fronteiriças do Império português na América, era, no entanto, muito simples e pobre, com poucos recursos técnicos, demográficos e muita vulnerabilidade, se comparadas ao litoral (SOUZA, 1997).

Até o século XVIII, São Paulo continuou como lócus originário de onde partiam as “bandeiras” à procura de riqueza “fácil”. Os primeiros registros que reportavam terem achado minerais preciosos começaram logo após a fundação de São Vicente, em 1532. Em cartas enviadas à Coroa, colonos e os jesuítas falavam em “itaberabas” (“pedras que brilham”, em tupi) trazidas pelos índios. Em 1562, o fundador da Vila de Santos, Brás Cubas, também citou a possível existência de ouro no vilarejo de Piratininga.

Os primeiros exploradores do ouro no pico do Jaraguá, relativamente próximo à vila, teriam sido o português Afonso Sardinha, o Velho, e seu filho, Afonso Sardinha, o Moço. Em cerca de 1580, começou a extração em jazidas de ouro, principalmente de aluvião (pouco profundo e pouco volumoso), nos arredores de Piratininga e na Serra da Mantiqueira. Em 1601, o volume do ouro minerado justificou o estabelecimento de uma casa de fundição em São Paulo, instalada pela Coroa portuguesa nas proximidades do atual Pateo do Collegio. Ali também se abrigou a primeira casa da moeda do Brasil, onde foram batidas peças de ouro raras e de pouca circulação. Essa rudimentar casa da moeda antecedeu a de Salvador (REIS, 2013; CORNEJO; BARTORELLI, 2010).

As expedições bandeirantes eram compostas por algumas dezenas de homens, uma maioria de indígenas, entre livres e escravos, e um pequeno grupo de colonos. O apresamento visava abastecer, em primeiro lugar, a Vila de São Paulo, contudo os escravizados por paulistas foram enviados a outras partes da colônia. Os bandeirantes eram muito bem-sucedidos nas guerras nos matos, pois somavam aos instrumentos de guerra portuguesa (couraças, arcabuzes e elmos) as táticas compartilhadas com os nativos de emboscadas, pés descalços, arco e flecha e conhecimentos de medicina popular e alimentação itinerante. As bandeiras paulistas, no rastro de escravos e outras riquezas, se afastaram



cada vez mais dos arrabaldes do planalto de Piratininga, explorando as bacias dos rios Paraná e Prata, avizinhandando-se dos territórios ocupados por espanhóis.

O Centro-Oeste também foi tocado por essas incursões. Missões jesuíticas ao sul da capitania foram atacadas por bandeirantes paulistas, fator contribuinte para as tensões entre os moradores da vila e os padres da Companhia de Jesus, expulsos do arraial em 1640. Vale notar que, pouco mais de cem anos depois, em 1759, o ministro de d. José I, o marquês de Pombal, consolidou a expulsão definitiva da Companhia de toda a América portuguesa (MESGRAVIS, 2004; PRESTES FILHO, 2012).

Outro episódio interessante da história da Vila de São Paulo no século XVII foi a malfadada tentativa de aclamação de um homem-bom paulista, Amador Bueno, como rei em 1640. A união das coroas ibéricas (1580-1640) colocou no trono português reis castelhanos da dinastia de Habsburgo. Com a guerra de restauração, d. João IV de Bragança assume o trono luso. Contudo, 60 anos de domínio espanhol beneficiaram os paulistas nas suas incursões em zonas guaraníticas e a proximidade entre a vila e o território espanhol criou laços comerciais significativos. O fim da união pareceu a alguns ser prejudicial aos interesses paulistas, daí a breve desobediência em não aclamar imediatamente o rei bragantino. Amador Bueno frustrou seus compatriotas, declarando-se fiel a Portugal e seu rei legítimo.

## 1.2 De vila a cidade (século XVIII)

O século XVIII é conhecido como período de gradual consolidação das zonas mineradoras na Capitania de São Vicente até seu apogeu, tornando o Brasil a menina dos olhos da Coroa portuguesa, que até então focara seus esforços nos continentes africano e asiático. Consolidaram-se os espaços de exploração dos minérios, com grande interesse da administração lusa, que logo tratou de prover legislação necessária sobre a divisão dos lotes entre aqueles pertencentes à Coroa e aos agentes privados. Para esses lugares, afluíram muitos aventureiros em busca de riqueza que se aglomeraram em povoações, primeiro improvisadas, mas que rapidamente se multiplicaram em vilarejos, fazendo da região a mais densamente povoada da colônia e a mais urbanizada (HOLANDA, 2019a).

A Vila de São Paulo, por ser mais antiga e estrategicamente localizada, tornou-se um entreposto de abastecimento de secos e molhados, aumentando a circulação de pessoas e mercadorias. Muitos comerciantes paulistanos

enriqueceram com o comércio de grosso trato nesse momento. Os mineiros precisavam de todo tipo de produtos, desde roupas e ferramentas a escravos e alimentos. Também as lavouras pertencentes aos habitantes da vila passaram a produzir mais e com foco no abastecimento das minas, tanto aquelas mais próximas à Vila de Piratininga quanto as mais distantes, ao norte da capitania, região que hoje representa o estado de Minas Gerais.

A oferta de víveres nem sempre conseguia acompanhar a demanda aumentada, gerando crises de abastecimento e carestia desses produtos dentro da própria vila, que vendia e exportava para as minas quase tudo o que produzia, gerando inflação dos preços. Objetivando solucionar a situação, a Câmara de São Paulo, logo no início de 1705, tomou a decisão de coibir a exportação de comestíveis, sob pena de multa:

Fazemos a saber a todas as pessoas desta vila e seu termo que, por sermos informados que convinha para melhor ordem e governo desta vila e bem comum deste povo mandarmos, como por este mandamos, que nenhuma pessoa, de qualquer qualidade que seja, venda gênero algum comestíveis (sic) para fora da terra, assim farinha de guerra como de trigo, feijão, milho, gado, toucinho, com pena de pagar 6\$000 réis de condenação por cada alqueire de qualquer gênero aqui nomeado, ou rês, ou arroba de carne (SILVA, 2009, p. 102).

Conforme se espalhavam as notícias da descoberta de jazidas sustentáveis de minério na capitania, uma verdadeira corrida do ouro aconteceu em direção a essa zona. Pessoas de todas as partes do Império acharam seu caminho até as minas, vindos de outras capitanias, da metrópole e do estrangeiro, clandestinamente. Os primeiros a se engajarem na atividade mineradora foram paulistas, que já perambulavam por aquelas paragens havia mais de um século. A vinda de forasteiros gerou tensões entre aqueles que entendiam ser legítimo que tivessem prioridade sobre a exploração das riquezas da terra e os recém-chegados.

As disputas não ocorreram apenas para garantirem o privilégio concedido pela monarquia para sulcarem aqueles riachos e suas margens à procura de minerais preciosos; também estava em jogo a concessão de cargos na estrutura administrativa que a Coroa procurava estabelecer a fim de fiscalizar mais de perto a região e salvaguardar seus direitos tributários. Ser nomeado funcionário régio trazia uma série de possibilidades de enriquecimento e poder a quem conseguisse essa mercê. A querela era por prestígio e privilégio, mas também falavam alto as disputas pelo domínio do comércio e abastecimento (HOLANDA, 2019a).

Em 1700, ainda no início da exploração mineradora, a Vila de São Paulo fez petição ao rei que não concedesse permissão para que gente de fora da capitania pudesse se fixar na região, o que garantiria a primazia dos habitantes do planalto sobre a mineração. Contudo, tal pedido não foi atendido e escalaram-se as tensões entre paulistas e emboabas, como eram chamados os forasteiros pelos locais, resultando em uma série de conflitos conhecidos como Guerra dos Emboabas, que perduraram de 1707 a 1709, sem que houvesse vitória clara de um dos lados.

Afinal de contas, todos eram súditos de um mesmo rei, cujo interesse era auferir o máximo possível de riquezas daquela região, fosse pelas mãos dos locais ou pelas mãos de imigrantes. A verdade é que os paulistas não se achavam em número suficiente para explorar, em nível desejável, as jazidas. A Coroa também queria ter os próprios emissários controlando de perto a produção. Esses fatores faziam imperiosa a entrada de colonos de outras partes do Brasil, bem como reinóis, vindos diretamente de Portugal ou realocados de outras capitanias.

Esse período foi de grande prosperidade para a Vila de São Paulo, que cresceu demograficamente e em riqueza. São Paulo tornou-se um centro de articulação entre o litoral e os serros mineiros, ligando Santos e São Vicente aos vilarejos em que estavam as jazidas, bem como às feiras de mulas nas vilas mais ao interior da capitania. Toda sorte de produtos e pessoas circulavam por ali. Essa teia também articulava os mercados e interesses de outras capitanias na América. Os paulistas articulavam-se para garantir seus privilégios no governo-geral na Bahia e à corte em Lisboa. Uma elite local, muito diferente da metropolitana em seus hábitos e costumes, e também na mistura do seu sangue, procurava mobilizar os signos de nobreza e serem reconhecidos pela Coroa como fidalgos (BORREGO, 2010).

Desenvolvendo-se em tamanho e importância no concerto geral da América portuguesa, em outubro de 1709, a Vila de São Paulo tornou-se a sede da capitania, que mudou de nome e passou a ser chamada Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, com imenso território, compreendendo áreas que, hoje, correspondem aos estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraná. Em janeiro de 1711, a Vila de São Paulo de Piratininga foi elevada ao *status* de cidade: a Cidade de São Paulo. O número de moradores do município nesse momento girava em torno de 3 mil habitantes. A cidade passou a ter maior participação no comércio transatlântico de *commodities*, produzindo, além de víveres, produtos de monocultura latifundiária como a cana-de-açúcar. Pode-se perceber uma maior concentração de terras no século XVIII paulista do que antes, uma vez

que a economia extrovertida da colônia, focada no abastecimento do mercado internacional, tornou-se preponderante naquele planalto, transformando, pouco a pouco, a paisagem urbana em função da grande produção agroexportadora (PRADO JÚNIOR, 2011).

Um território que se mostrava tão produtivo e cada vez mais importante para o Império demandava um esforço administrativo mais vigilante por parte da Coroa. A vastidão da capitania tornava difícil a tarefa de governar tudo aquilo. A necessidade de multiplicar uma burocracia mais localizada casou-se com os anseios das elites paulistas de integrarem o funcionalismo régio, a fim de confirmarem sua nobreza por meio de serviços prestados à Coroa, garantindo rendas, tenças e emolumentos, além de muito poder local. Esses são fatores que levaram o rei d. João V, em 1720, a dividir a capitania em duas: das Minas de Ouro e a de São Paulo. Em futuras ações, a Coroa iria fraturar o território paulista ainda mais, criando unidades independentes para Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso, que, até então, estavam sob a batuta paulista. Esse processo de reorganização territorial e administrativa, motivado pela intenção da Coroa de manter sua natureza atrativa e centrípeta, fez que, em 1748, a Capitania de São Paulo perdesse sua autonomia administrativa e passasse a responder hierarquicamente à burocracia instalada no Rio de Janeiro, mais próxima ao governo-geral e a Lisboa, estado que duraria até 1765. As alterações na estrutura produtiva da cidade e seu entorno tornam necessário o aumento da força de trabalho. Em meados do século XVIII, a demanda por braços, que não conseguia mais ser suprida localmente, começou a ser respondida pela chegada mais regular de escravos negros africanos, trazidos do Congo e de Angola para trabalhar na agricultura (SILVA, 2009).

As transformações econômicas e demográficas na capitania tornaram patente ao governo da cidade de São Paulo a necessidade de se fomentar a manufatura, o comércio e a agricultura de forma mais ostensiva. Fazia-se necessário fixar moradores em áreas, até então, pouco habitadas, bem como trabalhar para o crescimento da participação paulista na produção de cana-de-açúcar. As tecelagens e as fundições começaram a se instalar com o estímulo para absorverem a mão de obra disponível e atraírem mais riqueza. Em 1792, inaugurou-se a famosa Calçada do Lorena, considerada na época uma das mais importantes obras de infraestrutura, construída para ligar as cidades de São Paulo e Santos. Os produtos agrícolas vindos do interior da capitania passavam por São Paulo, que atuava como entreposto e centro distribuidor dessas mercadorias, escoando a produção para o porto.

Também as manufaturas paulistas encontravam seu destino descendo a escarpa até o litoral. A prosperidade econômica, com seus altos e baixos, vão transformando as feições da capital e seus aparelhos urbanísticos. Alguns exemplos são a Casa de Ópera do Pateo do Collegio, primeiro teatro da cidade, fundada em 1765. O Cemitério dos Aflitos, lugar de destino de escravos, homens pobres e criminosos, foi fundado em 1775, já que a população aumentara bastante e as igrejas da cidade não comportavam tantos corpos em seus espaços; também não era tolerado o enterramento clandestino, que passava ao largo da autoridade eclesiástica, sendo imprescindível a construção de uma necrópole oficial, a primeira de São Paulo.

A Igreja Católica foi uma das principais forças de conformação do espaço no fim dos anos 1700, mobilizando os esforços de autoridades, famílias ricas e fiéis piedosos em construções como o Mosteiro da Luz, a Igreja das Chagas do Seráfico Pai São Francisco, entre outras. O atual Jardim da Luz foi o jardim botânico da cidade, inaugurado em 1798. A cidade conheceu grande expansão dos seus limites urbanos com a abertura de novas vias, como a Rua São João e outras próteses urbanas modernizadoras, como a ponte do Marechal, atravessando o rio Anhangabaú. Políticas sanitárias, como a construção de chafarizes, a inspeção e quarentena de humanos, animais e produtos, também se tornaram necessárias com o crescimento demográfico e de circulação de bens e pessoas. Muitos estrangeiros passavam pela cidade e cada vez mais escravos eram trazidos para trabalhar no planalto. As doenças tropicais eram companhia constante dos paulistas e de tempos em tempos progrediam para verdadeiras epidemias. A população de São Paulo, na última década do século XVIII, era de aproximadamente 8 mil habitantes (MARCÍLIO, 2014; SILVA, 2009).

### **1.3 De cidade colonial a cidade imperial (século XIX)**

A cidade de São Paulo seguiu sendo, na passagem do século XVIII ao XIX, uma cidade com crescente importância econômica e política no panorama do Império português, seja produzindo em seus domínios, seja como porto seco e centro de escoamento de mercadorias manufaturadas e agrícolas. Os eventos que trouxeram às terras do Brasil a Família Real Portuguesa, em 1808, inauguraram um novo capítulo para a colônia como um todo, não ficando de fora a antiga cidade do planalto de Piratininga, jesuítica, bandeirantista, mineradora, agrícola e mercantil.

Com o Bloqueio Continental imposto por Napoleão Bonaparte ao Império britânico, Portugal ficou sob terrível pressão. A decisão do exército francês de marchar em direção a Lisboa colocou em ação um plano de transferência da corte para o Rio de Janeiro que, a essa altura, já se tornara cabeça dos territórios coloniais na América por vários motivos, mormente sua proximidade com as Minas Gerais. São Paulo encontrou-se em posição privilegiada na relação com a capital fluminense.

As elites americanas, que tanto tempo passaram longe dos olhos de suas majestades, naquele momento se faziam representar mais ostensivamente na corte nos trópicos em busca de legitimidade, títulos, privilégios, terras e rendas. A interiorização da metrópole significou enraizamento imobiliário e comercial, consolidação das posições de força representadas pelos ricos homens do Brasil perante as crises reinóis (DIAS, 2009).

O estabelecimento da corte portuguesa no Brasil significava a completa subversão das regras do pacto colonial e traria enormes benefícios para os súditos americanos, uma das variáveis fundamentais que levaram ao surgimento de projetos de emancipação política, em 1820. Fato econômico e diplomático de especial relevância, a abertura dos portos coloniais “a todas as nações amigas” significou uma oportunidade para produtores e comerciantes americanos expandirem seus negócios, apesar do Tratado de Comércio e Navegação, que concedeu tarifas privilegiadas às exportações inglesas no Brasil, já que havia necessidade de abastecer a corte de produtos que aqui não existiam (DIAS, 2009). Outras medidas econômicas também deram fôlego renovado a São Paulo, como o Alvará de Liberdade Industrial (de 1808, suspendendo a proibição anterior, de 1785) e os tratados de 1810, Aliança e Amizade, e Comércio e Navegação.

Com a derrota de Napoleão Bonaparte, em 1815, o Congresso de Viena não aceitou o governo de d. João VI no Brasil. Para remediar a situação, o Brasil foi elevado a Reino Unido a Portugal e Algarves. Em 1820, eclodiu a Revolução do Porto, comandada principalmente pela burguesia comercial portuguesa, defendendo, em larga medida, ideias liberais para Portugal e a volta da corte à Europa, o que colocava os interesses do Reino do Brasil em perigo.

Pressionado pelas cortes portuguesas, d. João VI retornou à Portugal e o príncipe d. Pedro ficou no Rio de Janeiro como regente. O período foi marcado por uma aliança entre a elite rural brasileira e o príncipe. Em 1822, grupos políticos já falavam em ruptura com Portugal. Somou-se a isso que d. Pedro adotou uma série de medidas que desagradaram à metrópole. Determinou que nenhuma lei de Portugal seria colocada em vigor no Brasil sem o “cumpra-se”,



ou seja, sem sua aprovação. Decretou que as tropas portuguesas que desembarcassem em portos brasileiros seriam tratadas como hostis.

Desde 1821, as Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa transformaram capitânicas em províncias e São Paulo, como sede, abrigou uma junta de governo provisório, formada por conservadores e liberais. As divergências entre os grupos sobre os rumos que o Reino do Brasil deveria tomar resultaram, em maio de 1822, na revolta posteriormente chamada Bernarda de Francisco Ignácio. No mesmo mês, d. Pedro destituiu o governo da província, determinando eleições para deputados à Assembleia Geral e Constituinte e a nomeação de um novo governo provisório.

Em Santos, ocorreu, nos mesmos dias, o enforcamento de uma dúzia de soldados que queriam equiparação de soldo aos oficiais portugueses. Esses fatos geraram comoção no planalto de São Paulo e na baixada, o que levou d. Pedro a organizar visitas às cidades, a fim de amainar as disposições revoltosas. Em agosto de 1822, deixou a princesa Leopoldina responsável pelo despacho em sua ausência e partiu da Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, com destino a São Paulo (AMARAL, 1980).

O príncipe entrou em território paulista por Bananal. No percurso, chegou a Lorena, de onde dissolveu a Junta Provisória Paulista, assumindo pessoalmente o governo da província. Tendo passado por diversas localidades em 12 dias, fez entrada em São Paulo. Na Igreja da Sé, assistiu à missa e foi homenageado com o beija-mão por autoridades e membros do povo. Permanecendo por alguns dias na capital, em 5 de setembro desceu para Santos, onde ficou dois dias.

Em 7 de setembro de 1822, ao voltar do litoral, às margens do riacho do Ipiranga, no planalto de São Paulo, d. Pedro recebeu uma carta com ordens de seu pai para que voltasse a Portugal, submetendo-se ao rei e às cortes. Inicia-se longo processo de disputa e negociações, do qual o projeto emancipatório saiu vencedor.

Em 12 de outubro de 1822, o príncipe foi aclamado imperador, sendo coroado na Catedral da Sé, no Rio de Janeiro, no dia 1º de dezembro daquele ano. O governo de d. Pedro I enfrentou muitas dificuldades para consolidar a independência, confrontando diversas revoltas regionais e oposições políticas internas (AMARAL, 1980).

Feita a independência do Reino do Brasil, d. Pedro I outorgou à cidade de São Paulo o título de “Imperial Cidade”, em 1823. Primeiro Reinado é o nome dado ao período em que d. Pedro I governou como imperador, entre 1822 e 1831, ano de sua abdicação, tendo sido um período de importantes

desdobramentos e transformações para a cidade de São Paulo. Em 1825, foi criada a primeira biblioteca pública da província. Em 1827, começou a ser impresso o primeiro jornal da cidade, *O Farol Paulistano*. Nesse mesmo ano, foram instituídas as faculdades de Direito de São Paulo e Olinda.

Inaugurada em 1828, a faculdade instalada no antigo Convento de São Francisco, na área central da capital paulista, é a mais antiga instituição de ensino jurídico do País, com sua congênere em Pernambuco. A “Imperial Cidade e Burgo dos Estudantes de São Paulo de Piratininga” passou a receber numerosa cópia de alunos e professores, aumentando ainda mais a circulação e fixação de pessoas, para além de mercadores, proprietários de terra, escravos e homens livres pobres, o que significou uma transformação muito significativa dos ritmos urbanos. Essa população de acadêmicos fomentou a construção civil na cidade. Restaurantes, pensões e lojas começaram a se multiplicar para atender à demanda criada pelos jovens de elite que ali se instalavam para levar adiante seus estudos. É fato bem conhecido que a faculdade desempenhará papel de grande importância na vida intelectual e política, não apenas da cidade, mas da província e do País como um todo (CAMPOS, 2004; MARCÍLIO, 2014).

Nos últimos anos que antecederam a abdicação de d. Pedro em 1831, multiplicaram-se os fatores que impulsionavam a pressão política a que o imperador estava submetido por populares e pela elite. Com a morte de seu pai, d. João VI, o trono português deveria passar a d. Pedro I, que, cumprindo uma estratégia de perpetuação dinástica, resolveu deixar o trono do Brasil para seu filho de 5 anos, d. Pedro de Alcântara.

O primeiro imperador do Brasil partiu para Portugal, cujo trono assumiu como d. Pedro IV e, também, abdicou em benefício de sua filha, d. Maria da Glória. O período posterior à abdicação de d. Pedro I ficou conhecido como regência, em que figuras políticas importantes governaram em nome do imperador menino até a maioria antecipada deste, em 1840, quando, aos 15 anos, sobe ao trono imperial. A princípio, os regentes eram três, passando a existir um único regente a partir de 1834.

#### **1.4 Cidade Imperial: Segundo Reinado (século XIX)**

O Segundo Reinado foi um período de aceleração das transformações na cidade de São Paulo. O espaço urbano enriqueceu-se de obras públicas e edificações que modernizavam a cidade. Também a economia do município se dinamizava e o café tornava-se importante *commodity* brasileira, tendo na elite

paulistana muitos dos seus principais cultivadores. A vida política se acirrava em todo o território do Império. Representantes da província na corte negociavam constantemente os equilíbrios e alianças em favor dos interesses paulistas.

Na câmara, as disputas não eram menos acaloradas. Em 1835, foi aprovada uma lei criando o cargo de prefeito para a capital e demais municípios e vilas. A indicação do ocupante dessa função seria prerrogativa do presidente da província, o que lhe conferia demasiado poder sobre as localidades. Na cidade de São Paulo, o primeiro a ser indicado foi Luís Antônio de Souza Barros, que ordenou a confecção do primeiro mapa oficial da cidade. Essa mudança no delicado arquitetado equilíbrio de forças entre poderes locais e provinciais (não era diferente entre províncias e governo central) levou à resistência dos vereadores, que impediram a consolidação do cargo, extinto em 1838.

O poder da Câmara Municipal continuava muito intenso e sua participação na conformação jurídica e espacial da cidade podia ser observada em diversas obras que alteravam o espaço público como nunca. Essas obras tinham robusto impacto sobre infraestrutura urbana e propiciavam o fortalecimento do comércio, da produção e da fixação demográfica. Exemplos importantes são o Matadouro Municipal (1853), a reconstrução da Ponte do Açu (1853), o Cemitério Público (1858), o Mercado Municipal (1867), entre outros (CAMPOS, 2004, p. 202).

Segundo o estudioso do desenvolvimento urbano da cidade Eudes Campos, entre as obras viárias, o início do primeiro anel perimetral – Rua Formosa (1855); Rua 25 de Março (1858-1869) e Rua Riachuelo (1867-1868) – tem importância destacada e:

[...] constitui, de certa forma, a antecipação do sistema radioconcêntrico de Prestes Maia. Sem autoria determinada, pois coletiva, e nunca inteiramente explicitado em seus objetivos nos papéis camarários, tinha o anel por função circundar a colina central e interligar todas as saídas da Cidade, permitindo que carros de boi e tropas seguissem seu curso sem atravessar as estreitas e tortuosas ruas do núcleo original (CAMPOS, 2004, p. 202).

A cidade de São Paulo crescia e tornava-se cada vez mais dinâmica economicamente, com uma matriz mais diversificada de produtos. Desde as primeiras décadas do século XIX, o preço do açúcar deflacionava nos mercados internacionais por conta do aumento significativo da oferta provocado, em grande medida, pelo incremento tecnológico nas lavouras e a alta produtividade também em outros lugares da América. Com a diminuição dos lucros com a cana,

o ouro verde, como foi chamado o café, passou a ser cultivado para além das regiões tradicionais no Rio de Janeiro e as lavouras se expandiram, principalmente, pela região do Vale do Paraíba.

Em meados dos anos 1800, o café representava o produto mais importante para a exportação paulista. O oeste da província, região outrora conhecida e dominada pelo cultivo da cana, também ficou coberto de cafezais, fazendo fluir por São Paulo imensas somas de capitais. As fazendas de café demandavam muita mão de obra; as maiores tinham escravarias que se contavam nas centenas. A escala da produção em São Paulo atingiria números jamais vistos, acompanhada da terrível marca da escravidão. Após a promulgação da Lei Eusébio de Queirós e a consequente abolição do tráfico negreiro, em 1850, os escravos africanos foram se tornando gradativamente mais escassos e caros, apesar de o tráfico ilegal ter se avolumado na sequência (HOLANDA, 2019b).

O reinado de d. Pedro II foi uma época de prosperidade para a cafeicultura, que, para além de escravos, ocupava crescente força de trabalho assalariada. O início da imigração em massa de estrangeiros para São Paulo não se deu até a década de 1880, em que principalmente portugueses, italianos e espanhóis chegavam os milhares diariamente. Contudo, levadas significativas de migrantes de outras províncias e do exterior também chegaram antes disso, atraídos pelas oportunidades de trabalho que aumentavam com a expansão da economia e com a escassez de escravos. Consolidou-se um mercado consumidor interno bastante expressivo no antigo planalto de Piratininga, levando ao desenvolvimento ainda maior dos serviços e do comércio e a uma classe média urbana relativamente numerosa, fato novo no Brasil (NOZOE, 2004).

As décadas de 1860 e 1870 representaram uma fase de crescimento econômico para a cidade de São Paulo. Para isso contribuiu uma combinação de vicissitudes políticas, econômicas e sociais. Os lucros com a agricultura suscitaram uma grande diversificação de capitais, gerando investimentos em áreas da indústria e da infraestrutura. Os filhos das antigas elites agrárias, que iam estudar na Europa e se encantavam com as maravilhas da Segunda Revolução Industrial, compuseram uma iniciativa privada significativa que soprava ventos modernizadores, apesar de salvaguardarem privilégios e velhas práticas patrimonialistas (HOLANDA, 1995).

A necessidade de escoar mais rapidamente e com maior capacidade a produção levou à abertura de várias estradas de ferro, que interligavam, passando pela capital da província de São Paulo, as zonas produtoras ao porto de Santos. Inaugurada em 1867, a primeira ferrovia construída foi a São Paulo Railway, seguida, três anos mais tarde, pela conclusão da Estrada de Ferro Sorocabana.

Apesar da manutenção da escravidão legal até 1888, iniciativas abolicionistas fortaleceram-se na cidade e houve estímulos para a vinda de imigrantes, sobretudo da Europa e América do Norte (PRADO JÚNIOR, 2012; NOZOE, 2004). Em 1870, veio para São Paulo o casal de missionários protestantes presbiterianos que fundou em sua casa o embrião da Escola Americana, cuja obra se avultou consideravelmente e é hoje o sesquicentenário Instituto Presbiteriano Mackenzie, com sua universidade, faculdades e colégios.

## Referências

- AMARAL, A. B. *Dicionário de história de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo – Imesp, 1980.
- ARQUIVO MUNICIPAL WASHINGTON LUÍS. *Guia do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís: 100 anos – 1907-2007*. São Paulo: DPH, 2007.
- BORREGO, M. A. M. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo Colonial (1711-1765)*. São Paulo: Alameda, 2010.
- CAMPOS, E. São Paulo: desenvolvimento urbano e arquitetura sob o Império. In: PORTA, P. (org.). *História da cidade de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. v. 2, p. 187-249.
- CORNEJO, C.; BARTORELLI, A. *Minerais e pedras preciosas do Brasil*. São Paulo: Solaris Edições Culturais, 2010.
- DIAS, M. O. L. S. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2009.
- HOLANDA, S. B. de. *História geral da civilização brasileira: a época colonial*. 21. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019a. v. 1-2, t. I.
- HOLANDA, S. B. de. *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico*. 21. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019b. v. 3-7, t. 2.
- HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MARCÍLIO, M. L. *A cidade de São Paulo: povoamento e população (1750-1850)*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2014.
- MESGRAVIS, L. De bandeirante a fazendeiro: aspectos da vida social e econômica em São Paulo colonial. In: PORTA, P. (org.). *História da cidade de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. v. 1, p. 115-143.
- MONTEIRO, J. M. Dos campos de Piratininga ao Morro da Saudade: a presença indígena na história de São Paulo. In: PORTA, P. (org.). *História da cidade de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. v. 1, p. 21-67.

- MONTEIRO, J. M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- NEVES, C. M. *A Vila de São Paulo de Piratininga: fundação e representação*. São Paulo: Annablume, 2007.
- NOZOE, N. H. Vida econômica e finanças municipais da capital paulista na época imperial. In: PORTA, P. (org.). *História da cidade de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. v. 2, p. 99-151.
- PRADO JÚNIOR, C. *A cidade de São Paulo: geografia e história*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- PRESTES FILHO, U. F. *Câmara Municipal de São Paulo: 450 anos de história*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012.
- REIS, N. G. *As minas de ouro e a formação das Capitânicas do Sul*. São Paulo: Via das Artes, 2013.
- SILVA, M. B. N. (org.). *História de São Paulo colonial*. São Paulo: Unesp, 2009.
- SOUZA, L. de M. e. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: NOVAIS, F. A. (coord.); SOUZA, L. M. (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 41-82.
- SOUZA, L. de M. e. *O sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- TAUNAY, A. E. *São Paulo no século XVI: história da Vila de Piratininga*. Rio de Janeiro: Tours, 1921.



2

**O DESENVOLVIMENTO DA  
INDÚSTRIA NA CIDADE  
DE SÃO PAULO**

---

DE 1870 A 2020

*Oswaldo Ramos Tsan Hu  
Antônio Gonçalves de Mello Junior*



## 2.1 Conjuntura histórica e econômica do final do século XIX

Para apresentar o desenvolvimento industrial da cidade de São Paulo no final do século XIX, é importante descrever a conjuntura histórica, política e econômica da época.

De acordo com Mattos (2004), no final do século XIX ocorreram sucessivas leis de restrição à escravatura, que se iniciou em 10 de janeiro de 1850, com a lei Euzébio de Queiróz, que extinguiu o tráfico de escravos para o Brasil. Em 1871 foi promulgada a Lei do Ventre Livre, libertando os filhos dos escravos que nascessem a partir daquela data e reconhecendo a possibilidade jurídica de autocompra de sua liberdade. Em 1885 foi aprovada a Lei Saraiva Cotegipe, que libertava os sexagenários da servidão (REZZUTTI, 2019). Em 1886 foi abolida a pena de açoites para os escravos. Essas leis culminaram com a Lei de Abolição da Escravidão, em 1888, que determinava a libertação de todos os escravos, sem qualquer indenização.

Segundo Castro (2000), a abolição foi um dos fatores que culminaram na queda de d. Pedro II e na Proclamação da República, em 1889, pois o imperador perdeu todo o apoio que tinha dos fazendeiros, que na época detinham um grande poder político e econômico no Império.

A primeira indústria da cidade de São Paulo foi a fábrica de tecidos fundada em 1872 pelo major Diogo Antônio de Barros, que viajou para a Europa para estudar processos industriais (PETRONE, 1955).

Já em 1895, um levantamento registrou que, na cidade de São Paulo, já havia 52 fábricas, sendo a maioria têxteis, serrarias e fundições, fábricas de cerveja, de chapéus e de fósforos. A maior parte dessas empresas, incluindo a fábrica de tecidos do major Diogo, estava localizada onde hoje é o bairro do Brás, próximo aos trilhos da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí (PETRONE, 1955).

### 2.1.1 Primórdios do Mackenzie

O ano de 1870 foi marcante para a cidade de São Paulo. Traz a fundação de uma importante instituição escolar, que viria a ser o marco intelectual no Brasil e uma das maiores universidades do cenário mundial, a Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Segundo Mendes (2007), em 1870 chegou a São Paulo o casal de missionários presbiterianos George e Mary Ann Annesley Chamberlain, que fundou, inicialmente, a Protestant School, na Rua Líbero Badaró. Essa escola evoluiu

para a Escola Americana, que foi transferida para a esquina da Avenida São João com a Avenida Ipiranga, no centro de São Paulo. A escola iniciou oferecendo cursos primários, e desde seus primórdios se distinguiu das demais instituições de ensino por seus métodos didáticos revolucionários para a época, trazidos dos Estados Unidos da América.

Entre 1870 e 1878, várias publicações relatavam suas metodologias, como a preparação dos professores, o método intuitivo e a eliminação dos castigos. A escola permitia classes mistas, sem distinção de sexo, religião e cor (MACKENZIE, 2020a).

Na época, o imperador do Brasil, d. Pedro II, quis conhecer os métodos da “tão falada Escola Americana”, o que ocorreu em setembro de 1878, em uma visita não anunciada (FAUST, 1959). Ele foi acompanhado, em sua visita, pela elite intelectual da corte, como o visconde de Suassuna, o conde de Iguazu, o barão de Maceió, o conselheiro Sinimbu, o barão de Laguna e o visconde de Parnaíba (MACKENZIE, 2020b).

O imperador foi recebido pelo próprio reverendo George Chamberlain, que lhe mostrou todas as dependências da escola. A extrema generosidade do imperador para com as instituições escolares sempre foi reconhecida (REZZUTTI, 2019). Por não poder utilizar os recursos do Império, ele fez uma doação pessoal para a Escola Americana, de 10 contos de réis, um valor vultoso para a época (MACKENZIE, 2020b).

Em 1876, a Escola Americana implantou dois cursos superiores, a Escola Normal e o curso de Filosofia (MACKENZIE, 2020a), apesar de, nessa época, não estar devidamente regulamentada no Brasil a possibilidade de cursos superiores serem ministrados por entidades privadas.

### 2.1.2 Início da industrialização do Brasil

Para Furtado (2006), o Brasil passava, na época, por uma revolução em seu modelo de trabalho, de um modelo escravagista para um modelo assalariado. Isso permitiu uma transição para um sistema econômico industrial.

Pela demanda por mão de obra especializada, além das crises econômicas e políticas nos países de origem, ocorreu um incentivo à migração, principalmente dos países europeus – Portugal, Itália, Alemanha e Espanha, mas também do Japão e dos Países Árabes (IBGE, 2020a).

No final do século, a expansão da cafeicultura no estado de São Paulo gerou recursos e escala econômica para a implantação de estradas de ferro, indústrias

e comércios. Teve início o chamado “primeiro surto industrial” de São Paulo, coincidindo com o período da expansão da lavoura cafeeira no Oeste Paulista.

Entre os diversos tipos de indústrias que tiveram sua instalação consolidada na cidade de São Paulo no final do século XIX, como pequenas tecelagens, fábricas de chapéus, olarias, cerâmicas, luvas, móveis, serrarias e outras, a indústria metalmeccânica teve maior atenção, pois foi responsável pelos equipamentos necessários nas lavouras, estradas de ferro, centrais elétricas térmicas e hidráulicas e nas demais indústrias.

A indústria de máquinas e equipamentos em São Paulo originou-se no século XIX, tendo como principal atividade a exportação de produtos primários (CANO, 1975). Há diversos estudos e publicações que discorreram sobre a evolução da indústria brasileira no período anterior e durante o compreendido pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Entretanto, apesar de os estudos aprofundados indicarem algumas tendências importantes, há poucas evidências dos efeitos da Primeira Guerra Mundial na indústria brasileira de máquinas e equipamentos, e mais especificamente na indústria do estado de São Paulo (SUZIGAN, 2000).

Na instalação dessas primeiras fábricas paulistanas, a cidade do café era Campinas (CARDOSO, 1960). Por outro lado, o crescimento industrial da cidade de São Paulo aumentava, conforme mostrado na Tabela 1.

**Tabela 1** – Número de indústrias na cidade de São Paulo

PERÍODO (ANOS)	NÚMERO DE INDÚSTRIAS
Antes de 1880	16
De 1880 a 1889	16
De 1890 a 1894	21
De 1895 a 1901	39

**Fonte:** Petrone (1955).

Um estudo do desenvolvimento fabril de São Paulo entre o final do século XIX e praticamente início do século XX está sustentado por fatores importantes, que formam parte de maneira mais ou menos significativa para a consolidação do parque industrial da cidade de São Paulo (CARDOSO, 1960, p. 471-475):

- demanda por mão de obra qualificada, com o surgimento de escolas de engenharia e a imigração;
- a cafeicultura;
- estradas de ferro;
- a energia elétrica.

Pode-se traçar assim um pequeno panorama de cada um desses fatores, apresentado a seguir.

### 2.1.3 Demanda por técnicos qualificados e o surgimento das escolas de engenharia

A demanda por mão de obra especializada, além de gerar um incentivo à migração, criou condições para o surgimento de escolas e faculdades técnicas no Brasil. Cronologicamente, temos as seguintes escolas de engenharia criadas nesse período (ROCHA *et al.*, 2007):

- 1792 – Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho.
- 1876 – Escola de Minas de Ouro Preto.
- 1893 – Escola Politécnica de São Paulo (USP), com os cursos Civil e Industrial (dois anos), Agronômica e Mecânica (três anos) e Agrimensura (dois anos).
- 1895 – Escola de Engenharia de Pernambuco (UFPE), com os cursos de Agrimensura (dois anos) e Civil (cinco anos).
- 1896 – Escola de Engenharia Mackenzie (UPM), com o curso Civil (cinco anos).
- 1896 – Escola de Engenharia de Porto Alegre (UFRG), com o curso Civil.
- 1897 – Escola Politécnica da Bahia (UFBA), com os cursos de Geógrafo (quatro anos) e Civil (cinco anos).

Essas escolas contribuíram com o fornecimento dos técnicos e engenheiros que propiciaram o surgimento das infraestruturas de matéria-prima, transporte, energia e indústrias, necessárias para o desenvolvimento do País. Outros técnicos necessários foram os estrangeiros e os brasileiros que tiveram sua formação obtida no exterior.

## 2.2 A imigração

No final do século XIX, mais da metade dos habitantes da cidade de São Paulo eram imigrantes (IBGE, 2020b). Eles chegaram inicialmente para trabalhar na lavoura e posteriormente se deslocaram para as indústrias, que estavam em pleno crescimento.

Após a promulgação da Lei Eusébio de Queirós e a consequente abolição do tráfico negreiro, ocorrida em 1850, os escravos negros tornaram-se escassos e cada vez mais caros. Para substituí-los, começaram a chegar os imigrantes, sobretudo italianos. Um número significativo deles fixou-se na própria capital, empregando-se nas primeiras indústrias que se instalavam nos bairros do Brás e da Mooca, a partir de investimentos provenientes dos lucros obtidos pelos empresários do setor cafeeicultor. Em 1882, foi fundada a Hospedaria dos Imigrantes, a princípio no Bom Retiro (1882) e posteriormente na Mooca (1885), como apresentado na Tabela 2.

**Tabela 2** – Imigração italiana na cidade de São Paulo

ANO	NÚMERO DE ITALIANOS	% DA POPULAÇÃO DA CIDADE
1886	5.717	13%
1893	45.457	35%
1900	75.000	31%
1910	130.000	33%
1916	187.540	37%

**Fonte:** Trento (1989).

A colocação de Cenni (2012, p. 224-225) apresenta o retrato do crescimento da cidade de São Paulo com relação ao número de imigrantes italianos e sua influência nas indústrias paulistanas:

[...] a impressão de espanto de um mineiro ao conhecer São Paulo em 1902: “Os meus ouvidos e os meus olhos guardaram cenas inesquecíveis. Não sei se a Itália seria menos em São Paulo. No bonde, no teatro, na rua, na igreja, fala-se mais o idioma de Dante que o de Camões. Os maiores e mais nume-

rosos comerciantes e industriais eram italianos”. Sousa Pinto, um jornalista português que esteve na Cidade na mesma época, não conseguiu se fazer entender por vários cocheiros de tálburi, todos falando dialetos peninsulares e gesticulando à napolitana. Escritas em italiano eram também as tabuletas de vários edifícios. “Encontramo-nos a cogitar se por um estranho fenômeno de letargia em vez de descer em São Paulo teríamos ido parar à Cidade de Vesúvio”.

### 2.2.1 Influência da cafeicultura no desenvolvimento industrial de São Paulo

A produção paulista de café, até o início da década de 1870, representava apenas 16% do total brasileiro. A partir desse ano, ingressou em um período de vigorosa expansão, perfazendo em 1875 cerca de um quarto da produção nacional, saltando, dez anos depois, para 40% (CANO, 1975).

Foi no chamado Oeste Paulista, a partir do final do século XIX, que houve uma grande expansão cafeeira, com a plantação nas terras férteis do Oeste, que compreendem a região de Jundiaí até Ribeirão Preto, deslocando o eixo econômico do café, antes localizado no Vale do Paraíba. Isso fez surgir novos centros de distribuição do produto.

Santos substituiu inteiramente o porto do Rio de Janeiro como ponto estratégico para o escoamento do café. A nova rota passou a favorecer diretamente o entroncamento na cidade de São Paulo, sendo de fundamental importância para o crescimento urbano da capital paulista (CARDOSO, 1960).

Segundo Dall’Olio (2019), em São Paulo, o produtor pioneiro foi o militar José Arouche de Toledo Rendon. Ele plantou café em seu sítio, localizado na margem direita do Tietê, conhecida como “Casa Verde” e que iria dar nome ao bairro. A data exata é desconhecida, mas, em 1794, o tenente-coronel Rendon enviou a seu irmão em Lisboa uma caixa de café produzido no seu sítio (OLIVEIRA, 2020).

Os principais barões do café da época observaram a localização extraordinária da cidade de São Paulo e, além de possuírem propriedades residenciais, começaram a ter em São Paulo um centro de comercialização e estocagem do café, antes da descida ao Porto de Santos, para exportação, e, também, um centro de entreposto das máquinas importadas para distribuição das fazendas cafeeiras de todo o estado (SUZIGAN, 2000).

### 2.2.2 Ferrovias: o grande salto logístico do Brasil

A Estrada de Ferro Santos-Jundiaí foi inaugurada em 1867. Com o primeiro trecho em funcionamento, um grupo de fazendeiros criou a Companhia Paulista para construir um novo trecho que avançasse pelo interior. Em 1872, foi inaugurada a estrada que ligava Jundiaí a Campinas (DALL'OLIO, 2019).

O café da região, que levava de três a quatro semanas para ser conduzido ao porto por burros de carga, passou a chegar ao destino em poucos dias. A Companhia Paulista construiu as estradas Ituana (1873), Mogiana (1875) e Sorocabana (1879). O transporte do café tornou-se muito mais rápido e mais barato, o que incentivou ainda mais a produção. Assim, São Paulo, que permaneceu isolada durante séculos, passou a se conectar com as principais cidades da província e ainda ganhou, em 1877, uma ligação direta com o Rio de Janeiro: a Estrada de Ferro do Norte (DALL'OLIO, 2019).

Antes da inauguração dos trens, a renda municipal de São Paulo era muito semelhante à de Campinas e à de Santos. Com as novas estradas, a capital saiu na frente para se tornar a principal cidade da província. Todos os trens agora convergiam para São Paulo e, a partir da capital, desciam a serra para alcançar o Porto de Santos (MARSON, 2015).

A cidade de São Paulo fez-se rota obrigatória da produção e concentração da riqueza do café, com escritórios dos principais bancos, empresas, companhias de seguro, serviços de exportação e importação e demais centros comerciais. A posição estratégica de porta de entrada do planalto e comunicação direta com o litoral estava aberta para o crescimento da cidade (MARSON, 2015).

### 2.2.3 Energia elétrica

Assim como outras cidades brasileiras, São Paulo teve suas primeiras experiências de iluminação pública nas décadas iniciais do século XIX, por meio do uso de lâmpões à base de azeite de mamona, de peixe ou baleia. Os suportes eram pregados por longos braços de ferro às paredes das casas das ruas principais. Em 1829, havia 24 lâmpões de azeite iluminando a cidade, época em que a população era em torno de 20 mil pessoas (FUNDAÇÃO ENERGIA E SANEAMENTO, 2016).

Nas décadas seguintes, ainda que de forma precária, as ruas passaram a ser iluminadas com a utilização de compostos como o gás de hulha, o hidrogênio líquido e o querosene. Em 1869, foi fundada, em Londres, a The San Paulo

Gas Company Ltd., que passou a ser responsável pela exploração dos serviços de iluminação pública a gás em São Paulo. Em 1870, a Várzea do Carmo, no Brás, foi escolhida como o local ideal para a construção da fábrica de gás, que se tornaria a Casa das Retortas, hoje tombada pelos órgãos de patrimônio (FUNDAÇÃO ENERGIA E SANEAMENTO, 2016).

Os lampiões a gás expandiram-se até 1929, quando o governo transferiu para a Brazilian Traction Light and Power Co. Ltd o serviço de iluminação pública da cidade, deixando o fornecimento para a San Paulo Gas Company. É desse período o desenvolvimento de diversos modelos de postes que seriam instalados na capital, sendo alguns desses presentes, até hoje, no centro de São Paulo. Em 1901, entrava em operação a primeira hidroelétrica da Light no Brasil e a maior brasileira até então, a Usina de Parnaíba, com 2 MW de capacidade (SILVA, 2017).

Em 1912, para manter o suprimento de energia, sua capacidade foi ampliada para 16 MW. Nesse mesmo ano, começava a funcionar uma usina termoeletrica a vapor na Rua Paula Souza, em São Paulo (EMAE, 2020a).

Por causa do grande consumo de água exigido pelas turbinas da Usina de Parnaíba, a Light precisava regularizar a vazão do rio Tietê. A solução encontrada foi a implantação de uma represa em um dos afluentes do rio Pinheiros, o rio Guarapiranga, conhecido como Embu-Guaçu. Assim, foi construído o reservatório Guarapiranga, entrando em operação em 1908 (EMAE, 2020a).

## 2.2.4 A escola de engenharia Mackenzie

A fama da Escola Americana de São Paulo, com seus métodos de ensino inovadores para a época, correu o mundo e chegou ao advogado americano John Theron Mackenzie, que deixou em seu testamento substancial doação para a Igreja Presbiteriana Norte-Americana, com o objetivo específico de construir uma escola de engenharia no Brasil, sob a gestão da Escola Americana aqui existente.

Dessa forma, surgiram os recursos financeiros para a criação da quinta mais antiga Escola de Engenharia do Brasil e a primeira não governamental. Foi adotado o nome de Escola de Engenharia Mackenzie College, em homenagem ao advogado filantropo (MENDES, 2000).

Segundo Mendes (2020), dois fatores foram responsáveis pela formação de uma elite de empreendedores paulistanos e brasileiros no início do século XX: as famílias tradicionais ligadas à cafeicultura e a burguesia de origem



estrangeira que emigrou para o Brasil. A formação da mentalidade empresarial e o desenvolvimento do conhecimento técnico para essa elite desenvolver a indústria ficaram a cargo das escolas de engenharia (GOMES, 1999).

Até meados do século XX, a cidade de São Paulo tinha apenas duas escolas de engenharia, a Escola Politécnica e o Mackenzie College. É importante registrar que o Mackenzie College formou mais que a metade de todos os engenheiros registrados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo até 1960 (MASPOLI, 1999).

Maspoli (1999) ressalta o protagonismo do Mackenzie College na formação da mentalidade empresarial dos paulistanos. Esse desenvolvimento foi fruto da preparação da mão de obra especializada para a administração das novas indústrias.

Cronologicamente, é possível listar os principais eventos que marcaram a Escola de Engenharia, de sua fundação até a atualidade, por modalidade (MENDES, 2000).

- Engenharia Civil: Em 1896, foi fundado o curso de Engenharia Civil, que formou sua primeira turma em 1900 e existe até hoje, sendo o curso mais concorrido da Escola de Engenharia. O primeiro engenheiro formado pelo Mackenzie foi Alexandre Mariano Cococi, que se especializou em Topografia e Geodésia. Ele executou em 1902 a planta geral da cidade de São Paulo, um mapa completo da área urbana da metrópole. Foram feitas diversas outras plantas em datas posteriores.
- Química Industrial: Segundo Mendes (2020), em 1915 iniciou-se na Escola de Engenharia o curso de Química Industrial, com quatro anos de duração. Em 1932, o curso de Química Industrial foi desvinculado da Escola de Engenharia e enquadrado na recém-criada Escola Técnica.

No ano seguinte, a Escola Técnica passou a oferecer, além do curso superior de Química Industrial, os cursos técnicos de Química Têxtil, de Eletrotécnica, e mais tarde de Eletrônica, de Agrimensura e de Desenho Técnico.

Esses cursos podem ser considerados os pioneiros dos colégios técnicos brasileiros, pois apesar de serem geridos inicialmente pela Escola de Engenharia, eram mais específicos, e exigia-se dos candidatos apenas o equivalente ao primeiro grau completo na época.

O ensino técnico só foi regulamentado no Brasil em 1943, por meio do Decreto nº 11.307, de 13 de janeiro, depois modificado pelo Decreto nº 22.456, de 7 de fevereiro de 1947 (MENDES, 2020).

- Engenharia Mecânica-Elétrica: A primeira graduação do curso de Engenheiros Mecânicos-Eletricistas ocorre em 1918. Em 1936, passam a ser denominados Engenheiros Civil-Eletricistas. Em 1943, surgiu a habilitação exclusiva de Engenheiro Elétrico, em substituição à anterior.

Já o curso de Engenharia Mecânica teve início em 1958, quando um grupo de alunos, já no penúltimo ano, em 1957, com matérias afins, que justificavam na época a formação mecânica, entrou com uma solicitação junto ao governo federal e conseguiu, em 1958, a concessão do Curso de Engenharia Mecânica da Universidade Mackenzie. Em outubro de 2008, esses mesmos alunos participaram na Universidade da comemoração dos 50 anos do Curso de Engenharia Mecânica.

- Engenheiros-Arquitetos: Em 1919, graduaram-se os primeiros engenheiros-arquitetos. O curso iniciou-se em 1917 como uma habilitação da Engenharia Civil. Em 1947 foi fundada a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo no Mackenzie e o curso de Engenheiros-Arquitetos foi transformado em curso de Arquitetura e Urbanismo.
- Engenharia Aeronáutica: Em 1931, na Escola de Engenharia formou-se o Club Mackenzie de Planadores, fundado por Georges Corbisier e por Henrique Santos Dumont, irmão do “pai da aviação”. Nesse mesmo ano, foi construído no Mackenzie o primeiro planador do Brasil (BOLETIM, 1946).

O curso de Engenharia Aeronáutica teve início em 1932, sendo o primeiro do Brasil. Não formou nenhuma turma por essa habilitação não estar reconhecida na época.

- Engenharia de Materiais: De acordo com o depoimento da professora Leila Miranda (2020):

O Curso de Engenharia de Materiais da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) nasceu em 1992, sendo concebido considerando-se o campo de atuação das Engenharias Química, Metalúrgica e de Materiais, as interfaces entre cada um deles, e que no Brasil existia uma carência de profissionais com formação adequada para atender às necessidades da nossa indústria. Este curso é oriundo da fusão dos cursos de Engenharia Química e Engenharia Metalúrgica da UPM, acrescidos das peculiaridades que envolvem a formação do Engenheiro de Materiais.

[...] Os egressos da Engenharia de Materiais, devido às suas competências, vêm empreendendo e criando empresas de alta tecnologia em materiais, ajudando o País em seu desenvolvimento tecnológico, além de ocupar cargos relevantes e de liderança no mercado de trabalho, em diversos setores das Indústrias, de Institutos de Pesquisa, Universidades e Agências Governamentais.

- Engenharia de Produção: A Engenharia de Produção é o ramo da engenharia implantado mais recentemente na UPM. Ele foi aprovado em 2002 e teve o seu início em 2003, com sua primeira turma formada no final de 2007.

Em 2018, o curso já havia formado 991 engenheiros e mantinha cursando 1.166 alunos, o que o tornava o segundo curso da Escola de Engenharia, em termos de número de alunos.

## 2.2.5 O início do século XX

No início do século XX, o plantio de café em São Paulo e a criação de gado em Minas, com sua respectiva geração de riqueza e importância política, fizeram surgir a “política do café com leite”, com a alternância de paulistas e mineiros na presidência (IBGE, 2020b).

Nessa época, o apoio de pequenas indústrias no ramo metalmeccânico tornou-se essencial para a mecanização da agricultura e de outros setores que dependiam diretamente do fornecimento de implementos metalúrgicos. Assim, empresas consolidavam-se e passavam de simples exportadoras para fabricantes de máquinas e equipamentos.

O Quadro 1 mostra o crescimento das indústrias no começo do século XX.

Os primeiros bondes elétricos começaram a circular a partir de 1897, mas só depois de 1900 estabeleceram-se as linhas de maior extensão.

Em 1908, os bondes da Light transportaram 24.981.106 passageiros e o Tramway da Cantareira conduziu 277.629. Dez anos mais tarde, símbolo do crescimento demográfico da cidade, o primeiro transportou 58.455.792 passageiros e o segundo levou 1.730.941 (PETRONE, 1955).

Uma amostra do crescimento industrial desse período foi a feira industrial de 1917 no Palácio das Indústrias, localizado até hoje no bairro do Pari (LIMA, 2012). Para a realização do evento, foi construído o Palácio das Indústrias, onde se apresentaram mais de 160 expositores.

**Quadro 1** – Empresas de máquinas, oficinas e fundições, estado de São Paulo, 1901

<b>EMPRESAS</b>	<b>FUNDAÇÃO</b>	<b>PROPRIETÁRIOS</b>
Fundição Ferro e Bronze	1895	George Craig e Júlio Martins
Grande Oficina de Caldeireiro	n.d.	Virgílio Antônio de Brito
Grande Fundição do Braz	1892	Francisco Amaro
Grande Fundição Sidow	1874	Heitor Prado
The Lidgerwood Manuf. Company	1860	Lidgerwood
Cia. Mechanica Importadora de São Paulo	1890	Siciliano, Camargo e Lacerda
F. & L. Sydow	n.d.	Francisco Sydow
A. Milanesi & Irmãos	1900	Família Milanesi
Haupt & Cia.	1823	n.d.
Vagnotti & Cia.	1900	n.d.
Naschold & Cia.	1897	Steobel/ Naschold

**Fonte:** Marson (2012).

### 2.2.6 Meados do século XX – depressão, guerras e crescimento econômico

A zona industrial da cidade, já também definida, localizava-se principalmente nos bairros de várzea, não longe das vias férreas, como tivemos oportunidade de acentuar. Brás, Mooca e Belenzinho eram os mais característicos.

Cerca de 2 mil estabelecimentos fabris e 70 mil operários definiam a vida industrial da Pauliceia no fim do primeiro quarto do século.

As indústrias têxteis eram as mais importantes, pela produção e mão de obra empregada: havia 37 fábricas de tecidos de algodão, 39 malharias, oito fábricas de tecidos de seda, seis de tecidos de lã e três de tecidos de juta, que empregavam mais de 20 mil operários. Também se destacavam as fábricas de calçados, em um total de 83; as de chapéus, em um total de 36, as fundições, as de produtos químicos e as serrarias, entre outras (PETRONE, 1955).

As principais áreas industriais acompanham as vias férreas: Brás, Belenzinho, Tatuapé, Comendador Ermelino e São Miguel Paulista, ao longo dos trilhos da Central do Brasil; Brás, Pari, Mooca, Ipiranga, São Caetano do Sul e Santo André acompanhavam a Santos-Jundiaí; Barra Funda, Água Branca, Lapa e Osasco eram servidas pela Santos-Jundiaí, assim como pela Sorocabana.

Entre os anos de 1924 e 1925, uma forte estiagem reduziu a capacidade de vazão dos rios. São Paulo era palco de um rápido crescimento industrial e, conseqüentemente, da demanda de eletricidade. A situação vivida em 1924 provocou a redução de aproximadamente 30% do fornecimento de energia elétrica. Ainda nesse ano foram instaladas mais duas unidades na Usina Paula Souza, elevando sua capacidade (SILVA, 2017). Foi também construída em prazo recorde (sete meses) a Usina Hidroelétrica de Rasgão, entre Pirapora e Cabreúva, que entrou em operação em 1925 (EMAE, 2020b).

Em 1923, o engenheiro Asa White Kenney Billings estudava a implantação do Projeto da Serra, que visava a geração de energia elétrica aproveitando o desnível da Serra do Mar. Assim, em 1926, entrava em operação a primeira unidade geradora da Usina de Cubatão, hoje chamada de Henry Borden. Em 1927 foi adquirida, ainda em fase de construção, a Usina de Porto Góes, inaugurada em 1928, com capacidade de 11 MW, vazão turbinável de 56 m<sup>3</sup>/s e desnível nominal de 25 metros. Foi a primeira usina da Empresa Metropolitana de Águas e Energia a ser automatizada (EMAE, 2020a).

Ainda com relação à expansão das indústrias mecânicas de bens de capital, o Quadro 2 mostra a evolução e as novas empresas, algumas conhecidas até hoje.

**Quadro 2** – Empresas de máquinas, oficinas e fundições, município de São Paulo, 1919

<b>EMPRESA</b>	<b>OPERÁRIOS</b>	<b>PRODUTOS</b>
B. Penteado (1916)	60	Máquinas de beneficiar
Martins Barros (1911-1916)	200	Máquinas lavoura e indústria
Mario Babbini & Irmão (1916)	95	Máquinas lavoura e indústria
Pirie & Villares (1918)	n.d.	Oficina mecânica
L. Silva & Cia. Ltda. (1918)	4	Instrumentos agrícolas
Oficina Craig Ltda. (1896)	117	Máquinas diversas
Vagnotti & Cia. (1900)	149	Acessórios para máquinas têxteis
Ind. Mecânica Cavallari (1905)	107	Máquinas para papel e borracha
José Dapice (1910)		Máquinas de tecidos
Haupt & Cia. (1823)	28	Bombas hidráulicas
Bardella Ind. Mecânicas (1911)	182	Eixos e fundições de peças
Puccetti & Cia. (1915)	18	Máquinas para bebidas
Henrique Grassmann F. (1917)	1	Foice, arados, consertos
Lilla & Irmãos (1918)	30	Torradores e máquinas
Naschold (1897)	120	n.d.
Carlos Bonfanti (1905)	14	Máquinas diversas
Metalúrgica Ruegger (1895)	n.d.	n.d.
Fundição Progresso (1917)	450	Fundição em ferro fundido
Cia. Mecân. Importadora (1890)	n.d.	Máquinas diversas

**Fonte:** Marson (2012).

Nota-se de importante no quadro o surgimento de empresas expressivas na área metalmeccânica, como a Villares, em 1918, a Mecânica Cavallari (1905) e a Bardella Indústrias Mecânicas, em 1911.

[...] as fábricas que se estabeleceram [na indústria metalmeccânica] antes da guerra produziam especialmente máquinas e implementos agrícolas. [...] Algumas das empresas mais novas, [...], além de produzirem máquinas, ferramentas e implementos agrícolas, começaram a produção de pequenos tornos. Outras, como a Bardella Indústrias Mecânicas e três outras firmas, iniciaram a produção de máquinas industriais (máquinas para fábricas de papel e papelão e para a indústria de borracha e cerâmica), bombas hidráulicas, pontes rolantes, pequenas turbinas etc. Praticamente todas essas novas empresas foram fundadas por imigrantes, quase sempre de origem italiana (SUZIGAN, 2000, p. 295).

### 2.3 As principais indústrias da cidade de São Paulo no século XX

- *Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo*. Em 1891, com os irmãos Giuseppe e Luigi, Francesco Matarazzo criou a Companhia Matarazzo S.A., no início funcionando em Sorocaba, contando com 41 acionistas minoritários, principalmente italianos. A principal atividade da empresa era a importação de farinha de trigo e algodão dos Estados Unidos (PEIXOTO, 2019). Matarazzo então decidiu começar a produzir farinha no Brasil. Assim, foi construída a fábrica do moinho em São Paulo, no Pari, em 1900 (OLIVEIRA, 2014a).

Em 1920, foi inaugurado o complexo industrial da Água Branca, na Zona Oeste de São Paulo, em uma área com 100 mil metros quadrados. O local caracteriza-se por suas imensas chaminés de tijolos, que podiam ser avistadas a centenas de metros de distância. Esse foi o primeiro parque industrial paulista com noção verticalizada de produção (MARCOVITCH, 2012).

Francesco Matarazzo faleceu em 1937, possuindo a quinta maior fortuna do mundo, com patrimônio estimado atualmente em US\$ 20 bilhões (DUARTE, 2017).

Em 1981, todo o setor têxtil das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo (IRFM) foi vendido. Entre 1981 e 1983, a situação piorou. Houve uma disputa de poder entre os herdeiros, além de seguidos abalos na economia

(MARCOVITCH, 2012). Em 2013, a penúltima fábrica era fechada em São Paulo (MANCUZO JR., 2008).

- *Indústrias Votorantim*. A Votorantim foi fundada em 9 de janeiro de 1918, na região de Sorocaba, interior de São Paulo, como uma fábrica de tecidos (Sociedade Anônima Fábrica Votorantim), no final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Ainda nos anos 1930, decidiram investir na indústria de base, quando o Brasil era um país eminentemente agrícola. Nos anos 1950, investiram em uma indústria de alumínio para que o Brasil pudesse concorrer nesse setor com o Canadá e com os Estados Unidos. No mesmo ano, começaram a construção das suas próprias usinas hidrelétricas, com a finalidade de fornecer energia elétrica para suas indústrias (MEMÓRIAS DA VOTORANTIM, 2020). Em 1944 foi criada outra empresa, a Metalúrgica Atlas, uma indústria de equipamentos pesados (MEMÓRIAS DA VOTORANTIM, 2020).

- *Lanificio Crespi/Cotonificio Rodolfo Crespi*. Indústria têxtil criada no bairro da Mooca (São Paulo) e inaugurada em 1897. A empresa alterou seu nome para Cotonificio Rodolfo Crespi em 1904, nome que se manteve até o encerramento de suas atividades, em 1963 (CENNI, 2012).

O Cotonificio Crespi participou de momentos importantes da história do Brasil. Uma paralisação dos trabalhadores da empresa deu origem a uma greve em 1917. Na ocasião, com a intervenção da polícia, houve a morte de um trabalhador (TOLEDO, 2017).

A empresa produziu roupas para os soldados paulistas durante a Revolução Constitucionalista de 1932, e para os soldados italianos durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) (CENNI, 2012).

Em 1924, uma colaboração entre funcionários e a empresa possibilitou a criação de um time de várzea formado pelos trabalhadores da empresa, e que viria a se chamar posteriormente Clube Atlético Juventus.

- *Villares S.A.* Atualmente uma subsidiária da austríaca Voestalpine AG, foi um grupo industrial fundado na cidade de São Paulo. Em 1918, dois engenheiros ingleses fundam a Lowsby & Pirie com o objetivo de produzir réplicas e peças adaptadas para elevadores que eram fabricados na Europa. Em 1920 apareceu um novo sócio, tornando-se a Pirie, Villares & Cia, com Carlos Dumont Villares, sobrinho de Alberto Santos



Dumont. Com a ajuda do novo sócio, a Pirie, Villares & Cia. expandiu sua área de atuação para a fabricação de elevadores próprios usando suas peças adaptadas.

Em 1935, a empresa trocou seu nome para Elevadores Atlas S.A., e no ano seguinte mudou-se para o bairro do Cambuci. Em 1958 inicia a fabricação de trólebus no Brasil. Em 1976, a Villares iniciou a produção de motores a álcool, fornecendo motores para os ônibus urbanos.

Em 1999 o grupo suíço Schindler adquiriu o controle acionário da Elevadores Atlas S.A. Em 2000 a Villares Metals passou a ser controlada pelo grupo espanhol Sidenor, que posteriormente vendeu sua participação para a empresa austríaca Böhler-Uddeholm AG. Hoje o grupo Villares transformou-se em uma *holding* de investimento com participações na Villares Metals e na Schindler Atlas (MENEZES, 2019).

- *Bardella*. Antônio Bardella, italiano, veio para o Brasil aos 6 anos de idade. Trabalhou em estrada de ferro, tornando-se forjador. Aos 28 anos inaugurou as Oficinas Bardella, na atual Avenida Rudge, no bairro da Barra Funda, em São Paulo. A Bardella iniciou como uma oficina mecânica, fabricando fogões, grades para janelas e jardins e artefatos de ferro.

Em 1911 implantou uma fundição e passou a produzir máquinas como pontes rolantes, trefiladeiras, serras e posteriormente equipamentos para energia, metalurgia, siderurgia, movimentação de cargas e mineração, entre outros. Atualmente opera no mercado de bens de capital sob encomenda do Brasil, nos ramos de energia, petróleo, gás, movimentação de materiais, serviços, aços trefilados e aços laminados, com tecnologia própria ou com acordos de tecnologia com empresas estrangeiras (BARDELLA INDÚSTRIAS MECÂNICAS, 2014).

- *Indústria de Tecidos Jafet Nami*. Jafet Nami foi um imigrante libanês. Formou-se professor na Universidade Americana de Beirute, em matemática, imigrou para o Brasil no final do século XIX e em 1890 abriu uma loja de tecidos na Rua 25 de Março, em São Paulo. Bem-sucedido, mandou vir os irmãos Basílio, João e Benjamim. Em 1906 comprou 100 mil metros no bairro do Ipiranga, onde fundaram uma indústria têxtil que empregou 1.800 operários, tornando-se uma das maiores do País.

Com os fabulosos lucros da Primeira Guerra, quando a importação foi fechada e os industriais brasileiros não tinham concorrência dos tecidos importados, os Jafet entraram em outros ramos e foram importantes industriais siderúrgicos do País. Foram fundadores do Esporte Clube Sírio, do Clube Monte Líbano e do Hospital Sírio-Libanês, até pouco tempo presidido pela senhora Violeta Jafet, filha de Basílio Jafet, irmão do professor Nami Jafet.

Apoiadores de Getúlio, com a morte deste houve a reviravolta da luta política, e já com as indústrias em decadência, sofreram cortes de crédito, o que os levou à concordata em 1965.

- *Sönksen*. A primeira fábrica de chocolates instalada em São Paulo, e também no Brasil, foi fundada em 1888. Por mais de 80 anos, até a década de 1970, a Sönksen foi a principal líder desse segmento, que, desde seu início, dava indícios de ser promissor e de franco crescimento. A empresa notabilizou-se pela fabricação dos tradicionalíssimos ovos de Páscoa, coelhos de chocolate e outros. Contudo, na década de 1970, a empresa foi colocada à venda e no ano de 1977 pediu concordata.
- *Falchi*. No ano de 1890, os irmãos Ponfílio, Emídio e Bernardino Falchi chegaram ao Brasil e, com Serafim Corso, adquiriram um lote de terras onde hoje é a Vila Prudente. Os irmãos mudaram-se para o bairro, onde construíram uma fábrica de chocolates que empregava, na sua maioria, imigrantes italianos. Os Chocolates Falchi perduraram até o início dos anos 1970, quando a fábrica foi desativada.

Após a inauguração dessa fábrica, uma das primeiras onde hoje está a Vila Prudente, essa região expandiu-se em ritmo acelerado. Chegaram em seguida indústrias de papelão, cerâmica, louças e tecelagens, entre as quais a Cerâmica Vila Prudente, a Indústria de Louças Zappi e a Manufatura de Chapéus Oriente (VILA INDUSTRIAL..., 2007).

- *Lacta*. Em 1912, na Vila Mariana, São Paulo, o cônsul suíço Achilles Isella, que veio da Argentina para o Brasil em 1891, fundou a Societé Anonyme des Chocolats Suisses de São Paulo. Seu objetivo era fabricar chocolates no Brasil. Em 1917, Carlos Zanotta e seu sócio Eduardo de Lorenzi se uniram para comprar a fábrica, que estava à venda. Assim que a compraram, registraram a marca Lacta da Poulain.

Entrando em concordata no ano de 1930, conseguiu se recuperar em 1933, mas pela forte concorrência na época, a empresa declarou falência em 1937, quando foi comprada pelos Diários Associados, do jornalista Assis Chateaubriand,

que assumiu a empresa. A Lacta também foi propriedade de Ademar de Barros Filho, que, em 1966, vendeu a companhia para a Kraft Foods (CANABARRO, 2018).

- *Bicicletas Caloi*. Fundada pelo imigrante italiano Luigi Caloi em 1898, inicialmente se chamava Casa Luiz Caloi e começou importando bicicletas europeias e produzindo apenas acessórios. Vinte e seis anos depois, virou Casa Irmãos Caloi, formada pelos filhos de Luigi, que havia falecido naquele ano.

A sociedade não durou muito tempo, e apenas um dos herdeiros, Guido Caloi, se manteve na empresa. Mas a Segunda Guerra Mundial trouxe dificuldade para as importações, e a empresa decidiu começar a fabricar as bicicletas localmente, no bairro do Brooklin. Em 1945, a Caloi inaugurou a primeira fábrica de bicicletas do País. Em agosto de 2013, a multinacional canadense Dorel Industries INC comprou 70% das ações da empresa, e em 2018, a totalidade. Ainda assim, a Caloi manteve o seu nome (HISTÓRIA DAS BICICLETAS, 2019).

- *Lorenzetti*. A Lorenzetti nasce em 1923, quando o engenheiro Alessandro Lorenzetti decidiu instalar em São Paulo a primeira fábrica brasileira de parafusos de precisão. A empresa se tornou a maior metalúrgica da cidade de São Paulo, com quatro áreas instaladas na Mooca. Durante a Segunda Guerra Mundial, pela escassez de gasolina, foram fabricados aparelhos que utilizavam o carvão como fonte de energia para motores. Esse equipamento, conhecido como gasogênio, foi instalado em veículos.

Na década de 1950, a Lorenzetti iniciou a produção da linha de chuveiros, que foi rapidamente ampliada com torneiras e aquecedores elétricos. Em 2012, a Lorenzetti entrou no segmento de iluminação e, em 2015, começou a fabricar louças e metais sanitários (LORENZETTI, 2020).

- *Cisper*. Indústria de vidro com fábricas em São Paulo, Rio de Janeiro e Manaus. A indústria foi fundada pelo Grupo Monteiro Aranha. Em 1960, o grupo vendeu 80% do capital para a Owens Illinois Inc. (O-I), ficando com 20%.

A Cisper iniciou suas atividades no Rio de Janeiro com uma máquina revolucionária, capaz de produzir garrafas em série, inventada por Michael J. Owens. A primeira encomenda de cem garrafas, no ano de 1918, marcou o

início de uma relação comercial com a Cervejaria Brahma, que existe até hoje. Em outubro de 1949 foi inaugurada a segunda fábrica Cisper em São Paulo.

Em 1962 a O-I, empresa presente em mais de 20 países, adquiriu 80% do capital da Companhia Cisper (CISPER, 2020).

- *Nadir Figueiredo*. Essa empresa teve como um dos fundadores Nadir Dias de Figueiredo (1891–1983). Abriu as portas inicialmente como uma oficina de máquinas de escrever, em 1912, no Cambuci. Em 1935, mudou-se para o bairro do Belém e, em 1946, para a Vila Maria. A Nadir Figueiredo (NF) tornou-se uma tradicional fabricante de utensílios de vidro da capital paulista. Atualmente, a fábrica localiza-se em Suzano, na Grande São Paulo.

Em 20 de outubro de 1947, um ano depois de ter se mudado para a Vila Maria, a empresa criou um copo que viria a se tornar um símbolo do País.

Em 12 de julho de 2019, a Nadir Figueiredo foi adquirida pelo grupo americano de *private equity* HIG Capital por R\$ 836,27 milhões (REUTERS, 2019).

- *Ford*. Até a metade da década de 1900, o Brasil e a América do Sul possuíam seus veículos importados da Europa. Contudo, por causa da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), ocorreu uma interrupção na importação de automóveis.

Em 1923, iniciou-se a produção da Ford da Rua Solon, com 124 funcionários, fabricando 4.700 automóveis e 360 tratores por ano, um número expressivo para a época. Em 1927 a Ford adquiriu um terreno na Vila Prudente. A partir desse momento, a unidade do Bom Retiro passou a ter suas atividades reduzidas gradativamente até ser totalmente desativada (OLIVEIRA, 2014b).

- *Voith*. Em 1905 a Voith forneceu as primeiras cinco turbinas para a usina hidrelétrica de Itatinga, em Santos. Apenas sete anos depois, entregou três turbinas Francis para o projeto da hidrelétrica de Sorocaba. A primeira máquina de papel Voith destinada ao Brasil foi fornecida para a Companhia Fabril de Cubatão, em 1923.

A história da Voith no Brasil teve início em 16 de julho de 1964, com a fundação da Voith S.A. Máquinas e Equipamentos, a primeira instalação de produção do Grupo Voith no continente americano, no bairro do Jaraguá, na Zona Norte de São Paulo.

Em 1978, a empresa iniciou o fornecimento de turbinas para Itaipu. A ampliação da usina hidrelétrica é feita por etapas: seis anos mais tarde, os primeiros grupos geradores são instalados e, a partir de 1991, doze turbinas Francis têm produzido energia renovável a partir de geração hidrelétrica (VOITH, 2020).

## Referências

- BARDELLA INDÚSTRIAS MECÂNICAS. *100 anos Bardella: uma história feita por pessoas, inovações e grandes conquistas*. São Paulo, 17 jul. 2014. Disponível em: <https://www.facebook.com/796927776984910/posts/833232023354485/>. Acesso em: 7 set. 2020.
- BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DO MACKENZIE. São Paulo, ano XVI, n. 20, 1946.
- CANABARRO, A. Você conhece a história da Lacta? *TriCurioso*, [s. l.], 23 maio 2018. Disponível em: <https://www.tricurioso.com/2018/05/23/voce-conhece-a-historia-da-lacta/>. Acesso em: 10 nov. 2020.
- CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 1975. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1975. 2 v.
- CARDOSO, F. H. O café e a industrialização da cidade de São Paulo. *Revista de História*, São Paulo, v. 20, n. 42, p. 471-475, 1960. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/issue/view/8980>. Acesso em: 10 mar. 2020.
- CASTRO, C. A. *Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- CENNI, F. *Italianos no Brasil: andiamo in Merica*. São Paulo: Edusp, 2012.
- CISPER. In: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cisper>. Acesso em: 30 out. 2020.
- DALL'OLIO, C. A metrópole improvável: por que São Paulo virou a maior cidade do Brasil. *Exame*, São Paulo, 25 jan. 2019. Disponível em: <https://exame.com/economia/a-metropole-improvavel-por-que-sao-paulo-virou-a-maior-cidade-do-brasil/>. Acesso em: 10 mar. 2020.
- DUARTE, M. A prefeitura e o colecionador das memórias das Indústrias Matarazzo da cidade. *São Paulo para Curiosos*, 2017. Disponível em <https://www.spcuriosos.com.br/antiguidades/um-roteiro-com-as-memorias-das-industrias-matarazzo-na-cidade/>. Acesso em: 30 set. 2020.

- EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. (EMAE). Institucional. Histórico. 2020a. Disponível em: <http://www.emaec.com.br/conteudo.asp?id=Historico>. Acesso em: 29 set. 2020.
- EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. (EMAE). A pequena central Hidroelétrica Rasgão. 2020b. Disponível em: <http://www.emaec.com.br/conteudo.asp?id=Pequena-Central-Hidroeletrica-Rasgao>. Acesso em: 29 set. 2020.
- FAUST, A. F. *Brazil: education in an expanding economy*. Utah: U.S. Department of Health, Education, and Welfare, 1959.
- FUNDAÇÃO ENERGIA E SANEAMENTO. A história da Usina Termelétrica Paula Souza. Usina a vapor: uma obra emergencial da Light. 2016. Disponível em: <https://alotatuape.com.br/a-historia-da-usina-termeletrica-paula-souza/>. Acesso em: 1º out. 2020.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GOMES, A. M. de A. *Espírito protestante e negócios: a contribuição da Escola de Engenharia do Mackenzie College para a formação da mentalidade do empresariado industrial em São Paulo entre 1870 e 1914*. 1999. Tese (Doutorado em Ciências Sociais e Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 1999.
- HISTÓRIA DAS BICICLETAS. Caloi, 120 anos de história. *Revista Bicicleta*, 2 maio 2019. Disponível em: <https://revistabicicleta.com/historias-da-bicicleta/caloi-120-anos-de-historia/>. Acesso em: 6 set. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil 500 anos*. Território brasileiro e povoamento. 2020a. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento.html>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil. São Paulo. Histórico. *Cidades@*, 2020b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/historico>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- LIMA, P. C. M. de. A exposição de 1917 no Palácio das Indústrias em São Paulo: representações do industrialismo na metrópole nascente. In: COLÓQUIO LATINO-AMERICANO SOBRE RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL, 6., 2012, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: USP, 2012. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/VI\\_coloquio\\_t3\\_exposicao\\_1917.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/VI_coloquio_t3_exposicao_1917.pdf). Acesso em: 20 out. 2020.

- LORENZETTI. Nossa história. *História Lorenzetti*, 2020. Disponível em: <https://www.lorenzetti.com.br/historia-lorenzetti>. Acesso em: 12 set. 2020.
- MACKENZIE. História do Instituto. 2020a. Disponível em: <https://www.mackenzie.br/instituto/historia-do-instituto>. Acesso em: 15 mar. 2020.
- MACKENZIE. Discurso de posse do Dr. Maurício Melo de Meneses na Academia Mackenzista de Letras. 2020b. Disponível em: [https://www.mackenzie.br/fileadmin/OLD/62/ARQUIVOS/PUBLIC/user\\_upload/Discurso\\_de\\_Posse\\_-\\_AML\\_-\\_Dr\\_\\_Mauricio.pdf](https://www.mackenzie.br/fileadmin/OLD/62/ARQUIVOS/PUBLIC/user_upload/Discurso_de_Posse_-_AML_-_Dr__Mauricio.pdf). Acesso em: 10 mar. 2020.
- MANCUZO JR, R. A história de um patrimônio. *Revista Videre*, Dourados, ano 1, n. 1, dez. 2008. Disponível em: <http://tvfacopp.unoeste.br/tvfacopp/online/medias/arquivos/t532008-12-1919-33-21>[REVISTA\_VIDERE.pdf. Acesso em: 10 set. 2020.
- MARCOVITCH, J. *Pioneiros e empreendedores: a saga do desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2012. v. 3.
- MARSON, M. D. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição sobre a evolução da indústria de máquinas e equipamentos no Estado de São Paulo, 1900-1920. *Estudos Econômicos*, v. 45, n. 4, p. 768-769, 2015.
- MARSON, M. D. Origens dos empresários da indústria de máquinas e equipamentos em São Paulo, 1870-1900. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 481-511, set./dez. 2012.
- MASPOLI, A. Espírito protestante, educação e negócios em São Paulo do século XIX. *Antonio Maspoli*, São Bernardo do Campo, 1999. Disponível em: <http://antoniomaspoli.com.br/novo/espírito-protestante-educacao-e-negocios-em-sao-paulo-do-seculo-xix/>. Acesso em: 21 set. 2020.
- MATTOS, H. M. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- MEMÓRIAS DA VOTORANTIM. A fábrica das fábricas: a história da Metalúrgica Atlas e o desenvolvimento industrial de São Paulo. 2020. Disponível em: <https://www.memoriavotorantim.com/blog/historia/a-fabrica-das-fabricas/>. Acesso em: 3 set. 2020.
- MENDES, M. *Contribuições da Engenharia Mackenzie para o desenvolvimento de São Paulo*. Destinatário: Osvaldo Ramos Tsan Hu. [S. l.], 12 mar. 2020. 1 mensagem eletrônica.
- MENDES, M. *Mackenzie no espelho: uma história da cassação ao reconhecimento dos cursos de engenharia (1932-1938)*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2000.
- MENDES, M. *Tempos de transição: a nacionalização do Mackenzie e sua vinculação eclesiástica (1957-1973)*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2007.

- MENEZES, K. Villares, uma gigante brasileira. *Paulo Gala*, Economia e Finanças, 9 out. 2019. Disponível em: <https://www.paulogala.com.br/grupo-villares-uma-gigante-brasileira-que-virou-po/>. Acesso em: 5 set. 2020.
- MIRANDA, L. Engenharia de Materiais. Destinatário: Osvaldo Ramos Tsan Hu. [S. l.], 5 nov. 2020. 1 mensagem eletrônica.
- OLIVEIRA, A. de. A história do maior empreendedor do Brasil: Francesco Matarazzo. *São Paulo in Foco*, São Paulo, 2014a. Disponível em: <https://www.saopauloinfoco.com.br/francesco-matarazzo/>. Acesso em: 29 set. 2020.
- OLIVEIRA, A. de. A primeira fábrica da Ford em São Paulo: o Bom Retiro como sede da indústria automotiva nacional. *São Paulo in Foco*, São Paulo, 2014b. Disponível em: <http://www.saopauloinfoco.com.br/?s=ford>. Acesso em: 28 ago. 2020.
- OLIVEIRA, A. O bairro das sete irmãs: origem da Casa Verde. *São Paulo in Foco*, São Paulo, 17 maio 2020. Disponível em: <http://www.saopauloinfoco.com.br/origem-nome-casa-verde/>. Acesso em: 15 jun. 2020.
- PEIXOTO, F. Francesco Matarazzo: o patrão de São Paulo. *Aventura na História. UOL*, 6 ago. 2019. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/biografia-francesco-matarazzo-empresario-fabrica-capitalismo-fascismo-italia.phtml>. Acesso em: 14 set. 2020.
- PETRONE, P. A cidade de São Paulo no século XX. *Revista de História*, São Paulo, ano 6, n. 21-22, p. 127-148, jan.-jun. 1955.
- REUTERS. Grupo norte-americano HIG Capital compra Nadir Figueiredo por R\$ 836 milhões. *G1*, Economia, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/07/12/grupo-norte-americano-hig-capital-compra-nadir-figueiredo-por-r-836-milhoes.ghtml>. Acesso em: 1º mar. 2021.
- REZZUTTI, P. D. *Pedro II: a história não contada*. São Paulo: Leya, 2019.
- RIVEIRA, C. Mesmo com varejo em baixa, receita do e-commerce sobe 23% em 2019. *Exame*, São Paulo, 13 fev. 2020. Disponível em: <https://exame.com/negocios/mesmo-com-varejo-em-baixa-e-commerce-sobe-23-em-2019/>. Acesso em: 11 out. 2020.
- ROCHA, A. J. F. *et al.* Engenharia, origens e evolução. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM ENGENHARIA, 35., 2007, Brasília, DF. *Anais [...]*. Brasília, DF: Abenge, 2007.
- SILVA, A. S. As hidrelétricas em São Paulo: evolução das técnicas e processos. Projeto Eletromemória: História da Energia Elétrica no Estado de São Paulo. São Paulo, 2017. Disponível em: <http://eletromemoria.fflch.usp.br/content/%3Cfront%3E>. Acesso em: 10 out. 2020.



SUZIGAN, W. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Campinas: Unicamp, 2000.

TOLEDO, E. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 61, p. 498-500, 2017.

TRENTO, A. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.

VILA INDUSTRIAL NASCEU GRAÇAS À FORÇA GERADA PELO CHOCOLATE. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 13 jul. 2007. Disponível em: <https://revista.zapimoveis.com.br/vila-industrial-nasceu-gracas-a-forca-gerada-pelo-chocolate/>. Acesso em: 22 set. 2020.

VOITH. *A Voith no Brasil*. 2020. Disponível em: <http://voith.com/br/o-grupo/historia/historia-da-voith-no-brasil-26034.html>. Acesso em: 28 set. 2020.

**3**

**O DESENVOLVIMENTO DO  
COMÉRCIO NA CIDADE  
DE SÃO PAULO**

---

DE 1870 A 2020

*Nelson Destro Fragoso*  
*Sérgio Silva Dantas<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> Os autores agradecem especialmente a: Anderson Gomes Santana (técnico de Acervo do Centro Histórico e Cultural Mackenzie); Gisele Luchi (bibliotecária da Biblioteca e Memória da Associação Comercial do Estado de São Paulo); aos ex-diretores do atual Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), professores doutores Sérgio Lex, Adilson Aderito da Silva, Reynaldo Marcondes; e aos professores doutores do CCSA Ana Roux, Henrique Zanon Yagui, Henrique Formigoni e Paulo Rogério Scarano.

### **3.1 Resgate histórico do desenvolvimento da atividade comercial na cidade de São Paulo durante o período 1870-2020**

O livro *Memórias do comércio*, de 1995, fazia parte do projeto Museu da Pessoa e traz uma reflexão importante, mencionando que, ao entrarmos em um supermercado hoje, não pensamos sobre o processo individual e social que aconteceu para que chegássemos a esse ponto. A proposta aqui é falar dos últimos 150 anos da existência da cidade de São Paulo, considerada hoje uma referência na América Latina, mas para isso é preciso entender um pouco como as coisas eram por volta de 1870.

Malin (1996) diz que no Brasil Colônia o comércio era uma profissão menos digna, porém, em 1822, por ocasião da Independência, já havia no País fortes redes inglesas de comércio. Em 1900, São Paulo possuía apenas 0,5% da área urbana. Com o café e a vinda dos italianos, essa situação mudou completamente. Entre 1877 e 1914 chegou-se a 1,8 milhão de estrangeiros, e boa parte dessa população fixou-se na cidade. A expansão se deu inicialmente pelas regiões da Barra Funda e do Bexiga, caminhando para o Pacaembu, Avenida Paulista, Campos Elísios, Perdizes, Água Branca e Lapa. Dessa forma, criou-se uma zona residencial. A partir do Brás, seguindo o percurso das linhas férreas, nasceu a zona industrial, e com ela os bairros operários da Mooca, Cambuci, Ipiranga, trechos da Água Branca, Lapa, Barra Funda, Pari, Bom Retiro. Santana, por exemplo, nessa época era uma região semirrural.

O café foi a base econômica do Império, prosperando a partir de 1850 no chamado Oeste Paulista. As regiões que produziam café dependiam da cidade de São Paulo para comercializar e financiar seus negócios. As ferrovias paulistas progrediam na mesma direção em que cresciam os plantios de café e constituíam o mecanismo escoador desse produto para exportação. Malin (1996) comenta que, entre 1821 e 1900, a participação desse produto nas exportações saltou de 19% para 65% do volume exportado à época.

As formas de negociação mudaram muito ao longo dos anos. As pessoas na cidade de São Paulo com mais de 50 anos devem lembrar da existência da carteira de anotações que os comerciantes utilizavam para registrar as compras das famílias e, no final do mês, faziam seus acertos na base da confiança. Ao longo do tempo esse processo foi mudando, primeiro pelo crescimento da cidade e pela dificuldade de as pessoas se conhecerem como vizinhos, perdendo as características de confiança; depois, pelos avanços tecnológicos que permitiram essa mudança. Assim, o ato de vender fiado virou um fato histórico, passando

nos dias de hoje à utilização de cartões de débito e crédito, que sucederam os cheques, a forma de pagamento até então usual.

São Paulo inaugurou em 1872 sua primeira linha de bondes puxados por burros, e em 1877 começou a funcionar uma linha para o Brás. Posteriormente surgiram diversas outras linhas. Em 1900 foram introduzidos os bondes elétricos, que, 25 anos depois, em virtude de uma forte estiagem e da falta de energia elétrica, foram substituídos por linhas de ônibus.

Em 1941, havia em São Paulo 3 mil ônibus e 500 bondes elétricos. Havia também 30 mil carros e o problema com estacionamentos já era uma realidade. Em 1968 parou o último bonde, mesmo ano em que começou a construção do metrô.

A primeira loja de departamentos de São Paulo, o Mappin, foi fundada em 1913 na Rua 15 de Novembro, mas em 1918 ela precisou mudar para um edifício próprio e moderno na Praça Ramos de Azevedo, por necessidade de mais espaço. Permaneceu por lá até seu fechamento. Esse comércio era uma referência na cidade, sendo um ícone lembrado até os dias atuais.

A Rua Florêncio de Abreu foi a principal ligação entre o Centro e a Zona Norte. No final do século XIX, era um grande centro atacadista de produtos metalúrgicos e de tecidos. Nela foi erguida a primeira fábrica de tecidos da cidade, próximo da Estação da Luz e de armazéns ferroviários, conferindo importância para a região. Em 1909, São Paulo passou a ter grande destaque com o comércio de ferragens e ferramentas, atribuído à inauguração da Casa da Boia, para atender à crescente demanda de máquinas pesadas, motores, material elétrico e ferragens.

Aberta entre 1872 e 1875 como passagem entre os bairros da Luz e do Bom Retiro, a Rua São Caetano era chamada de “Rua dos Alfaiates”, por causa do grande número de oficiais das Forças Armadas que encomendavam e compravam fardas naquela região. No início da década de 1960, ela ficou conhecida como “Rua das Noivas”, nome que se mantém até hoje, mesmo apresentando um forte comércio de calçados, além de móveis usados, tecidos e atacado de alimentos.

A partir dos anos 1960, a Rua Teodoro Sampaio tornou-se uma referência comercial na cidade de São Paulo, principalmente no ramo de móveis, prevalecendo até hoje com essa identidade, apesar da diversificação natural que ocorreu ao longo do tempo. A região de Pinheiros começou a prosperar mais com a inauguração do mercado de Pinheiros, em 1910. Já em 1985 tinha como características principais comércios de móveis, calçados e vestuários.

Na região dos Jardins, a Rua Augusta começou sua trajetória de *glamour* em 1915, tendo ainda um charme no imaginário popular nos dias de hoje. Ela passou por diversas fases: inicialmente se instalaram as lojas de comestíveis, passando pelo comércio sofisticado de roupas e ponto de encontro da juventude desde a década de 1950, tendo seu ápice na década de 1970, impulsionado também pelos cinemas na região da Avenida Paulista.

Na década de 1960, a região da Augusta começou a sofrer uma concorrência dos *shoppings centers*, porém, foi no final da década de 1980 que esse prestígio começou a diminuir, mas sem nunca deixar de ser uma referência na cidade, como uma alternativa de diversão, teatros e restaurantes.

Também se ressalta que a Rua João Cachoeira, no bairro do Itaim Bibi, rivalizava, na década de 1970, com a Rua Augusta. Na João Cachoeira se vendia no atacado também, o que trazia um grande fluxo de lojistas do interior para repor seus estoques. Porém, com a hipervalorização da região, essa identidade foi se perdendo.

Na década de 1990, as duas ruas foram protagonistas de mais uma nova modalidade que acabou se expandindo pela cidade – a criação dos *outlets*, galerias especializadas com boxes específicos sem necessidade de contratos de aluguel.

No período, muitas lojas foram criadas e viraram referências comerciais na cidade. Com a expansão territorial, muitos polos comerciais precisaram se destacar, levando o comércio para os bairros mais afastados, onde os proprietários eram mais conhecidos do que os estabelecimentos. Da década de 1940 até final da década de 1970, era comum nos referirmos aos pontos comerciais dos bairros pelos nomes de seus proprietários.

Segundo Milanez (2018), a cidade cresceu de forma desorganizada nos últimos 60 anos. Bairros inexistentes praticamente passaram a ser referência em tamanho, necessitando de um desenvolvimento de infraestrutura. Ela cita o exemplo de Campo Limpo que, na década de 1950, tinha 12 mil habitantes e em 2010 já contava com 607 mil.

Ela comenta também a mudança que houve na cidade no quesito dos negócios. Na Lapa, com a saída das indústrias, passaram a ser construídos empreendimentos imobiliários. A região da Vila Mariana hoje é considerada um polo de educação e cultura; a região de Pinheiros é um polo gastronômico e a Vila Madalena, o *point* dos jovens, lugar que foi ocupado por muitas décadas pela Rua Augusta.

Conforme pesquisado no Museu da Pessoa (2020), a cidade passa por várias mudanças da década de 1960 até os dias atuais. Alguns dados relevantes que impactaram diretamente o comércio da cidade incluem a inauguração do primeiro *shopping* da cidade, o Iguatemi, na Avenida Faria Lima. Em 1968, começam as obras do Metrô de São Paulo, conhecida hoje como Linha 1 Azul, com traçado, inicialmente, de Santana até o Jabaquara, que depois foi ampliado, ganhando mais três estações e terminando no Tucuruvi. Essa linha foi inaugurada em 1974.

Em 1966, foi inaugurado o Ceasa na Vila Leopoldina, saindo da Zona Cerealista, que era no centro da cidade. Ainda no final da década de 1960 e meados da década de 1970, foi desenvolvida a segunda linha de metrô, com traçado dirigido para a Zona Leste da cidade, provocando uma mudança substancial na região do Brás, transformando-a em um grande centro de comércio popular, o maior no início do século XXI.

Também nas décadas de 1970 e 1980, a região dos Campos Elísios, que perdeu o *glamour* da época dos barões do café, sofreu uma transformação, passando a ser conhecida pelo comércio de carros usados e peças automotivas, características que ainda perduram em algumas ruas do bairro.

O Metrô não foi expandido de acordo com a necessidade da cidade. Em 1974, foi inaugurada a Linha 1 Azul; somente em 1988 foi implantada de forma completa a Linha 3 Vermelha. Posteriormente, mais algumas linhas foram sendo inauguradas até este início do século XXI. Foi de suma importância para a Universidade Presbiteriana Mackenzie a inauguração da Estação Mackenzie-Higienópolis, que faz parte da Linha 3 Amarela, a primeira sem condutor por trem e com administração terceirizada.

No início do século XXI, entrou em vigor o Decreto Municipal nº 42.600, de 11 de novembro de 2002, que transferiu a responsabilidade pelos ambulantes para as subprefeituras, prevendo também a criação de bolsões de comércio (SÃO PAULO, 2002).

A cidade foi se transformando ao longo de sua história. Muitas foram as caras da megalópole nesses 150 anos. Hoje São Paulo é uma cidade prestadora de serviço, respira inovação e tecnologia, tem diferenças sociais imensas, procura discutir e resolver seus problemas por região, mas, como pôde ser observado durante toda a pesquisa efetuada, sempre haverá problemas para as pessoas poderem resolver, e, assim, desenvolver uma cidade que foi, é e sempre será a casa de quem quiser chegar.

### 3.2 O desenvolvimento e a evolução de diferentes modelos de comércio na cidade de São Paulo

A cidade de São Paulo há tempos vem desempenhando o papel de epicentro de muitas mudanças culturais, organizacionais e políticas do Brasil e da América Latina. Se em 1870 falávamos de uma vila pequena, em que a atividade comercial ainda era incipiente, no decorrer desses 150 anos a cidade cresceu exponencialmente, e com a atividade comercial não foi diferente.

A economia paulistana passou por grandes mudanças entre o final do século XIX e início do século XX. Entre 1910 e 1920, a sua dinâmica econômica estava atrelada ao mesmo processo econômico com origens em meados do século XIX, ou seja, a exportação de produtos primários, principalmente o café. Entretanto, o crescimento das atividades comerciais e manufatureiras indicava as transformações reforçadas pela atividade principal da cidade (MARSON, 2015).

Impulsionada pela industrialização, a atividade comercial em São Paulo foi se constituindo como reflexo de dois fenômenos oriundos desta: a necessidade de dar vazão às mercadorias produzidas e a criação de um mercado consumidor formado pelos assalariados que trabalhavam nas fábricas e, movidos pelos ideais que associavam o consumo à felicidade, buscavam neste uma forma de satisfação.

Se durante o século XIX o consumo se restringia a gêneros básicos, como alimentação e vestuário, no século XXI até mesmo as classes populares têm acesso a uma série de novos bens vindos do progresso tecnológico e das facilidades proporcionadas pelos sistemas de compra a crédito, como geladeira, fogão, televisão, automóvel, criando uma demanda maior para o comércio (ZMITROWICZ, 2007).

Nesse espaço urbano em constante transformação, diferentes modelos de comércio foram se estabelecendo e ajudando a reconfigurar a atmosfera da cidade.

O primeiro modelo de comércio que se estabeleceu em São Paulo, sem dúvida, foi o da loja de rua. Segundo Vargas (2002), as lojas de rua são espaços privados expostos ao longo das ruas comerciais, mas que precisam estar interligados com o espaço público para que a comercialização aconteça.

Esse comércio de rua tinha como uma de suas características o gerenciamento familiar e o pequeno aporte de capital, o que levava a certa tradição, a dificuldades de adaptação às rápidas mudanças socioeconômicas e à resignificação dos espaços de comércio da cidade (SCAZUFCA, 2006).

Com a chegada de grandes redes de lojas, o comércio familiar de rua foi perdendo espaço e muitos foram subjugados pelas grandes redes de lojas, que

tinham, especialmente nas facilidades de crédito e de negociação com fornecedores, seus principais atrativos. Grandes lojas de departamento se espalharam em pontos e ruas estratégicos da cidade, como Mappin, Mesbla e Sears.

Essas lojas de departamento (que assim são chamadas por serem organizadas em diferentes departamentos, como vestuário masculino, feminino, infantil, cama, mesa e banho, brinquedos, ferramentas, entre outros) cumpriam, naquele momento, o papel atualmente destinado aos *shopping centers* na cidade: eram locais onde o consumidor encontrava diferentes opções de categorias de produtos. Muitas vezes, era o programa de lazer do fim de semana de muitas famílias paulistanas, que visitavam as lojas mesmo que apenas a passeio, sem um motivo de compra predefinido.

Por serem, em sua maioria, organizações de gestão familiar, e principalmente pelo surgimento da concorrência imposta pelos *shopping centers*, o modelo de grande loja de departamento de rua acabou por sucumbir no final do século XX, ressignificando-se e instalando-se, muitas vezes, no interior dos *shoppings*.

Paralelamente, as lojas independentes de rua foram ganhando a concorrência de uma nova versão desse modelo: as galerias comerciais. À mudança do padrão de industrialização na cidade e de seu mercado consumidor somou-se a maior variedade e disponibilidade de produtos industrializados, favorecendo a assimilação de novos costumes, produtos, novas técnicas de venda e a criação de outras necessidades. Essa situação singular serviu como cenário para a construção de novos estabelecimentos comerciais nas décadas de 1950 e 1960, entre eles, os edifícios e galerias comerciais (PINI, 2000).

Segundo Aleixo (2005), na década de 1950, inúmeros edifícios e galerias comerciais foram construídos na região central da cidade de São Paulo, em ruas como 7 de Abril, Barão de Itapetininga e 24 de Maio. Na época, nesses prédios instalaram-se comércios voltados aos estratos mais altos da sociedade paulistana, como butiques, alfaiatarias, chapelarias e charutarias. A evolução do modelo de galerias encarnava a coexistência de lojas no andar térreo e escritórios nos andares superiores, como é o caso do Conjunto Nacional, inaugurado na Avenida Paulista no final da década de 1960 (ALEIXO, 2005).

Antes da chegada de outro modelo – dos *shoppings centers* –, o varejo de rua, em todas as suas modalidades, ainda predominava na cidade de São Paulo e contribuiu para a organização dos chamados polos comerciais.

Segundo Parente, Miotto e Barki (2007), na fase inicial da formação das metrópoles no Brasil – e com a cidade de São Paulo isso não foi diferente –, o centro concentrava todas as principais atividades da cidade, pois ali se localizavam os terminais de transporte coletivo, os órgãos de gestão pública, as



atividades financeiras e empresariais, assim como as residências da população de maior poder aquisitivo. À medida que as cidades foram crescendo, a área comercial central se expandiu e empurrou a população para os bairros residenciais de classe média e alta, desenvolvidos no entorno do centro comercial.

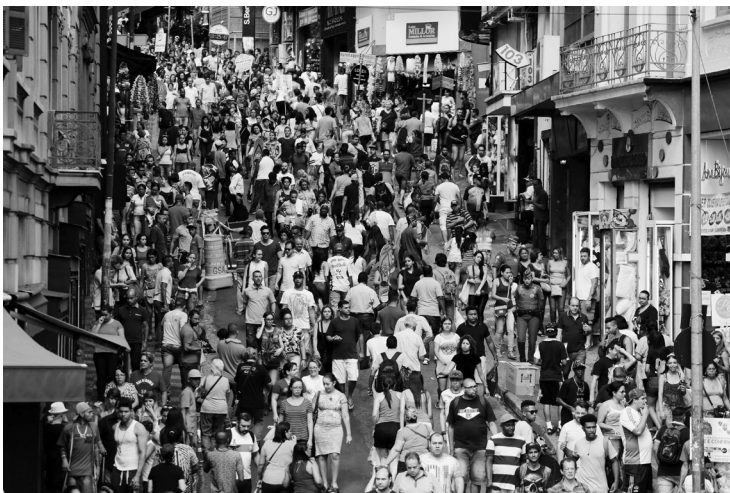
Com o crescimento das cidades, outro tipo de polo comercial começou a surgir: as zonas comerciais de bairro. Esses polos, localizados em bairros residenciais, em interseções e vias de intensa circulação de transporte coletivo, replicavam, em escala menor, o composto varejista encontrado no centro da cidade (PARENTE; MIOTTO; BARKI, 2007).

Com o passar do tempo, e principalmente com o surgimento dos shopping centers, esse tipo de comércio ficou mais direcionado e passou a atender mais o público de menor renda, que se sentia menos pertencente ao universo dos *shopping centers* e mais incluído no modelo dos polos comerciais.

Como exemplos de polos comerciais temos o centro da cidade, especialmente a região da Rua 25 de Março, e os centros comerciais localizados em bairros mais periféricos, como é o caso de Vila Maria, Sacomã e Vila Matilde.

A Rua 25 de Março e adjacências se configuram no maior centro comercial da América Latina, atraindo diariamente uma média de 400 mil pessoas, chegando a 1 milhão de frequentadores nos dias que antecedem o Natal (NO DIA 25 DE MARÇO..., 2019).

**Figura 1** – Imagem da Rua 25 de Março



**Fonte:** Nelson Antoine/Shutterstock.com

No final dos anos 1960, com a inauguração do Shopping Center Iguatemi, São Paulo tornou-se a primeira cidade do Brasil a ter um centro de compras nesse formato. No início houve certo grau de resistência da elite paulistana a esse novo conceito de espaço de compras, uma vez que integrantes dessa classe social ainda preferiam fazer suas compras nas lojas da Rua Augusta (HISTÓRIA DOS SHOPPING CENTERS NO BRASIL, 2012).

Entretanto, com o passar dos anos e com a construção de outros *shopping centers* em São Paulo, como o Ibirapuera, o Eldorado e o Center Norte, esse novo modelo de centro comercial caiu no gosto da população paulistana e se expandiu por toda a cidade, atendendo a diferentes segmentos de clientes.

O modelo dos primeiros *shopping centers* foi se reinventando e ganhando a companhia de outros modelos, voltados para um determinado setor (como móveis e decorações, por exemplo) ou aqueles interligados às estações de metrô e terminais de ônibus.

Em todos eles, é notória a associação do *shopping center* ao lazer, havendo grande presença de variadas opções de alimentação e entretenimento, como cinemas, teatros e espaços de exposições e apresentações. Não à toa, esses locais são costumeiramente conhecidos como as “praias dos paulistanos”.

O Quadro 1 apresenta as principais características dos modelos de loja de rua e *shopping centers*.

**Quadro 1** – Características dos modelos de loja de rua e *shopping centers*

SHOPPING CENTERS	POLOS COMERCIAIS DE RUA
Público-alvo: Classes A, B e C	Público-alvo: Classes C, D e E
Planejado	Não planejado
Nascem prontos e evoluem em etapas planejadas	Crescimento e evolução orgânica
<i>Mix</i> de lojas de serviços equilibrado	Podem apresentar um <i>mix</i> de lojas e de serviços não equilibrado
Em geral, menor facilidade de transporte coletivo	Facilidade de transporte coletivo
Acesso majoritariamente com automóveis	Acesso via transporte coletivo

(continua)

**Quadro 1** – Características dos modelos de loja de rua e *shopping centers*

<b>SHOPPING CENTERS</b>	<b>POLOS COMERCIAIS DE RUA</b>
Lojas modernas e instalações renovadas	Lojas com instalações antiquadas
Estacionamento disponível	Estacionamento limitado
Ambiente limpo, confortável e agradável	Ambiente degradado e desconfortável
Banheiros públicos limpos	Ausência de banheiros públicos
Segurança	Pouca segurança
Esforços cooperados de promoção e de <i>marketing</i>	Falta de esforços cooperados de promoção
Gestão unificada do centro de compras	Não existe gestão sobre o centro de compras
Manutenção permanente das áreas comuns	Equipamento urbano mal conservado
Espaço menos democrático	Espaço mais democrático
Sistema menos integrado com o tecido urbano e humano da cidade	Sistema mais aberto e totalmente integrado ao tecido urbano e humano da cidade
Muros fechados delimitam e, de certa forma, isolam o sistema do seu entorno	Inexistência de muros torna os polos de rua um sistema aberto, com total acesso ao ambiente externo
Sistema com menor número de pontos de contato e poucas relações de troca com o entorno urbano	Sistema com maior número de pontos de contato e mais relações de troca com o entorno urbano
Vitalidade ou decadência do centro provoca menos impacto na qualidade de vida do entorno	Vitalidade ou decadência do centro provoca grande impacto na qualidade de vida do entorno

**Fonte:** Parente, Miotto e Barki (2007).

A disseminação da posse de veículos entre a população de classe média e a expansão do número de *shopping centers*, iniciada na década de 1970, fizeram os polos de rua perderem sua atratividade para a clientela das classes média e alta. Essa mudança coincide com a transformação do perfil de cliente dos polos varejistas, os quais passam a ser, cada vez mais, frequentados por uma população de baixa renda, proveniente das regiões periféricas da cidade, atraída pela disponibilidade de transporte coletivo (PARENTE; MIOTTO; BARKI, 2007).

Mesmo nesse cenário, ainda se destaca na cidade de São Paulo, especialmente na região central, a existência de *clusters* e ruas especializadas de comércio. O Quadro 2 mostra os principais endereços desse modelo de concentração de comércio e o tipo de mercadoria vendido em cada um.

**Quadro 2** – Ruas especializadas de comércio em São Paulo

ENDEREÇO	MERCADORIA
Zona Cerealista (Parque D. Pedro II)	Grãos, castanhas e condimentos
Brás e Bom Retiro	Roupas e acessórios
Rua São Caetano	Vestidos de noiva
Rua da Consolação	Artigos de iluminação
Rua do Gasômetro	Artigos de madeira
Rua Barão de Paranapiacaba	Alianças e joias em ouro
Rua Dr. Arnaldo	Flores
Rua Santa Ifigênia	Eletrônicos
Rua Teodoro Sampaio	Instrumentos musicais e móveis
Rua Duque de Caxias	Som e acessórios para carros
Rua Florêncio de Abreu	Máquinas e ferramentas
Rua Barão de Duprat	Fantasia
Rua Paula Souza	Utensílios de cozinha

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

O estudo do comércio em São Paulo evidencia o perfil da cidade ligado à diversidade e à coexistência de diferentes modelos de negócio, dada a quantidade de segmentos existentes na população. Nesse contexto, a cidade de São Paulo assume mais uma vez seu papel de pioneirismo no surgimento dos mais recentes modelos de comércio: o comércio eletrônico e a economia compartilhada (ou economia colaborativa).

O comércio eletrônico (ou *e-commerce*) é a atividade mercantil que, em última análise, vai fazer a conexão eletrônica entre a empresa e o cliente para a venda de produtos ou serviços, e se materializa por meio de transações realizadas entre compradores e vendedores mediadas pelas plataformas digitais (UMA BREVE DEFINIÇÃO..., 2020).

Desde a virada para o século XXI, mas principalmente após os anos 2010, tem aumentado consideravelmente o número de compras realizadas por meio da *internet*. Dados publicados na revista *Exame* mostram que o faturamento no comércio eletrônico nacional foi de R\$ 75,1 bilhões em 2019, alta de 23% em relação ao ano anterior. De 2017 a 2018, a alta no *e-commerce* havia sido de somente 7,6%. Foram 178,5 milhões de pedidos feitos pelos brasileiros, 22% a mais do que em 2018 (RIVEIRA, 2020).

A pesquisa também mostra que a Região Sudeste, sozinha, responde por 66% do total dessas transações, sendo a cidade de São Paulo a responsável por boa parte desse total. O dia a dia agitado do paulistano, o seu senso de urgência, o fato de ser mais adepto a novidades e à tecnologia, os problemas de mobilidade da cidade e a boa estrutura logística existente favoreceram a adoção desse modelo de comércio por boa parte da população paulistana.

Impulsionado pela adesão às compras *on-line*, pela sustentabilidade e pelo papel do consumo em sua vida, o paulistano também tem sido um dos grandes promotores do crescimento de outro modelo emergente de comércio: a economia compartilhada (ou economia colaborativa).

A economia compartilhada ou consumo colaborativo define-se pelo compartilhamento de recursos físicos e humanos por indivíduos e organizações. Desse modo, o conceito envolve um conjunto de práticas comerciais que tornam possível o acesso a bens e serviços sem que haja, necessariamente, a aquisição desses ativos. Entre tais práticas, destacam-se o compartilhamento, o empréstimo, o aluguel, a doação e as trocas (VILLANOVA, 2015).

Diferentemente do consumo tradicional, o consumo na economia compartilhada está baseado no trabalho colaborativo de pessoas que compartilham ideias e práticas, além de contribuírem para a geração de interações, promoções e venda de bens e serviços de maneira cooperativa. Como

resultado, o consumo colaborativo traz uma série de desafios, especialmente relacionados às formas e aos modelos de organizações (SILVEIRA; PETRINI; SANTOS, 2016).

De maneira geral, a economia compartilhada surgiu da necessidade de redução de custos combinada com os avanços tecnológicos. Tais fatores criaram as condições para que empresas e consumidores passassem a desenvolver modos criativos de consumo por meio do compartilhamento de recursos (HABIBI; DAVIDSON; LAROCHE, 2017).

No Quadro 3 estão alguns exemplos de plataformas de economia compartilhada que operam na cidade de São Paulo.

**Quadro 3** – Exemplos de plataformas de compartilhamento

EMPRESA	RAMO	DESCRIÇÃO
Uber	Mobilidade	Aplicativo de mobilidade urbana compartilhada, em que o motorista aceita as corridas pelo aplicativo e vai até o local para buscar o cliente e realizar o trajeto.
Airbnb	Turismo	Um serviço de locação de quartos, casas, apartamentos, sítios, chácaras, entre outros, que busca prover ao cliente uma vivência mais real da cultura da cidade onde está se hospedando, oferecendo um local onde mora de fato.
Tem Açúcar?	Utilidades	Aplicativo que facilita o empréstimo de artigos diversos, de fôrmas de bolo a furadeiras e jogos de tabuleiro, entre pessoas de regiões próximas.
BlaBlaCar	Mobilidade	Aplicativo que oferece caronas. O usuário diz para o aplicativo que irá realizar um trajeto e a plataforma a une com pessoas que desejam dividir o trajeto com o usuário, deixando a viagem mais barata para ambos.

(continua)

**Quadro 3** – Exemplos de plataformas de compartilhamento

EMPRESA	RAMO	DESCRIÇÃO
Moobie	Mobilidade	Plataforma que permite o aluguel de carros entre pessoas físicas, na qual um usuário anuncia seu carro e as condições e datas em que o veículo estará disponível, e o outro usuário escolhe o carro que deseja alugar.
Rentbrella	Utilidades	Aplicativo que permite ao usuário encontrar pontos de retirada e alugar guarda-chuvas, pagando somente pelo tempo de uso destes, em que, para cada hora utilizada, o usuário paga R\$ 1.
Yellow	Mobilidade	Aplicativo que oferece bicicletas compartilhadas, em que o usuário localiza a mais próxima de si pelo aplicativo, lê o QR Code da bicicleta, faz a liberação pelo aplicativo e pode andar pela cidade.

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Acompanhando o pioneirismo típico dos paulistanos, a prefeitura de São Paulo foi uma das primeiras do Brasil a regulamentar os serviços de compartilhamento de automóveis, carona e transporte com motorista por aplicativo, por meio do Decreto nº 56.981, de maio de 2016 ( SÃO PAULO, 2016). O decreto municipal tornou legal esse tipo de atividade econômica, normatizando seu funcionamento.

Para que todas essas expressões de atividade comercial pudessem se fortalecer e se consolidar, uma atividade correlata que precisou se desenvolver – e o fez com grande sucesso na cidade de São Paulo – foi a de comunicação e *marketing*. Como grande polo comercial do Brasil e da América Latina e um dos maiores do mundo, a cidade de São Paulo foi desenvolvendo ao longo desses 150 anos sua vocação também como grande centro de produção da indústria publicitária e do pensamento mercadológico. Na capital paulista situam-se as principais agências de propaganda do País, abrigando também as sedes da maioria das grandes empresas e consultorias de gestão empresarial e mercadológica, definindo as estratégias que o mercado adotará em âmbito nacional e muitas vezes internacional.

Para atender a toda essa demanda de profissionais qualificados para atuar nesse mercado, a cidade de São Paulo também se firmou como grande centro de formação universitária de administradores, economistas, contadores, publicitários, advogados e jornalistas, entre outras profissões.

### **3.3 O papel do Mackenzie como centro de formação de profissionais**

Nos dias atuais, o Centro de Ciências Sociais e Aplicadas (CCSA) é a unidade acadêmica da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) dedicada ao ensino nas áreas de Gestão, Economia, Contabilidade e Negócios. O CCSA oferece cursos de graduação reconhecidos pelo mercado, com incentivo à pesquisa, à extensão e à inovação. Como consta no seu *site*, no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, ministra cursos de mestrado e doutorado acadêmicos em Administração avaliados com conceito muito bom pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Oferece ainda mestrados profissionais em Controladoria e Finanças Empresariais, Economia e Mercados e Administração do Desenvolvimento de Negócios, bem como cursos de pós-graduação *lato sensu* nas mais diversas áreas da gestão e dos negócios. Ainda ministra cursos de graduação tecnólogos a distância, totalizando sete cursos nessa modalidade, demonstrando sua constante vocação para manter-se na dianteira em inovação.

Porém, para que 150 anos se completassem, muitas coisas aconteceram nesse trajeto. Muitos professores, com diversas formações e competências, assim como diretores, coordenadores de cursos e de áreas passaram pelos quadros da universidade e desses cursos, assim como muitos professores com diversas formações e competências, que, com suas ações e trabalho em equipe, formaram o que hoje vem a ser uma das maiores faculdades de Administração, Economia e de Ciências Contábeis. Podemos dizer que muitas das ações incorporadas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, para todos os seus cursos e alunos, tiveram seus primeiros passos nesta unidade.

O início dessa história se deu em 1880, quando os alunos das classes adiantadas que frequentavam os cursos do Mackenzie começaram a receber aulas de escrituração mercantil. Foram os primeiros passos para criar, em 1902, de forma pioneira, a Escola de Comércio. Em 1919 formou-se a primeira turma de peritos em comércio, também chamados à época de guarda-livros. Em 1923, foi criado o curso de Correspondência Comercial, o primeiro no Brasil.



Em 1940 a Escola de Comércio mantinha um primeiro ano de propedêutica e era regido por um inspetor federal. Tinha como matérias de exame admissional o Português, o Francês, a Aritmética e a Geografia. A Escola de Comércio oferecia também os cursos de Guarda-livros e de Perito-contador. Havia também o curso secretarial, porém em fase de extinção e não reconhecido. Em 1950, foi fundada a Faculdade de Ciências Econômicas, que iniciou as suas atividades acadêmicas em 1951 com o curso de Ciências Econômicas, no período matutino, que constituiu o embrião para a posterior criação da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas (FCECA).

Em 2 de abril de 1960, foi concedido o reconhecimento ao curso de Ciências Contábeis e Atuariais, porém, pela pouca demanda e para atender melhor ao que o mercado necessitava na época, a universidade deliberou criar o curso de Ciências Contábeis, em substituição a este último, que foi descontinuado. Posteriormente, em 1965, foi criado o curso de Administração de Empresas e a habilitação de Comércio Exterior, demanda essa gerada pela sua crescente procura. Este curso foi construído em virtude do progresso, da concorrência, das exigências governamentais e da evolução social.

Em 1990, foi criada a Empresa Junior Mackenzie Consultoria, envolvendo os cursos da antiga FCECA. Foi uma das primeiras empresas juniores a serem abertas no estado de São Paulo, sendo pioneira no Mackenzie. Hoje ainda é uma das maiores empresas de alunos do Brasil, sendo uma referência para o desenvolvimento desse tipo de aprendizado, permitindo a atuação com micro e pequenos negócios da cidade de São Paulo, por meio de diversas consultorias de gestão. Algumas iniciativas promovidas por ela permanecem ativas ainda hoje, como a Feira de Recrutamento. Esse evento possui uma ação primordial para o setor de estágio da universidade como um todo, chegando a receber mais de 20 empresas em cada edição. Sua duração tem sido de três dias, com uma média de frequência de alunos de todos os cursos da universidade de aproximadamente 8 mil alunos/dia. Propicia um número considerável de estágios para os alunos, pois essas empresas são de diversos ramos de atividade, como escritórios de advocacia, empresas de engenharia e negócios em geral.

A Empresa Junior também possui uma ação social expressiva, realizando campanhas de doação de sangue e eventos para escolas de crianças carentes. Também atua como colaboradora na semana acadêmica do CCSA e em outros eventos, como o Mackenzie Day.

Desde 1995, os cursos oferecidos têm sido os mesmos dos dias de hoje, incluído o de Comércio Exterior, como uma habilitação de Administração.

Além desses, passou a oferecer o Curso Especial de Administração e o Centro de Pesquisa e Formação Profissional (Cepefor). Esse curso especial teve como objetivo conceder um título de bacharel na área aos graduados em Engenharia, Economia, Direito e outros profissionais. O Cepefor foi criado com o objetivo de desenvolver pesquisas e orientações técnico-científicas de interesse da comunidade.

Naquele ano, para melhor se ajustar às novas demandas que o mercado apresentava, foi realizada a readequação da grade curricular dos cursos, tendo sido incluídas disciplinas que até hoje atendem às necessidades de desenvolvimento de futuros profissionais. As matérias inéditas incorporadas foram de Economia do Meio Ambiente, com a finalidade de tratar as externalidades ocasionadas pelas empresas no ambiente, e a Teoria dos Jogos e Estudos Matemáticos, que utilizam a computação na solução de problemas macroeconômicos.

Cabe salientar que, na época (1995), eram ainda poucos os livros em língua portuguesa sobre esses assuntos, exigindo dos professores o desenvolvimento de conteúdo dentro da realidade brasileira. Dessa forma, os alunos tinham acesso ao que havia de mais moderno no momento.

Desde aquele período até os dias atuais, há uma preocupação em trazer as empresas para dentro da universidade e assim reduzir o distanciamento entre o que é aprendido na teoria e a sua aplicação prática na realidade das empresas e demais organizações. Nesse sentido, foram realizadas atividades em parcerias com empresas privadas, tais como Ford, Mercedes-Benz, Nestlé, Philips, entre tantas outras. Também foram oferecidos cursos especiais de reciclagem para executivos e assessoria especializada.

Em 1998, sob a direção do professor Reynaldo Marcondes, foram reformulados os cursos de pós-graduação da Universidade, que até então ainda não integravam o Sistema Nacional da Pós-graduação, coordenado pela Capes. Como consequência, foi criado o mestrado em Administração de Empresas, aprovado em 2000.

Após a sua primeira avaliação pela Capes, bem-sucedida com a conquista de uma nota superior, foi criado o doutorado em Administração de Empresas que, com o mestrado, vieram a constituir o Programa de Pós-graduação em Administração de Empresas. Como um dos resultados imediatos, obteve-se o acesso gratuito ao Portal de Periódicos da Capes para toda a Universidade.

Desde então, inúmeros professores têm participado das atividades da pós-graduação *stricto sensu*, seja em bancas de defesa de títulos, de concursos de acesso à carreira docente em outras universidades do País, seja como avaliadores de cursos nos triênios e agora no quadriênio, em avaliações para aprovação

de cursos novos, assim como consultores *ad hoc* para vários assuntos relacionados à Capes. O programa também passou a ter intensa participação em eventos nos EnANPADs, com a apresentação de artigos ou com a presença de debatedores e moderadores de debates, desde o início de suas atividades.

Uma das consequências foi o surgimento da *Revista de Administração Mackenzie* (RAM) em 2000, como uma maneira de o Mackenzie se inserir na comunidade da pós-graduação, divulgando resultados de pesquisa, inicialmente no âmbito nacional e depois internacional, com a versão em inglês. Após iniciar com edições impressas, migrou posteriormente para o formato eletrônico, seguindo a tendência atual, tendo mudado também a sua periodicidade, de semestral para bimestral. Hoje está avaliada no Qualis como B1.

Em 2002, a FCECA passou por uma reformulação, iniciada em 1998, com a posse do Prof. Dr. Reynaldo Marcondes na diretoria da unidade, compreendendo uma nova estruturação dos cursos de *stricto sensu* na área de administração, tendo-se adotado um regime de dedicação acadêmica de maneira integral aos professores do *stricto sensu* e a alguns docentes da graduação, para desenvolver a pesquisa, o ensino e a extensão com maior integração. A preocupação sempre foi considerar a necessidade de uma formação qualificada e competente para atender um mercado profissional cada vez mais exigente não só na formação técnica, mas também na formação do indivíduo como um todo.

Nos anos de 2002 e 2003, todos os componentes dos cursos foram revistos, e criou-se um programa de estágio com maior aproximação junto às empresas, efetivando um compromisso entre a empresa, o aluno e a universidade. Também foi revisto e totalmente estruturado o programa de Trabalho de Graduação Interdisciplinar (TGI), atualmente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O seu objetivo foi desenvolver os alunos em pesquisas de campo, tratando as problemáticas do mercado de negócios.

Nesse período, também foi criada a Central de Casos, com o objetivo de ampliar nos professores a habilidade para o desenvolvimento de casos de ensino, utilizando os relatórios de estágios que eram produzidos pelos alunos para conclusão do curso. Com a participação dos alunos, os professores desenvolviam os casos para posterior disponibilização na biblioteca, na forma de *working paper*, para a sua utilização em sala de aula. Os treinamentos ocorriam a cada seis meses em Campos do Jordão, permitindo assim o isolamento e o foco necessários para a atividade. Foram criados aproximadamente 20 casos.

Ainda em 2002 foi iniciado um programa de capacitação para os professores que ocorria a cada início de semestre, o Seminário de Metodologia Científica, com o objetivo de desenvolver as habilidades de pesquisa dos docentes.

Além desse evento, houve outro, o Seminário de Didática, para capacitação dos professores em temas que hoje são auge das discussões, como a sala de aula invertida e a utilização de livros em vez de apostilas, prática muito comum até aquele momento. Esse evento foi adotado posteriormente pela Universidade, passando a chamar-se Semana de Preparação Pedagógica, direcionado aos professores de todas as unidades acadêmicas há oito anos.

Também nesse período ocorreram diversas outras modificações que culminaram na melhoria da imagem da FCECA no mercado profissional e no ambiente acadêmico, a equação fechada nos três pilares da Universidade: Ensino, Pesquisa e Extensão. Em 2003, foi criada a *Revista de Economia Mackenzie* (REM) pelo curso de graduação em Economia, com periodicidade semestral. Inicialmente impressa, passou posteriormente a ser publicada por meios eletrônicos. Nesse ano também foi editada a revista *Jovens Pesquisadores*, com o intuito de criar um espaço para a publicação de monografias de Economia e TGIs de Administração, Comércio Exterior e Ciências Contábeis, como um incentivo à produção pelos alunos de graduação.

No período de 2003 a 2005 foram implantados onze núcleos de pesquisas. O Núcleo de Pesquisas em Qualidade de Vida (NPQV), vinculado ao curso de Economia, lançou em 2005 o Índice de Qualidade de Vida Mackenzie (IEQV), que estabelece indicadores econômicos para a qualidade de vida nas Regiões Metropolitanas do Brasil. Em 2009, um novo critério de índice foi criado para suprir as lacunas nas informações até então utilizadas.

O Núcleo de Empreendedorismo e Desenvolvimento Empresarial (Nede), também criado no mesmo ano, com o objetivo de estimular o interesse sobre o tema, realizou eventos com empresários no final de 2004 para sua inserção no meio empresarial. Seu foco foi a realização de pesquisas com maior amplitude e profundidade, além de promover seminários nacionais e internacionais e ações para impulsionar a cultura empreendedora nos alunos.

Em 2006, o Núcleo realizou o primeiro concurso de planos de negócios entre os alunos, de onde surgiu a ideia de se criar uma incubadora de empresas na Universidade. Suas ações repercutiram posteriormente na criação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), vinculado à Reitoria, com a instalação Incubadora de Empresas Mackenzie, gerenciada desde 2009 por um professor do CCSA.

Outra repercussão das atividades desse núcleo foi a adoção do empreendedorismo no Mackenzie, pioneirismo do CCSA e que está hoje incorporado na Universidade toda, em especial com uma disciplina universal para todos os cursos de graduação presencial e EaD. O primeiro curso a ter essa disciplina foi

a graduação em Administração, por ter sido a unidade que mais se destacou na elaboração do projeto, que foi implementado sob orientação direta da Reitoria em 2009.

Outros núcleos de pesquisa também atuaram de maneira significativa, entre eles o Núcleo de Estudos do Terceiro Setor (Nets) e o Núcleo de Estudos em Controladoria (Neco), criados no curso de *stricto sensu* de Controladoria; o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Estratégia e Inovação (Nepei), que focava em estratégia e inovação, assim como Núcleo de Marketing Aplicado. Sobre os núcleos e suas ações, caberia uma publicação exclusiva.

Em 2006, a faculdade passou a ser denominada Centro de Ciências Sociais e Aplicadas (CCSA), a partir de uma reestruturação administrativa na Universidade. Nesse mesmo ano, passou a ter como sede o prédio 45, conhecido também como prédio T – apesar de batizado como Rev. Modesto Carvalhosa –, centralizando ali os seus cursos e atividades. Em 2007 foi autorizado pelo Parecer CNE/CES nº 223/2007, da Câmara de Educação Superior, a funcionar o curso de Administração de Empresas em Campinas. Vinculado originalmente ao CCSA até meados de 2017, passou a ser uma unidade independente.

Em 2007 foi criado o Mestrado Profissional em Controladoria, tendo iniciado a primeira turma em 2008. Foi o pioneiro na modalidade de *stricto sensu* profissional, tendo passado a constituir o Programa de Pós-graduação Profissional em Controladoria e Finanças Empresariais (PPGCFE) em 2019, com a aprovação do Doutorado Profissional, também pioneiro na Universidade e no estado de São Paulo oferecido por instituição privada. O Programa lançou a revista *Práticas em Contabilidade & Gestão* em 2013 para a divulgação de trabalhos de professores e alunos.

Os cursos de EaD começaram a se desenvolver no CCSA no mandato do então diretor Sergio Lex, entre os anos de 2012 e 2014, iniciando com três cursos – Tecnologia em Marketing, em Gestão Comercial e em Recursos Humanos, áreas que foram identificadas como essenciais para a melhoria da mão de obra existente. Muitos desafios tecnológicos e de qualidade foram enfrentados, quebrando um paradigma dentro da Universidade ao ofertar cursos tecnológicos de dois anos a distância. Os cursos criados à época foram Tecnologia em Marketing, em Gestão Comercial e em Recursos Humanos, áreas que foram identificadas como essenciais para melhoria da mão de obra existente. Foi um processo trabalhoso, já que muitos passos precisaram ser dados na unidade acadêmica e na Universidade como um todo.

Nos anos seguintes, já sob a direção do Prof. Dr. Adilson Aderito, mais cinco cursos foram oferecidos nessa plataforma, buscando seu desenvolvimento

sustentável, tendo em 2020 dobrado o número de alunos matriculados em relação a 2019. Os novos cursos são escolhidos à medida que se percebe no mercado a necessidade de formação de profissionais no segmento. Desse modo, os cursos de Tecnologia em Empreendedorismo e Novos Negócios, em Gestão Financeira, em Logística, em Processos Gerenciais têm o objetivo de atender a demandas crescentes de formação específica de profissionais que possam atender o mercado.

Em 2016, foram aprovados pela Capes o Mestrado Profissional em Administração do Desenvolvimento de Negócios (MPADN) e o Mestrado Profissional em Economia e Mercados (MPEM), após a verificação da demanda crescente por esse tipo de formação pós-graduada do *stricto sensu*.

O MPADN tem foco na capacitação de gestores, empresários e empreendedores que estejam buscando o seu desenvolvimento profissional. Por essa razão, o curso realiza suas atividades em total conexão com o mundo empresarial e demais tipos de organizações. Mantém convênio de cooperação com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit) e o Sindicato da Indústria Têxtil do Estado de São Paulo (Sinditextil).

No âmbito da internacionalização, não apenas têm sido realizadas iniciativas na pós-graduação, mas também na graduação. Nesse sentido, além de programas de pós-doutorado de professores no exterior, também tem havido intercâmbio de alunos do *stricto sensu*, tanto quanto da graduação. Além disso, os mestrados profissionais de Administração e Desenvolvimento de Negócios, Economia e Mercado, em 2019 passaram a ser Mestrado e Doutorado Profissional em Controladoria e Finanças Empresarial. A existência desse curso sempre teve o objetivo de desenvolver melhor os profissionais de mercado. Hoje é o único doutorado profissional em controladoria e finanças no estado de São Paulo.

Há também a obtenção da dupla titulação de alunos do *stricto sensu*. No caso do PPGCFE, há essa possibilidade com o Instituto Politécnico da Guarda, em Portugal e, também, com a Universidade de Monfort, na Inglaterra. No PPGA, essa possibilidade existe com a Universidade do Minho, em Portugal, e com a Universidade da Beira Interior (UBI), também de Portugal. Ainda foram conquistadas a afiliação na Association for Advance Collegiate Schools of Business (AACSB) no curso de Administração e a certificação Association of Chartered Certified Accountants (ACCA) no curso de Ciências Contábeis.

## Referências

- ALEIXO, C. A. *Edifícios e galerias comerciais: arquitetura e comércio na cidade de São Paulo, anos 50 e 60*. 2005. 268p. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Parecer CNE/CES nº 223/2007, aprovado em 7 de novembro de 2007*. Credenciamento de campus fora de sede, a ser instalado na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, vinculado à Universidade Presbiteriana Mackenzie, com sede na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, e autorização para funcionamento de curso de Administração, bacharelado. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces223\\_07.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces223_07.pdf). Acesso em: 26 fev. 2021.
- HABIBI, M. R.; DAVIDSON, A.; LAROCHE, M. What managers should know about the sharing economy. *Business Horizons*, Amsterdam, n. 60, p. 113-121, 2017.
- HISTÓRIA DOS SHOPPING CENTERS NO BRASIL. *Semma Group*, 26 ago. 2012. Disponível em: [http://www.semma.com.br/historia-dos-shopping-centers-no-brasil/#:~:text=A%20era%20de%20Shopping%20Centers,Center%20Iguatemi%2C%20em%20S%C3%A3o%20Paulo.&text=Ao%20contr%20A%20rio%2C%20os%20anos%20iniciais,facilidades%20\(na%20C%20poca\)%20modernos](http://www.semma.com.br/historia-dos-shopping-centers-no-brasil/#:~:text=A%20era%20de%20Shopping%20Centers,Center%20Iguatemi%2C%20em%20S%C3%A3o%20Paulo.&text=Ao%20contr%20A%20rio%2C%20os%20anos%20iniciais,facilidades%20(na%20C%20poca)%20modernos). Acesso em: 12 set. 2020.
- MALIN, M. *Memórias do comércio*. São Paulo: Senac, 1996.
- MARSON, M. D. Comércio, indústria e empresas no Estado de São Paulo, 1911-1920. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 11., 2015, Vitória. *Anais [...]*. Vitória: Ufes, 2015. p. 1-35.
- MILANEZ, A. Como a cidade de São Paulo cresceu em seis décadas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/sobretudo/morar/2018/10/1983463-como-a-cidade-de-sao-paulo-cresceu-em-seis-decadas.shtml>. Acesso em: 11 out. 2020.
- MUSEU DA PESSOA. Memórias do comércio. *Linha do tempo*. 2020. Disponível em: <https://acervo.museudapessoa.org/pt/memorias-do-comercio/linha-tempo>. Acesso em: 11 out. 2020.
- NO DIA 25 DE MARÇO, veja 15 curiosidades sobre a rua mais famosa do Brasil. 2019. *BOL*, 25 mar. 2019. Disponível em: <https://www.bol.uol.com.br/listas/no-dia-25-de-marco-veja-curiosidades-sobre-a-rua-mais-famosa-do-brasil.htm>. Acesso em: 12 set. 2020.

- PARENTE, J.; MIOTTO, A.; BARKI, E. Marketing: polos comerciais de rua. *Revista GV Executivo*, São Paulo, v. 6, n. 6, p. 49-54, nov./dez. 2007.
- PINI, S. M. A. *Arquitetura comercial e contexto, um estudo de caso: o Conjunto Nacional*. 2000. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- RIVEIRA, C. Mesmo com varejo em baixa, receita do e-commerce sobe 23% em 2019. *Exame*, São Paulo, 13 fev. 2020. Disponível em: <https://exame.com/negocios/mesmo-com-varejo-em-baixa-e-commerce-sobe-23-em-2019/>. Acesso em: 11 out. 2020.
- SÃO PAULO. *Decreto nº 42.600, de 11 de novembro de 2002*. Regulamenta a Lei nº 11.039, de 23 de agosto de 1991, que disciplina o exercício do comércio e a prestação de serviços ambulantes nas vias e logradouros públicos do Município de São Paulo, de acordo com o disposto na Lei nº 13.399, de 1º de agosto de 2002, que dispôs sobre a criação das Subprefeituras. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, 2002. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-42600-de-11-de-novembro-de-2002>. Acesso em: 26 fev. 2021.
- SÃO PAULO. *Decreto nº 56.981, de 10 de maio de 2016*. Dispõe sobre o uso intensivo do viário urbano municipal para exploração de atividade econômica privada de transporte individual remunerado de passageiros de utilidade pública, o serviço de carona solidária e o compartilhamento de veículos sem condutor. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, 2016. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-56981-de-10-de-maio-de-2016>. Acesso em: 26 fev. 2021.
- SCAZUFCA, M. O comércio de rua e a questão urbana. Programa de ruas comerciais do Município de São Paulo até 2004. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE COMÉRCIO E CIDADE: UMA RELAÇÃO DE ORIGEM, 1., 2006, São Paulo. *Anais* [...]. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. p. 1-8.
- SILVEIRA, L. M. da; PETRINI, M.; SANTOS, A. Z. dos. Economia compartilhada e consumo colaborativo: o que estamos pesquisando? *Rege – Revista de Gestão*, v. 4, n. 23, p. 298-305, out. 2016.
- UMA BREVE DEFINIÇÃO SOBRE O COMÉRCIO ELETRÔNICO. *Sebrae*, 2020. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/uma-breve-definicao-sobre-o-comercio-online,08cfa5d3902e2410Vg-nVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 11 out. 2020.



- VARGAS, H. C. Comércio, espaço público e cidadania. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE Pós-graduação E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 1., 2002, Indaiatuba. *Anais* [...]. Indaiatuba: Anppas, 2002. p. 1-10.
- VILLANOVA, A. *Modelos de negócios na economia compartilhada: uma investigação multicaso*. 2015. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.
- ZMITROWICZ, A. M. W. *Dinâmica da rua de comércio na cidade de São Paulo*. São Paulo: Epusp, 2007.

**4**

**O DESENVOLVIMENTO DA  
ECONOMIA NA CIDADE  
DE SÃO PAULO**

---

DE 1870 A 2020

*Paulo Rogério Scarano  
Agostinho Celso Pascalicchio*

## Introdução

O presente capítulo busca analisar as transformações econômicas ocorridas na cidade de São Paulo, entre 1870 e 2020, à luz de contribuições significativas do pensamento econômico sobre o processo de desenvolvimento. Assim, apresentamos, de maneira sucinta, as principais transformações ocorridas na economia de São Paulo, nos últimos 150 anos, que são indissociáveis das próprias transformações pelas quais passou a economia brasileira no período. Em seguida, analisamos tais transformações a partir de *insights* do pensamento econômico, relacionados ao papel dos mercados, do empreendedorismo, das instituições e do capital humano nesse processo. Por fim, trazemos as considerações finais, argumentando que para fazer frente aos desafios que estão por vir e, concomitantemente, reduzir o nível de pobreza que persiste na cidade é fundamental aprimorar a formação de capital humano e promover instituições que assegurem e estimulem

a participação da grande massa da população em atividades econômicas que façam o melhor uso possível de seus talentos e habilidades e permitam aos indivíduos fazer as escolhas que bem entenderem (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 79).

Afortunadamente, a cidade pode contar com a contribuição do Mackenzie, que presta serviços de excelência do Ensino Infantil até a pós-graduação, e do Centro Mackenzie de Liberdade Econômica, empenhado em pesquisar e debater com a sociedade os avanços institucionais que poderão tornar nossa sociedade mais livre e afluente.

### 4.1 As transformações na economia de São Paulo entre 1870 e 2020

Os capítulos anteriores mostraram a evolução da indústria e do setor terciário, entre 1870 e 2020, com ênfase na cidade de São Paulo. Tal evolução implicou importantes transformações socioeconômicas. São Paulo partiu de uma vila sem grande relevância econômica, que contava com uma população de cerca de 31 mil habitantes no início da década de 1870 – enquanto o Brasil já contava com uma população de mais de 10 milhões de habitantes – para chegar a 2020 com uma população de mais de 12 milhões de habitantes. Assim, o município de São Paulo apresentou um crescimento populacional de mais de

4% ao ano no período, enquanto a população do estado de São Paulo cresceu 2,75% ao ano e a do Brasil, 2% ao ano, no mesmo período.

Um fator muito relevante para o desenvolvimento de São Paulo foi a presença de imigrantes. É importante observar que, entre 1890 e 1920, quando a cidade ganhou seu primeiro grande impulso industrial, a presença de estrangeiros residentes no município passou de 22,03% para 35,69% da população. Tais imigrantes foram atraídos majoritariamente para trabalhar nas lavouras de café, diante de uma legislação que caminhava para desembocar na abolição da escravidão. Mizubuti (2001, p. 47) lembra que:

No decorrer da segunda metade do século XIX, as exportações de produtos primários, em particular do café, alcançaram grande magnitude, como resultado de um superaquecimento da demanda internacional pelo produto brasileiro.

A literatura aponta a importância dos imigrantes, sobretudo italianos, para a formação da mão de obra assalariada, do mercado consumidor e do próprio empresariado industrial paulistano. Nesse sentido, contribuíram para sua fixação na capital paulista as oportunidades de trabalho em armazéns, no carregamento de cargas, no transporte ferroviário e nas atividades de apoio abertas pelo fato de São Paulo ser um entroncamento de ferrovias para que a carga de café pudesse ser transportada por meio do funicular de Paranapiacaba para a descida da Serra do Mar.

Muitos imigrantes italianos tinham experiência em atividades urbanas, pois em sua terra de origem eram “operários, comerciantes, capitalistas, artesãos, além de intelectuais” (MARTINS, 1989, p. 9). Os italianos constituíram a maior parcela dos imigrantes que chegaram no Brasil entre 1844 e 1933, perfazendo 35% do total (IBGE, 2020b).

É importante destacar, também, a importância dos imigrantes na formação do empresariado industrial brasileiro. Carone (2019) apresenta estatísticas de 1896 que apontam a existência de 122 indústrias em São Paulo que fabricavam bebidas, móveis, sapatos, chapéus, fundição de metais, materiais de construção, máquinas de benefício de café, entre outras. Tais fábricas se concentravam em bairros como Santa Ifigênia (dada a proximidade com as estações das estradas de ferro), Brás (nas proximidades da hospedaria de imigrantes, região que concentrava moradias operárias), Sé (centro tradicional) e Consolação (recente bairro residencial). Quanto à nacionalidade dos proprietários do capital, Carone (2019) mostra que:

Há fábricas que são de propriedade tanto de estrangeiros como de brasileiros. Os primeiros não são os que imigram trazendo consigo o capital, mas os que trabalham no Brasil e conseguem acumular aqui mesmo o capital necessário para montar suas fábricas.

Por sua vez, Dean (1971) reforça o papel dos “burgueses imigrantes” na formação do empresariado industrial brasileiro, pois os cafeicultores teriam investido em bancos, estradas de ferro, na promoção da imigração e, em muito menor proporção, na indústria. Os achados empíricos de Bresser-Pereira (1964) corroboram a perspectiva do papel central do empreendedor industrial imigrante.

Bresser-Pereira (1964) entrevistou os principais dirigentes de uma amostra aleatória de 204 indústrias com mais de cem funcionários, localizadas em São Paulo e no ABC, procurando investigar a nacionalidade e a origem social do empresário responsável pelo sucesso original daquela empresa. O autor identificou que 84,3% daqueles empresários tinham origem estrangeira, ou seja, eram imigrantes, filhos ou netos de imigrantes.

Entre os empresários de origem estrangeira, prevaleciam os italianos (41,3%), alemães/austriacos (15,1%), portugueses (14%), libaneses/sírios/armênios (11,6%) e outras nacionalidades (18%).

Quanto à origem social, a pesquisa de Bresser-Pereira (1964) identificou, ainda, que 66,7% dos industriais vieram das classes média, média inferior e baixa. Somente 3,9% dos industriais podiam ser associados à aristocracia rural brasileira. Não é por outro motivo que, ao associar nomes aos industriais da virada do século XIX para o século XX, surgiram diferentes sobrenomes italianos, como Matarazzo, Bardella e Crespi.

Apesar do amplo debate na historiografia sobre se o grande impulso para o processo de industrialização brasileiro foi a indução por exportações ou os choques adversos (como a Primeira Guerra Mundial), os dados sobre a presença de indústrias de grande porte no Brasil, como as Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo<sup>1</sup>, anteriores a esses grandes choques, parecem mostrar a importância do setor exportador de café, principalmente após a incorporação da mão de obra assalariada e da imigração pós-abolição, por monetizar a economia e

1 Vale ressaltar que Francesco Matarazzo, fundador do grupo industrial que leva seu nome, chegou a ser o empresário mais rico do Brasil e um dos mais ricos do mundo. Segundo seu biógrafo, Ronaldo Costa Couto, o faturamento do grupo, ao final dos anos 1930, praticamente equivalia ao orçamento paulista, abaixo somente do orçamento da União e do Departamento Nacional do Café (COUTO; CASTRO, 2004).

promover o crescimento da renda interna, criando um mercado para produtos manufaturados, além de promover o desenvolvimento de estradas de ferro e infraestrutura e, ao desenvolver o comércio de importação e exportação, contribuir para a logística de distribuição de produtos manufaturados (SUZIGAN, 1986, p. 33).

Não se pode descartar, no entanto, que choques adversos impostos por eventos como a Primeira Guerra Mundial, ao diminuir o valor das exportações brasileiras e restringir a importação de produtos manufaturados, tenha contribuído para incentivar a produção interna substituidora de importações. No entanto, é importante considerar que as dificuldades para importar também criavam obstáculos para importar máquinas, equipamentos e matérias-primas que não eram produzidas no Brasil.

Desse modo, ressalta-se a síntese proposta por Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr. (2016, p. 375), para quem:

[...] o investimento industrial ocorreu nas fases de expansão do setor exportador, quando havia divisas para importar as máquinas. Já a ocupação da capacidade instalada, o aumento da produção, dava-se em parte nos momentos de crise do setor exportador, quando se dificultava a importação de bens de consumo e se permitia que a produção nacional se tornasse competitiva. Ocorria, portanto, uma tendência de crescimento do setor industrial, oscilando ora com ampliação da capacidade produtiva, ora com utilização dessa capacidade, ampliando-se a produção.

A fase do processo de industrialização brasileira que se estende até 1919 foi marcada pela instalação da indústria de bens de consumo leves. Baer (1996) mostra que “produtos têxteis, roupas, calçados e indústrias alimentícias eram responsáveis por mais de 57% da produção industrial em 1907 e por mais de 64% em 1919” (BAER, 1996, p. 43). No entanto, para a década seguinte, Fishlow (1977, p. 24) mostra que:

A década dos vinte não foi muito propícia quanto à propagação da industrialização limitada que o Brasil havia atingido em 1919. A produção têxtil continuou a se expandir apenas até 1922-1923, com o restante do período marcado por crescente participação estrangeira no mercado local. Em 1928, o ano do pico das importações, a participação das importações tinha voltado ao nível de antes da Primeira Guerra Mundial, e provocou agitação para uma maior proteção tarifária, obtida no ano seguinte.

Baer (1996) mostra que, de fato, o período da Primeira Guerra impactou mais fortemente as importações brasileiras de bens de capital, que se reduziram a 22% do que eram, na média, nos anos anteriores ao conflito. Assim, o que se viu na década de 1920 foi crescer a participação na estrutura de importações do Brasil a presença de itens como: maquinaria, equipamento elétrico e equipamento de transportes, que passaram respectivamente de 4,7%, 1,8% e 4% da pauta de importações de 1910 para 7,4%, 3% e 8% da pauta de importações de 1920 (BAER, 1996; GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR, 2016).

Para Celso Furtado (2009), o colapso da Bolsa de Valores de Nova York e a subsequente Grande Depressão marcam um ponto de inflexão no processo de industrialização brasileiro. Como reflexo da crise, houve forte impacto na balança comercial, pois a estagnação dos mercados provocou excesso de oferta de café, produto que, em 1920, representava 70% das exportações brasileiras (BRASIL, 2007).

Concomitantemente houve reversão dos fluxos financeiros internacionais e fuga de capitais do Brasil, impactando significativamente o nível de reservas do País, o que reduziu a capacidade brasileira de importar. A necessidade de atender o mercado interno, diante das restrições às importações, foi o contexto que permitiu a ocupação da capacidade ociosa da indústria, que já marcava presença expressiva em São Paulo.

Furtado (2009) argumenta que na década de 1930 o governo Vargas praticou uma política anticíclica para atenuar os efeitos da crise sobre a renda e o emprego. O cerne dessa política foi a compra e queima de estoques de café, financiada por expansão monetária.

O governo estaria se adiantando, assim, em uma lógica keynesiana de sustentação da demanda agregada, por meio de políticas fiscal e monetária expansionistas. Peláez (1971, p. 96), crítico de Furtado, aponta para o aspecto autofinanciado do programa de sustentação do café, por meio de tributos incidentes sobre a exportação:

O crescimento das despesas, financiado por impostos novos, não corresponde à política fiscal keynesiana. [...] A compra e destruição dos estoques foram financiadas, principalmente, pelos novos impostos de exportação. [...] Mas é óbvio que a recuperação não pode ser explicada por meio de um simples modelo keynesiano de sustentação do setor cafeeiro. Logo, a Tese Furtado é inválida para o princípio da década de 1930.

Fishlow (1977, p. 27), por sua vez, mostra que:

[...] a política cafeeira não foi provavelmente tão essencial para a recuperação inicial da depressão, como Furtado declarou, nem tão simples como ele escreveu, mas também não foi tão insignificante como Peláez concluiu.

Para Furtado (2009, p. 276), a recuperação da economia, a partir de 1933, e seus efeitos sobre a indústria brasileira foram “um subproduto da defesa dos interesses cafeeiros”. No entanto, ressalta-se que, a partir do governo Vargas, mas não restrito a ele, o governo federal passou a desempenhar maior protagonismo na condução do processo de industrialização substitutiva de importações, valendo-se de diferentes meios, como barreiras tarifárias e não tarifárias; desvalorização real, controle e multiplicidade cambial; subsídios, financiamento e participação direta no setor produtivo. Ilustrativo dessa participação direta do governo no setor produtivo foi a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional, cujo financiamento foi negociado por Vargas com o governo norte-americano, em troca do alinhamento do Brasil aos Estados Unidos no contexto da Segunda Guerra Mundial (OLIVEIRA, 2015).

Esse era um gargalo no processo de industrialização brasileiro, pois, como aponta Carone (2019, p. 47): “Nenhum país moderno prescinde do ferro e do aço para as suas necessidades. No entanto, as tentativas brasileiras desde o começo de 1800 [até então] fracassaram”.

O Brasil, durante a Segunda Guerra Mundial, sobretudo no período entre 1941 e 1945, acumulou *superavits* comerciais importantes e significativo volume de reservas (BRASIL, 2007). De acordo com dados do IBGE, nesse período, o índice de produção total cresceu 21,8% (média de 3,3% ao ano), enquanto o produto industrial cresceu 39,1% (média de 5,7% ao ano) (IBGE, 2006).

Baer (1996) mostra que as exportações de produtos industrializados, que cresceram durante a guerra, chegando a 20% das receitas de exportações no período, passaram a declinar acentuadamente, com o final do conflito, em função do restabelecimento das fontes normais de comércio e de problemas relacionados aos atrasos na entrega e na qualidade dos produtos fabricados no Brasil.

Com o acúmulo de divisas obtidas durante a guerra e no contexto dos Acordos de Bretton Woods, o Brasil restaurou a taxa de câmbio que vigorava antes do conflito, estabelecendo sua conversibilidade em dólares, a despeito de uma inflação de mais de 150% ocorrida no período. O resultado foi uma rápida perda de reservas, em função da demanda reprimida de importações, e um novo período de escassez de divisas e controles cambiais e quantitativos de



importações, que acabaram por favorecer a industrialização por substituição de importações.

Em 1955, foi editada a Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), que na prática facilitava a entrada de investimentos diretos estrangeiros, por permitir “a importação de bens de capital à taxa ‘livre’ de câmbio por investidores estrangeiros, caso esses investidores aceitassem, como forma de pagamento, a participação no capital próprio da empresa que importasse o equipamento” (CPDOC, 2020).

Embora tenha sido editado durante o governo Café Filho, esse instrumento foi fundamental no governo Juscelino Kubitschek para a consolidação do capital multinacional no setor de bens de consumo duráveis, com destaque para a instalação da indústria automobilística, um dos objetivos mais importantes do Plano de Metas. O Plano de Metas envolvia também investimentos estatais em infraestrutura e transportes, financiados fundamentalmente por emissões monetárias.

Caputo e Melo (2009) mostram que do Investimento Direto Estrangeiro no Brasil, entre 1955 e 1963, por meio da Instrução 113 da Sumoc e do Decreto nº 42.820/1957, 97,7% foram direcionados à indústria de transformação, dos quais 38,1% direcionados ao setor de Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias; 11,7% ao setor de Fabricação de Produtos Químicos; 11,2% ao setor de Fabricação de Máquinas e Equipamentos; 6,2% ao setor de Fabricação de Artigos de Borracha e de Material Plástico; 5,1% ao setor de Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos; e 27,7% aos demais setores. Grande parte das beneficiárias se estabeleceu na cidade de São Paulo ou em sua região metropolitana. Apenas para ilustrar, somente do setor automobilístico, que foi o que mais recebeu investimentos, apurou-se que das 18 empresas beneficiárias do setor identificadas por Caputo e Melo (2009), 14 eram empreendimentos localizados na Região Metropolitana de São Paulo e outros dois em regiões próximas (Jundiaí e Campinas).

Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr. (2016) caracterizam o período clássico do Processo de Substituição de Importações (PSI) no Brasil (1930–1964) como marcado pela tendência:

- ao desequilíbrio e endividamento externo, em função de uma pauta agroexportadora pouco diversificada, de uma indústria pouco competitiva internacionalmente e do aumento das importações decorrente do próprio processo de desenvolvimento industrial;
- ao aumento da participação do Estado na economia (com o governo atuando como condutor do processo de industrialização; regulamen-

tador dos conflitos intracapitalistas e de classes; produtor; e financiador, por meio de instituições como o Banco Nacional de Desenvolvimento e o Banco de Desenvolvimento do Nordeste), que gerou desequilíbrio fiscal financiado por emissões monetárias e consequente inflação;

- à concentração de renda, em função do êxodo de trabalhadores rurais em decorrência da falta de investimentos no setor agrícola e da condição diferenciada da legislação trabalhista, ao passo que os investimentos na indústria eram capitais intensivos, não sendo capazes de absorver o excesso de mão de obra.

Durante o regime militar, o governo federal promoveu reformas institucionais – como a criação do Banco Central e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para substituição paulatina da instituição sociojurídica da estabilidade empregatícia, até então existente – e procurou endereçar o problema da inflação no contexto do Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg).

Nesse sentido, como mostra Soares (2010), adotou medidas para reduzir o *deficit* público, realizou política monetária e creditícia contracionista, promoveu arrocho salarial e instituiu a correção monetária, com o intuito de viabilizar o financiamento público por meio de títulos, indexar os tributos e melhorar o horizonte de cálculo econômico.

Além disso, aprimorou a Lei nº 4.131/1962 por meio da Lei nº 4.390/1964, versando sobre aplicação do capital estrangeiro e remessas de valores para o exterior, e instituiu a Resolução nº 63/1967 do Banco Central, que permitiu aos bancos nacionais captarem empréstimos no exterior para reemprestarem no Brasil, com o intuito de ampliar a captação de recursos no exterior.

As reformas do Paeg foram fundamentais para o crescimento observado durante o período do “Milagre Econômico” (1968-1973), pois a reforma fiscal permitiu a expansão de investimentos públicos; a Lei nº 4.390/1964 e a Resolução nº 63/1967 possibilitaram a captação de recursos no exterior, em um contexto de maior liquidez internacional; em decorrência do abandono da rigidez do padrão câmbio-ouro do sistema de Bretton Woods; a correção monetária possibilitou a expansão do sistema de crédito ao consumidor; e os recursos do FGTS estimularam a construção civil (SOARES, 2010). Esse crescimento pôde ser acomodado por ocupação da grande capacidade instalada durante o Plano de Metas.

Com o Primeiro Choque do Petróleo, em 1973, o mundo desenvolvido experimentou uma recessão, acompanhada de queda dos investimentos. Por outro lado, os países exportadores de petróleo procuraram reciclar suas receitas

no mercado financeiro (os petrodólares), ampliando a oferta de crédito em um momento de baixa demanda. Nesse contexto, as taxas de juros internacionais caíram bastante, embora fossem repactuadas periodicamente (os chamados “juros flutuantes”).

O governo militar enxergou na disponibilidade de crédito internacional abundante a oportunidade para dar continuidade ao projeto desenvolvimentista com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), utilizando as empresas estatais para tanto. O foco era ampliar a produção do setor siderúrgico, de alumínio, zinco, minério de ferro e ampliar a capacidade de geração de energia, por meio de grandes projetos (a Hidroelétrica de Itaipu, a produção de carvão em Santa Catarina, as usinas nucleares da Nuclebrás). Ademais, para acomodar as pressões políticas, procurou-se desconcentrar regionalmente os investimentos (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR., 2016).

A estratégia de crescimento com endividamento externo encontrou seus limites após o Segundo Choque do Petróleo e o subsequente choque dos juros, que fez que o serviço da dívida e a própria dívida externa aumentassem significativamente. A crise da dívida externa, que se aprofundou a partir de 1982, obrigou o Brasil a gerar *superavits* externos, frequentemente utilizando desvalorização cambial para estimular o setor exportador e desestimular as importações. Como a dívida externa estava concentrada no setor público, o governo precisava comprar as divisas geradas pelas importações, endividando-se internamente, a taxas mais elevadas (encarecendo a rolagem da dívida externa e piorando ainda mais as contas públicas) e prazos cada vez mais curtos.

Baer (1996) aponta que, nesse contexto, a capacidade de repasse de custos mais elevados de diversos insumos importados como petróleo, em uma economia oligopolizada como a brasileira, associada com “garantias do governo ocorridas pela inflação, e as que mais se destacaram foram a indexação de instrumentos financeiros (especialmente de obrigações do governo” (BAER, 1996, p. 147) funcionaram como mecanismo propagador da inflação. Esse foi um problema que os militares legaram aos governos civis que os sucederam e que, a despeito de diversos planos de estabilização (Plano Cruzado, Cruzado II, Bresser, Verão, Collor I, Collor II), só foi possível solucionar com o Plano Real, quando a renegociação da dívida externa brasileira no âmbito do Plano Brady já estava bem adiantada e os fluxos financeiros internacionais começaram a voltar ao Brasil, somando-se a expressivos *superavits* na balança comercial, que possibilitaram a formação de um “colchão de reservas”, que viabilizou um dos principais pilares de sustentação do Plano, a “âncora cambial”. Assim, os anos 1980

parecem ter mostrado os limites do processo de industrialização por substituição de importações, com forte protagonismo estatal.

Fernando Henrique Cardoso (FHC), responsável pela implantação do Plano Real, como ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, elegeu-se presidente da República e seu primeiro mandato foi marcado por intensificação da abertura comercial, privatizações e pela tentativa de manutenção do regime de bandas cambiais, que tinham sido fundamentais para debelar a inflação. No entanto, diante dos diferenciais de produtividade e de patamares inflacionários entre o Brasil e seus principais parceiros comerciais, a necessidade de manter um volume de reservas internacionais compatível com as bandas cambiais adotadas implicava elevadas taxas de juros para atrair divisas internacionais. Essa estratégia foi se tornando insustentável com a sucessão de crises no estrangeiro (no México, em 1995; no Leste Asiático, em 1997; e na Rússia, em 1998), que reverteu os fluxos financeiros internacionais, inviabilizando a ancoragem cambial.

O regime de bandas cambiais foi abandonado logo no início de 1999, após a posse de Fernando Henrique Cardoso, em seu segundo mandato. Assim, o início da gestão do segundo governo FHC foi marcado pela busca por uma nova política de sustentação macroeconômica. Paulatinamente, tal política foi se assentando em três pilares: flutuação cambial; regime de metas de inflação (que implica que a taxa de juro é conduzida de modo a manter a inflação dentro da meta); e metas fiscais, fundamentadas em Responsabilidade Fiscal, objetivando manter a sustentabilidade da dívida pública.

Esse tripé de sustentação da política macroeconômica se manteve nos governos seguintes: Lula I, Lula II, Dilma I, Dilma II (que foi afastada em 2016 por um processo de *impeachment*), Temer e Bolsonaro. No entanto, desde a presidência de Dilma Rousseff, as metas fiscais vêm se afrouxando (em parte por um crescente *deficit* da previdência<sup>2</sup> e, em parte, por decisão da presidente por retomar um projeto desenvolvimentista, com maior protagonismo do Estado).

O ex-presidente Temer aprovou uma emenda constitucional que impunha um teto para a evolução dos gastos do governo, com o intuito de manter a

<sup>2</sup> Em grande medida, o crescente *deficit* previdenciário decorria da incompatibilidade de um regime de repartição baseado em tempo de serviço com um processo natural de envelhecimento populacional. Em 2019 foi aprovada uma reforma da previdência que manteve o regime de repartição, mas estabeleceu idades mínimas para a aposentadoria (62 anos para mulheres e 65 anos para homens), o que tende a desacelerar a evolução do *deficit* nos próximos anos.

dívida pública em uma trajetória sustentável. No entanto, os gastos emergenciais e a redução das receitas tributárias, decorrentes da pandemia de Covid-19, durante o governo Bolsonaro, fizeram a dívida pública crescer substancialmente, colocando desafios futuros para a manutenção de sua sustentabilidade.

## **4.2 Insights do pensamento econômico para compreensão do desenvolvimento da cidade de São Paulo no período**

Adam Smith (1996), em sua obra clássica *A riqueza das nações*, já apontava a importância da divisão do trabalho para o crescimento econômico. No entanto, o trabalho, para ser cada vez mais subdividido, dependia da acumulação de capital e de um mercado amplo e bem desenvolvido. O caso do desenvolvimento histórico do município de São Paulo reflete esse processo. A acumulação de capital cafeeiro se irradia para o desenvolvimento de infraestrutura e estradas de ferro. São Paulo era o entroncamento de ferrovias importantes: a São Paulo Railway (que partia de Jundiaí e detinha o monopólio da ligação com o porto de Santos<sup>3</sup>, em função do sistema de privilégios de zona); a Sorocabana; e a Estrada de Ferro Central do Brasil (que ligava São Paulo ao Rio de Janeiro). A riqueza do café, principalmente a partir do processo de transição para a mão de obra assalariada, passou a circular mais amplamente como renda e poder de consumo, ajudando a desenvolver mercados.

A cidade de São Paulo se beneficiou de sua posição estratégica para a descida da Serra do Mar até o Porto de Santos e começou a crescer e ganhar relevância econômica justamente na época da substituição do trabalho escravo pelo assalariado. Em São Paulo ficava a hospedaria dos imigrantes que, posteriormente, se destinariam às fazendas de café no interior do estado. Diversos imigrantes, que tinham experiência em ocupações urbanas, acabaram permanecendo na cidade de São Paulo, onde encontraram emprego em armazéns, atividades de transporte, oficinas de reparos e no comércio. Com o adensamento populacional, a ampliação do mercado e o processo de acumulação de capital

---

3 O monopólio do acesso ao Porto de Santos detido pela São Paulo Railway foi quebrado efetivamente em 1937, quando foi inaugurada a linha Mairinque-Santos da Estrada de Ferro Sorocabana. Em 1946, encerrou o prazo contratual de exploração e a São Paulo Railway foi incorporada pelo governo do Brasil, passando a se chamar Estrada de Ferro Santos-Jundiaí.

que foi se desenvolvendo na cidade, foi possível aumentar o grau de especialização, dividindo-se cada vez mais o trabalho, o que contribuiu para o aumento da produtividade, que, por sua vez, ajuda a explicar o crescimento econômico observado.

Ademais, Chiswick (1999, p. 181, tradução nossa) lembra que:

Uma das proposições padrão da literatura econômica é de que os imigrantes tendem a apresentar um viés de seleção positivo para o mercado de trabalho, uma vez que costumam ser descritos como em média mais hábeis, ambiciosos, enérgicos e empreendedores do que aqueles que decidem ficar em seus locais de origem.

Chiswick (1978) já havia apresentado evidências e discutido as condições para a presença dessa seleção positiva<sup>4</sup>.

Versiani (1993), ao investigar a vantagem relativa dos industriais paulistas em relação aos seus concorrentes no Rio de Janeiro, constatou a existência de menores diferenciais de custo de trabalho tanto entre salários rurais e urbanos quanto entre trabalhadores qualificados e não qualificados. Os resultados da pesquisa sugerem que o menor diferencial está relacionado à presença de mão de obra imigrante em São Paulo.

Em ambos os casos o menor diferencial em São Paulo parece ser atribuível às características da oferta de trabalho nesse Estado, com participação importante de imigrantes; pode-se admitir que essa participação dava à força de trabalho paulista maior mobilidade e melhor adaptabilidade a atividades industriais (VERSIANI, 1993, p. 91).

No caso de São Paulo, é possível conciliar o *insight* do pensamento econômico sobre a propensão empreendedora do imigrante com o recebimento massivo de imigrantes na cidade. Schumpeter (1997), em sua *Teoria do desenvolvimento econômico*, já apontara o papel crucial do empreendedor para a promoção do progresso econômico ao introduzir a inovação no sistema econômico. Para o autor, inovação não coincide necessariamente com invenção, pois o que caracteriza a inovação é o êxito na introdução de:

<sup>4</sup> Santos Jr.; Menezes-Filho e Ferreira (2005) mostraram que a seleção positiva também pode ser observada em casos de migração interna, em estudo aplicado ao fenômeno, no Brasil.

[...] novas combinações dos fatores de produção existentes, incorporados em novas fábricas e, tipicamente, novas firmas que ou produzem novas mercadorias ou empregam novos métodos, i.e., métodos ainda não experimentados, produzindo para um novo mercado ou comprando meios de produção em um novo mercado (SCHUMPETER, 2010, p. 29-30).

Foi “no sentido de reorganizador dos fatores de produção, contribuindo, através de sua atividade, para o aumento da produtividade e, portanto, para o desenvolvimento econômico” que Bresser-Pereira (1964, p. 90) caracterizou o empresário industrial de São Paulo, das fases iniciais do processo de industrialização, que era majoritariamente de origem imigrante. É importante ressaltar, contudo, que Bresser-Pereira (1964) admite ter utilizado o conceito schumpeteriano de maneira ligeiramente ampliada, de modo a incluir aqueles que imitam as inovações de modo bem-sucedido, o que, para o autor, na essência, “é o mesmo conceito de Schumpeter”.

Nesse ponto, talvez seja útil introduzir o conceito de empreendedor de um outro autor, Israel Kirzner, que, embora parta da perspectiva austríaca, que frequentemente colide com o ponto de partida walrasiano de Schumpeter, pode trazer luzes e mesmo complementar a compreensão do papel dos empreendedores industriais pioneiros de São Paulo. Para Kirzner (2015), o empreendedor é um indivíduo dotado de um estado de alerta (uma perspicácia) a oportunidades até então inexploradas, que garantiria o aprendizado e a condução do processo de mercado rumo a uma maior coordenação de atividades. Apesar dos pontos de divergência, Kirzner (1999) reconhece que a visão schumpeteriana e a kirzneriana podem ser simultaneamente aceitas. Nesse sentido, aponta que o perfil psicológico do empreendedor traçado por Schumpeter e o papel central e distinto das inovações na promoção do progresso econômico capitalista (processo de destruição criativa) são válidos e precisos.

Por outro lado, Kirzner (1999) destaca suas próprias contribuições: iluminar o papel do empreendedor em estado de alerta para a tendência equilibradora dos mercados em geral; e mostrar que a característica do empreendedor do mundo real é estar “alerta a possibilidades criadas (ou passíveis de serem criadas) por mudanças independentes de sua ação” (KIRZNER, 1999, p. 16). É nesse sentido que empresários como Matarazzo, alertas em identificar alguma necessidade ou lacuna no mercado, procuram agir para supri-la, em busca de lucro, como fez o citado empresário diante da inexistência de farinha de trigo fabricada no Brasil, que o levou à criação do Moinho Matarazzo.

Uma questão que pode ocorrer é: por que atualmente não surgem outros “Matarazzos”? O pensamento econômico dá algumas pistas a respeito. North (2018) mostrou a importância das instituições para o desempenho econômico.

As instituições são as regras do jogo em uma sociedade ou, em uma definição mais formal, as restrições concebidas pelo homem que moldam a interação humana. Por consequência estruturam incentivos no intercâmbio humano, sejam eles políticos, sociais ou econômicos (NORTH, 2018, p. 13).

Por sua vez, Acemoglu e Robinson (2012) mostram que a natureza dos incentivos formatada pelas instituições (políticas e econômicas) depende de seu caráter inclusivo ou extrativista. Instituições econômicas inclusivas são aquelas em que os direitos de propriedade são trocados preponderantemente por meio do mercado, proporcionando condições igualitárias para que todos possam desenvolver suas competências, o que favorece a introdução de inovações, contribuindo para o crescimento econômico. Elas são amparadas por instituições políticas inclusivas que “promovem ampla distribuição do poder político de maneira pluralista e conseguem alcançar algum grau de centralização política, de modo a estabelecer a lei e a ordem” (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 381). Vale notar que a lei e a ordem garantem a segurança dos direitos de propriedade.

Por outro lado, as instituições econômicas extrativistas são aquelas em que as trocas de direitos de propriedade são, frequentemente, intermediadas pelo Estado e “são estruturadas de modo a que poucos possam extrair recursos de muitos” (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 381). As instituições econômicas extrativistas, por sua vez, são sustentadas por instituições políticas extrativistas, que tendem a concentrar o poder. Este, por sua vez, passa a ser objeto de desejo, dada sua alta capacidade de favorecer grupos de interesse, gerando propensão à instabilidade política.

A formação institucional do Brasil é caracteristicamente extrativista, dadas suas raízes coloniais e escravistas. No entanto, a cidade de São Paulo, embora não esteja desconectada das características institucionais do Brasil, beneficiou-se de alguns avanços institucionais que ocorreram em um momento específico da história que podem tê-la favorecido quando, embora pouco habitada, em 1872, e sem grande relevância econômica, estava nos trilhos do café, contribuindo para sua decolagem: os avanços legais que culminaram com a abolição da escravidão e uma maior liberdade em relação à imigração.



Tais avanços foram importantes para que São Paulo, durante seu desenvolvimento, contasse com mão de obra assalariada e consumidores que impulsionaram o surgimento de mercados, empreendimentos e empreendedores (muitos dos quais imigrantes, como já discutido). Aqui, cabem duas ressalvas:

- não se trata de virtude da cidade de São Paulo que seu crescimento tenha se fundamentado em trabalho assalariado, mas de *timing*, e as chagas da escravidão afetam o município, do mesmo modo que a todo o País;
- houve diversas políticas migratórias postas em prática em São Paulo, muitas das quais perniciosas ao imigrante; no entanto, é importante destacar que:

[...] depois de 1904, durante a segunda onda de imigração para o Brasil, apenas 35% a 40% dos imigrantes estrangeiros chegados a São Paulo receberam subsídios. Portanto, a maioria desse crescente número de pessoas se instalava e achava emprego diretamente nas áreas urbanas, o que constituía uma marcante diferença das práticas do passado, e uma óbvia ajuda para o crescimento da população urbana e para o desenvolvimento econômico (GRAHAM, 1973, p. 49).

Na seção anterior, em que se descreve o PSI, sobretudo a partir da década de 1930, é possível notar uma centralização do poder político no governo federal. Esse poder político foi frequentemente exercido de modo a favorecer e a fortalecer grupos de interesse (cafeicultores, industriais brasileiros, capitalistas financeiros, empreiteiros, funcionalismo). As instituições políticas brasileiras assumiam contornos claramente extrativistas e uma evidência disso é a instabilidade política: a ditadura Vargas; o suicídio de Getúlio Vargas após seu retorno ao poder; a renúncia de Jânio Quadros; o regime militar de 1964 a 1984. Isso não implica que a economia brasileira não tenha crescido no período, nem que a cidade de São Paulo não tenha sido uma das maiores beneficiárias desse crescimento.

Ao contrário, uma vez que a indústria estava fortemente concentrada em São Paulo e as políticas praticadas no PSI eram favoráveis à industrialização. De fato, de acordo com dados do IBGE, o PIB *per capita* cresceu 512%, em termos reais, no período compreendido entre 1930 e 1984, ou seja, uma taxa de crescimento de 3,41% ao ano (IBGE, 2006). Por outro lado, como mostram Acemoglu e Robinson (2012, p. 381-382), esse crescimento não é incompatível com a prevalência de instituições extrativistas:

Pelo contrário, é do maior interesse de toda e qualquer elite estimular ao máximo o crescimento, de modo a ter mais a extrair. [...] O crucial, porém, é que o crescimento sob instituições extrativistas não será sustentado.

Nesse contexto, o fim do regime militar parece coincidir com o esgotamento do PSI, com o Brasil extremamente endividado (interna e externamente) e com a inflação fora de controle. A redemocratização precisou acomodar diversas posições conflitantes: das demandas sociais reprimidas aos velhos e fortes grupos de pressão. Nesse sentido, muitas vezes para endereçar os próprios problemas econômicos, houve diversas mudanças de caráter institucional, que envolveram abertura comercial, privatizações, normas legais privilegiando controle fiscal (lei de responsabilidade social, regra de ouro, emenda constitucional impondo teto para os gastos públicos), regras monetárias (regime de metas de inflação).

No entanto, as instituições brasileiras, que em grande medida condicionam as instituições formais paulistanas, continuam preponderantemente extrativistas. Assim, não surpreende a permanência da instabilidade política, ilustrada por dois *impeachments* em 30 anos após a redemocratização.

Considerando-se o índice de liberdade econômica, Economic Freedom of World (2020), do Fraser Institute, para o qual há dados desde 1970, como um indicador de quão inclusivas são as instituições econômicas do país<sup>5</sup>, é possível observar, na Tabela 1, que as notas do Brasil durante a vigência do PSI eram relativamente baixas, uma vez que a métrica do índice vai de 0 a 10, tendo chegado ao seu ponto mínimo em 1985, primeiro ano de um governo civil depois do regime militar, ainda eleito por voto indireto, quando a nota do Brasil chegou a 3,17.

Em linhas gerais, até o final do governo civil-militar (que deu continuidade ao processo de substituição de importações), os fatores que mais puxaram para baixo a nota do Brasil no índice foram: a falta de abertura comercial do Brasil e a inflação (instabilidade monetária), embora os demais componentes do índice também apresentassem notas baixas.

5 Vale ressaltar que essa foi uma das finalidades da criação do índice. Nas palavras de seus responsáveis, o índice EFW é projetado para mensurar a consistência das políticas e instituições de uma nação com a liberdade econômica (HALL; LAWSON, 2014).

**Tabela 1** – Brasil: Índice de liberdade econômica (1970-2018)

ANO	ÍNDICE DE LIBERDADE ECONÔMICA ( <i>ECONOMIC FREEDOM OF THE WORLD</i> )	CLASSIFICAÇÃO	QUARTIL
1970	5,08	62	3
1975	4,16	91	4
1980	4,11	94	4
1985	3,17	107	4
1990	4,32	101	4
1995	4,61	105	4
2000	5,92	91	3
2005	6,38	94	3
2010	6,66	93	3
2015	6,20	121	4
2018	6,56	105	3

**Fonte:** Economic Freedom of the World (2020).

Entre 1985 e 1995, a inflação continuou puxando a nota do índice do Brasil para baixo. Já entre 2000 e 2018, os fatores que puxaram a nota brasileira para baixo são aqueles ligados às fragilidades do sistema legal e de defesa dos direitos de propriedade, além da complexidade regulatória do País. Apesar da melhora da nota brasileira no índice de liberdade econômica, durante todo o período observado, o Brasil sempre se classificou abaixo da nota mediana, frequentemente sendo enquadrado entre as economias menos livres do mundo.

As notas baixas no índice de liberdade econômica sugerem a preponderância de instituições extrativistas no Brasil. Por sua vez, instituições extrativistas inibem a atividade empreendedora. Aqui há uma pista sobre os motivos pelos quais não é comum o surgimento de empreendedores, como Matarazzo, no Brasil. O ambiente institucional não é diferente em São Paulo, em relação

ao nacional. Nesse contexto, é importante observar o relatório *Doing business* (THE WORLD BANK, 2020), do Banco Mundial, que procura mensurar o grau de facilidade de se fazer negócios em diferentes economias.

O município de São Paulo aparece na 145ª posição entre 213 economias (atrás do Rio de Janeiro), com a nota 58,8, muito distante das economias do grupo de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), cuja nota média é 78,4, sinalizando um ambiente econômico desafiador para o empreendedorismo.

Outro ponto que merece ser destacado é que Schumpeter (1961) já havia apontado que com o desenvolvimento do capitalismo havia uma tendência à internalização, nos departamentos de pesquisa e desenvolvimento das empresas, dos processos inovativos e que a própria figura do empreendedor se tornaria secundária, ganhando destaque as grandes empresas de sociedade anônima. Para que a pesquisa e o desenvolvimento das empresas possam prosperar há necessidade de desenvolvimento de capital humano, o que conduz a mais um ponto de reflexão sobre os desafios à atividade empreendedora em São Paulo.

Historicamente, o crescimento industrial em São Paulo ocorreu em um ambiente de baixa competição e com a possibilidade de incorporação de mão de obra relativamente pouco qualificada. A partir dos anos 1990, o cenário mudou, as cadeias produtivas globais tornaram-se mais integradas e a própria atividade industrial exigiu mão de obra mais qualificada para operar as novas tecnologias. Dois ganhadores do prêmio Nobel em Economia, Becker (1980, 2002) e Schultz (1973), já haviam apontado o papel central do capital humano para o desenvolvimento econômico. Como mostra Becker:

O capital humano está relacionado com o conhecimento, a informação, as ideias, as habilidades e a saúde dos indivíduos. Essa é a era do capital humano, no sentido de que o capital humano é, de longe, a forma mais importante de capital nas economias modernas. O sucesso econômico dos indivíduos e das economias como um todo depende de quão extensiva e efetivamente se investe nas próprias pessoas. [...] A tecnologia pode ser a condutora de uma economia moderna, especialmente nos setores de alta tecnologia, mas certamente o capital humano é o combustível (BECKER, 2002, p. 3, tradução nossa).

Nesse sentido, é importante observar que, segundo dados do IBGE (1954; 1973), a taxa de analfabetismo no município de São Paulo caiu muito pouco entre os Censos de 1950, quando a taxa era de 20,45%, e 1970, quando a taxa

era de 17,6%. É importante destacar que, no município de São Paulo, a média de tempo de estudo de pessoas com 25 anos ou mais em 1970 era de 4,3 anos, passando para 5,4 anos em 1980 e para 7,8 anos em 1990, ou seja, praticamente equivalente ao Ensino Fundamental (IBGE, 1973, 1982, 1991).

Tais dados sugerem que investimento em capital humano não era prioridade dos governos durante o processo de substituição de importações. Embora, em termos quantitativos, a situação tenha melhorado entre 1990 e 2020, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, divulgação anual, do IBGE (2020d), mostram que a taxa de analfabetismo no município caiu para 0,98% da população com 15 anos ou mais, mas o tempo médio de estudo de pessoas com 25 anos ou mais ainda era de 11,8 anos (praticamente correspondendo ao Ensino Médio).

Embora, em 2019, 31% da população do município de São Paulo, com 25 anos ou mais, tivesse formação superior, contingentes ainda maiores tinham apenas Ensino Médio ou Superior incompleto (34%) e preocupantes 35%, no máximo, Ensino Fundamental. O baixo nível de escolaridade é um dos desafios para o empreendedorismo e a competitividade empresarial a ser enfrentado pelo município.

A participação do emprego industrial no município de São Paulo chegou ao seu apogeu entre o final dos anos 1970 e o final dos anos 1980. Em 1979, a indústria de transformação era responsável por 37,6% dos empregos na região metropolitana de São Paulo (IBGE, 2020d). Já em 1989, a indústria de transformação respondeu por 32,5% dos empregos na mesma região metropolitana (IBGE, 2020d).

No entanto, a participação da indústria de transformação no emprego e no PIB paulistano vem caindo desde então. Dados da Prefeitura de São Paulo (2020b) mostram que somente entre 2010 e 2017, a participação da indústria no PIB paulistano caiu consistentemente (em todos os anos de período, independentemente da taxa de variação do PIB), de 12,8% até chegar a 8,4%, enquanto a participação dos serviços cresceu de 68,2% para 74,0% do PIB paulistano, no mesmo período.

Há uma mudança em curso no município de São Paulo, em relação à forma como se produz e se distribui riquezas na cidade, o que não significa piora na qualidade de vida, mas os resultados dessas mudanças dependerão de quão preparados estiverem seus residentes.

### 4.3 Considerações finais

A economia paulistana é hoje mais diversificada e menos dependente do setor industrial. Isso não a tornou menos próspera. Existem no município mais de 566 mil empresas e organizações atuantes. Atualmente, sua renda *per capita* é de R\$ 58.691,90 (aproximadamente US\$ 10.000) e os trabalhadores formais recebem em média o equivalente a 4,3 salários mínimos (IBGE, 2020a). Os setores que, no estado de São Paulo, pagam remunerações maiores do que a média são os relacionados a: atividades financeiras, organismos internacionais, eletricidade e gás, informação e comunicação, além da administração pública, em grande medida concentrados no município de São Paulo.

De acordo com dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD BRASIL, 2020), a nota referente ao índice de desenvolvimento humano da cidade de São Paulo subiu de 0,626, em 1991, para 0,733 em 2000 e para 0,805 em 2010 (último dado disponível, pois é calculado com base no Censo Demográfico). Ilustrativamente, em termos globais, países com um índice igual ou superior a 0,802 são classificados como nações com desenvolvimento humano muito alto.

Assim, por esse critério, pode-se afirmar que a cidade de São Paulo possui desenvolvimento humano muito alto. A expectativa de vida ao nascer na cidade de São Paulo é de 76,6 anos (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2020a) e o município conta com boa infraestrutura, como ilustra o fato de 92,6% do município ser atendido com esgotamento sanitário adequado (IBGE, 2020a).

No entanto, os desafios para uma cidade com mais de 12 milhões de habitantes são igualmente grandiosos, sobretudo em uma época de grandes transformações no mundo, em que a tecnologia da informação e a das comunicações serão cada vez mais determinantes da dinâmica econômica. Vale destacar três desafios inter-relacionados:

- redução da pobreza;
- desenvolvimento de capital humano;
- dinamismo empreendedor.

O município ainda tem quase 32% de sua população vivendo com um rendimento mensal de até meio salário mínimo (IBGE, 2020a). A redução sustentável da pobreza depende fundamentalmente do aprimoramento de seu capital humano e da manutenção e avanço da atividade empreendedora na cidade.

Em relação ao capital humano, é importante observar que aproximadamente 35% da população com 25 anos ou mais tem no máximo o Ensino Fundamental completo, enquanto outros 34,3% têm apenas Ensino Médio completo ou Superior incompleto (IBGE, 2020e). Para melhorar esses índices, o Plano Nacional de Educação estabelece metas até 2024, entre as quais:

- 95% das pessoas com 16 anos já tenham concluído o Ensino Fundamental;
- 85% da população entre 15-17 anos frequente o Ensino Médio (ou possua a Educação Básica completa);
- 50% da população de jovens entre 18-24 anos matriculados no Ensino Superior.

De acordo com o Ministério da Educação (BRASIL, 2020), até 2018, os respectivos indicadores do município de São Paulo estavam em 71% para a meta destacada para o Ensino Fundamental; 57,4% para a meta destacada para o Ensino Médio; e 40,1% para a meta destacada para o Ensino Superior. Adicionalmente, os indicadores educacionais qualitativos preocupam.

Por exemplo, os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) não são favoráveis para São Paulo, pois a nota 6,3, referente aos anos iniciais do Ensino Fundamental, classificam São Paulo na 1.461ª posição no País e a nota 4,4, referente aos anos finais do Ensino Fundamental, colocam o município na 2.688ª posição, o que é negativamente surpreendente para uma cidade relativamente tão rica.

Nesse contexto, o Mackenzie, desde 1870, vem oferecendo sua contribuição, com serviços educacionais de qualidade e conectados com as necessidades e desafios que envolvem São Paulo e o Brasil, desenvolvendo capital humano de altíssima qualidade. Ilustrativamente, desde sua criação, em 1896, a Escola de Engenharia Mackenzie contribuiu para esse desenvolvimento, fornecendo os profissionais de que a cidade tanto necessitava para planejar as construções civis, a instalação de redes de transportes, a implantação das fábricas e a manutenção da indústria de máquinas e equipamentos tanto dos bens importados quanto aqueles que então passaram a ser copiados.

Do mesmo modo, em 1950, o Instituto Presbiteriano Mackenzie inaugurou a Faculdade de Ciências Econômicas, herdeira da tradição do antigo Curso Superior de Comércio, de 1889, e da Escola Técnica de Comércio, de 1932 (MENDES; FONTELES, 2012), e que viria a ser o embrião do atual Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Presbiteriana Mackenzie, que

compreende ainda os cursos de Administração e de Ciências Contábeis, da graduação e pós-graduação (*lato e stricto sensu*). Desde então, o Mackenzie prepara os melhores quadros para a gestão, controle das finanças e pavimentação do desenvolvimento econômico do País.

Outro desafio a ser superado envolve a criação de uma matriz institucional favorável ao desenvolvimento do empreendedorismo e da atividade empresarial que facilite a introdução de inovações e permita o amplo desenvolvimento de negócios, aumentando a oferta e a qualidade dos postos de trabalho. Um ambiente de negócios profícuo depende da qualidade institucional de uma determinada economia, ou seja, depende de um maior grau de liberdade para que os agentes econômicos troquem direitos de propriedade por meio do mercado.

No entanto, o nível de liberdade econômica no Brasil ainda é muito baixo, não sendo diferente em São Paulo. É ilustrativo, portanto, que entre os diversos componentes do índice *Doing business* (THE WORLD BANK, 2020), o município tenha uma nota abaixo da mediana das economias de renda média alta (entre as quais o município se enquadra) em quase todos os onze critérios, exceto “Proteção de Investidores Minoritários”, “Execução de Contratos” e “Resolução de Insovência”. Os principais destaques negativos são “Obtenção de Alvará de Construção” (nota 47,7 contra 70,8 para economias de renda média alta) e “Pagamento de Impostos” (nota 34,4 contra 70,6 para economias de renda média alta). Foi com essa preocupação que a Universidade Presbiteriana Mackenzie inaugurou, em 2016, o Centro Mackenzie de Liberdade Econômica para discutir os problemas institucionais que afetam nosso país e nossa cidade e propor soluções para uma sociedade mais livre, empreendedora e próspera.

## Referências

- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. *Por que as nações fracassam*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2012.
- BAER, W. *Economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 1996.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Instrução nº 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), de 17 jan. 1955. *Diário Oficial da União*: Rio de Janeiro, 1955. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/acessoinformacao/instrucoesumoc/SUMOCINST113-instrucao113.pdf>. Acesso em: 1º mar. 2021.



- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resolução nº 63, de 21 ago. 1967. O Banco Central do Brasil, na forma da deliberação do Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 17.8.1967, de acordo com o disposto nos arts. 4º, inciso V, e 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e art. 29 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965. *Diário Oficial da União*: Rio de Janeiro, 1967. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1967/pdf/res\\_0063\\_v7\\_L.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1967/pdf/res_0063_v7_L.pdf). Acesso em: 1º mar. 2021.
- BECKER, G. S. *Human capital*. 3. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1980.
- BECKER, G. S. *The age of human capital*. 2002. Disponível em: [https://media.hoover.org/sites/default/files/documents/0817928928\\_3.pdf](https://media.hoover.org/sites/default/files/documents/0817928928_3.pdf). Acesso em: 15 nov. 2020.
- BRASIL. Decreto nº 42.820, de 16 de dezembro de 1957. Regulamenta a execução do disposto nas Leis 1.807, de 7 de janeiro de 1953, 2.145, de 29 de dezembro de 1953, e 3.244, de 14 de agosto de 1957, relativamente às operações de câmbio e ao intercâmbio comercial com o exterior, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 16 dez. 1957. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/decreto/1950-1969/D42820.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/1950-1969/D42820.htm). Acesso em: 1º mar. 2021.
- BRASIL. Decreto nº 42.820, de 16 de dezembro de 1957. Regulamenta a execução do disposto nas Leis 1.807, de 7 de janeiro de 1953, 2.145, de 29 de dezembro de 1953, e 3.244, de 14 de agosto de 1957, relativamente às operações de câmbio e ao intercâmbio comercial com o exterior, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 16 dez. 1957. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/decreto/1950-1969/D42820.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/1950-1969/D42820.htm). Acesso em: 1º mar. 2021.
- BRASIL. Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962. Disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 28 set. 1962. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4131.htm). Acesso em: 1º mar. 2021.
- BRASIL. Lei nº 4.390, de 29 de agosto de 1964. Altera a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 29 ago. 1964. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14390.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14390.htm). Acesso em: 1º mar. 2021.
- BRASIL. Ministério da Economia. *200 anos do comércio exterior brasileiro: 1808 a 2007*. Brasília, DF: MDIC, 2007. Disponível em: [https://balanca.economia.gov.br/balanca/outras/200\\_anos.zip](https://balanca.economia.gov.br/balanca/outras/200_anos.zip). Acesso em: 15 nov. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. *PNE em movimento*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2020. Disponível em: [http://simec.mec.gov.br/pde/grafico\\_pne.php](http://simec.mec.gov.br/pde/grafico_pne.php). Acesso em: 15 nov. 2020.

- BRESSER-PEREIRA, L. C. Origens étnicas e sociais do empresário paulista. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 83-106, 1964.
- CAPUTO, A. C.; MELO, H. P. de. A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da Sumoc. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 513-538, 2009.
- CARONE, E. *A evolução industrial de São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Senac, 2019.
- CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). *Instrução 113*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2020. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instrucao-113>. Acesso em: 15 out. 2020.
- CHISWICK, B. R. Are immigrants favorably self-selected? *American Economic Review*, Pittsburgh, v. 89, n. 2, p. 181-185, 1999. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/117103>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- CHISWICK, B. R. The effect of Americanization on the earnings of foreign-born men. *Journal of Political Economy*, Chicago, v. 86, n. 5, p. 897-921, 1978. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1828415>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- COUTO, R. C.; CASTRO, B. Matarazzo, o fabricante de fábricas. *Revista Conjuntura Econômica*, São Paulo, v. 58, n. 12, p. 62-63, 2004.
- DEAN, W. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo: Difel, 1971.
- ECONOMIC FREEDOM OF THE WORLD: 2020 Annual Report. *Fraser Institute*, 2020. Disponível em: <https://www.fraserinstitute.org/studies/economic-freedom>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- FISHLOW, A. Origens e consequências da substituição de importação no Brasil. In: VERSIANI, F. R.; BARROS, J. R. M. (org.). *Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização*. São Paulo: Saraiva, 1977. p. 7-40.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil: edição comemorativa – 50 anos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- GRAHAM, D. H. Migração estrangeira e a questão da oferta de mão de obra no crescimento econômico brasileiro (1880-1930). *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 7-64, 1973.
- GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M.; TONETO JR., R. *Economia brasileira contemporânea*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- HALL, J. C.; LAWSON, R. A. Economic freedom of the world: an accounting of the literature. *Contemporary Economic Policy*, New York, v. 32, n. 1, p. 1-19, 2014.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil. São Paulo. Panorama. *Cidades@*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico São Paulo 1970. *IBGE*, v. 1, n. 18, p. 1-503, 1973. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd\\_1970\\_v1\\_t18\\_p3\\_sp.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd_1970_v1_t18_p3_sp.pdf). Acesso em: 1º mar. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico: dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. São Paulo. 1980. *IBGE*, v. 1, n. 19, p. 1-773, 1982. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/72/cd\\_1980\\_v1\\_t4\\_n19\\_sp.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/72/cd_1980_v1_t4_n19_sp.pdf). Acesso em: 1º mar. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estado de São Paulo. Censo demográfico 1950. *IBGE*, v. 25, n. 1, p. 1-295, 1954. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd\\_1950\\_v25\\_t1\\_sp.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v25_t1_sp.pdf). Acesso em: 1º mar. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estado de São Paulo. Censo demográfico 1991. *IBGE*, n. 21, p. 1-764, 1991. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/82/cd\\_1991\\_n21\\_caracteristicas\\_populacao\\_domicilios\\_sp.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/82/cd_1991_n21_caracteristicas_populacao_domicilios_sp.pdf). Acesso em: 1º mar. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatísticas do povoamento. *Brasil 500 anos*, Rio de Janeiro, 2020b. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento.html>. Acesso em: 13 nov. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estatísticas do século XX*. IBGE, 2006. Disponível em: <http://seculoxx.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 out. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estimativas da população*. IBGE, 2020c. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html>. Acesso em: 12 nov. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios. Microdados das PNADs de 1979 e 1989*. IBGE, 2020d. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/19897-sintese-de-indicadores-pnad2.html?=&t=downloads>. Acesso em: 15 nov. 2020.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua. Microdados da PNADC de 2020*. IBGE, 2020e. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=downloads>. Acesso em: 3 mar. 2020.
- KIRZNER, I. M. *Competition and entrepreneurship*. Chicago: University of Chicago Press, 2015.
- KIRZNER, I. M. Creativity and/or alertness: a reconsideration of the schumpeterian entrepreneur. *The Review of Austrian Economics*, London, v. 11, n. 1-2, p. 5-17, 1999.
- MARTINS, J. S. A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força de trabalho na economia cafeeira: 1880-1930. *Revista de História*, São Paulo, n. 121, p. 5-26, 1989. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/revhistoria/article/download/18605/20668>. Acesso em: jan. 2021.
- MENDES, M.; FONTELES, M. C. *Mackenzie: 142 anos de ensino, 60 anos de Universidade*. São Paulo, 2012. Disponível em: [http://www.academia.edu/download/44030451/ARTIGO\\_HISTORIA\\_UPM\\_-\\_Revista\\_CRUB-versao\\_revisada.doc](http://www.academia.edu/download/44030451/ARTIGO_HISTORIA_UPM_-_Revista_CRUB-versao_revisada.doc). Acesso em: 10 jan. 2021.
- MIZUBUTI, S. Sobre a formação da mão de obra industrial no Brasil e a imigração estrangeira – 1890-1930. *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 47-57, 2001. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13399>. Acesso em: 13 nov. 2020.
- NORTH, D. C. *Instituições, mudança institucional e desempenho econômico*. São Paulo: Três Estrelas, 2018.
- OLIVEIRA, C. F. P. A política externa do governo Vargas durante o Estado Novo e a construção da Companhia Siderúrgica Nacional. *História e Cultura*, Franca, v. 4, n. 1, p. 5-21, 2015.
- PELÁEZ, C. M. Análise econômica do Programa Brasileiro de Sustentação do Café (1906-1945): teoria, política e medição. *Revista Brasileira de Economia*, Niterói, v. 25, n. 4, p. 5-212, 1971.
- PNUD BRASIL. *Ranking IDHM Municípios 2010*. 2020. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>. Acesso em: 1º mar. 2021.
- PREFEITURA DE SÃO PAULO. Demografia – Tabelas. 2020a. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/licenciamento/desenvolvimento\\_urbano/dados\\_estatisticos/info\\_cidade/demografia/index.php?p=260265](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/licenciamento/desenvolvimento_urbano/dados_estatisticos/info_cidade/demografia/index.php?p=260265). Acesso em: 1º mar. 2021.

- PREFEITURA DE SÃO PAULO. Produto Interno Bruto, Valor Adicionado por Setores e PIB “per capita” Município de São Paulo 2010 a 2017. 2020b. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/economia022\\_20\\_1588184073.htm](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/economia022_20_1588184073.htm). Acesso em: 1º mar. 2021.
- SANTOS JÚNIOR, E. R.; MENEZES-FILHO, N.; FERREIRA, P. C. Migração, seleção e diferenças regionais de renda no Brasil. *Política e Planejamento Econômico*, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 299-331, dez. 2005. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4403/1/PPE\\_v35\\_n03\\_Migracao.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4403/1/PPE_v35_n03_Migracao.pdf). Acesso em: 15 nov. 2020.
- SCHULTZ, T. W. *O capital humano*: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973.
- SCHUMPETER, J. A instabilidade do capitalismo. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Clássicos de literatura econômica*: textos selecionados de macroeconomia. 3. ed. Brasília, DF: Ipea, 2010. p. 9-39. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/livro\\_classicosdeLiteratura.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/livro_classicosdeLiteratura.pdf). Acesso em: 15 nov. 2020.
- SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- SCHUMPETER, J. A. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- SMITH, A. *A riqueza das nações*: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- SOARES, F. A. R. *Economia brasileira*: da Primeira República ao Plano Real. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- SUZIGAN, W. *Indústria brasileira*: origem e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986. v. 24.
- THE WORLD BANK. Ease of doing business in Brazil. *Doing business, 2020*. Disponível em: <https://www.doingbusiness.org/en/data/exploreconomies/brazil>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- VERSIANI, F. R. Imigrantes, trabalho qualificado e industrialização: Rio e São Paulo no início do século. *Brazilian Journal of Political Economy*, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 77-96, 1993. Disponível em: <https://rep.org.br/rep/index.php/journal/article/download/1348/1334>. Acesso em: 15 nov. 2020.

**5**

**DESAFIOS  
CONTEMPORÂNEOS DA  
CIDADE DE SÃO PAULO**

---

*Rodrigo Augusto Prando*

## Introdução

“Subindo, professor!”. Foi assim que um aluno, no térreo, segurando o elevador, dirigiu-se a mim, em um longínquo mês de março. Respondi cordialmente, agradecendo a gentileza, mas avisei que subiria até o quinto andar usando as escadas. Naquele momento, recorde-me com clareza, estava preocupado “com um tal de novo coronavírus”, um vírus mais perigoso que o H1N1, já se dizia, que chegava ao Brasil. Diziam, também, que sua disseminação ocorreu nos dias de Carnaval, mas isso não me preocupava, já que havia permanecido em uma fazenda no interior do estado com minha família.

Aos poucos, os alunos iniciaram os questionamentos. O Mackenzie suspenderia as aulas? Parecia que um aluno de um curso, no *campus*, havia testado positivo. Outras instituições já haviam afirmado que suspenderiam todas as atividades presenciais, aulas, laboratórios, cursos de extensão e tudo o mais. Nos restaurantes e cafés, próximos de nossa universidade, proprietários e garçons também tinham suas dúvidas e, mais ainda, uma evidente e bem fundamentada preocupação com a interrupção das aulas e, conseqüentemente, a paralisação de seus negócios, dependentes da presença de alunos e professores.

A Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) localiza-se na região central da cidade de São Paulo, perto de transporte público, bares, restaurantes, livrarias, teatros, *shoppings*, hospitais, enfim, tudo que uma metrópole pode ofertar a seus moradores.

Desde que cheguei a São Paulo, em 2005, vindo do interior do estado, para trabalhar na UPM, tinha presenciado o vigor da cidade, uma São Paulo superlativa. Uma cidade que, gabando-se, afirmava que nunca para, cujo ritmo é, muitas vezes, frenético, dia e noite, ininterruptamente. Foi em 2006 que São Paulo talvez tenha conhecido, após os anos 1950, sua primeira pausa forçada, por conta dos ataques do Primeiro Comando da Capital (PCC), facção criminosa que causou a morte de cerca de 564 pessoas, na maioria civis e 59 agentes públicos (policiais, bombeiros, entre outros). Cheguei a São Paulo, salvo melhor juízo, em um domingo à noite para iniciar minhas aulas logo na manhã de segunda-feira.

Costumava descer na parada da Ponte do Piqueri, na Marginal Tietê. Contudo, quando o ônibus estacionou, os militares do posto policial não estavam ali, como costumeiramente se dava. Ao contrário, estavam todos escondidos e protegidos atrás de carros e barreiras, com fuzis e carabinas para o pronto uso. Decidi que não deveria ficar ali e pegar um táxi, até porque não havia táxi disponível no ponto ao lado da parada.

Fui, então, até o Terminal Tietê e de lá, usando o metrô, até a estação Santa Cecília. Já no metrô, alguns policiais visivelmente tensos, dois deles segurando suas armas, ainda no coldre, com o objetivo de sacar o mais rápido possível, caso necessário. Felizmente, não houve necessidade. O trajeto da estação até onde eu morava, que sempre foi rápido, naquela noite pareceu demorar uma eternidade. As ruas, vazias. Precisava comprar algo para jantar. Não havia um bar, lanchonete, nem o supermercado aberto. Cena de filme de terror ou, no mínimo, de suspense. Minha mãe, nervosa, ligou para saber se eu havia chegado bem. Busquei tranquilizá-la, embora eu mesmo não estivesse nada calmo.

Em 2020, lá para meados de março, São Paulo novamente parou. Não era uma facção criminosa promovendo ataques. Um vírus que contaminava e que levava muitos a evoluir para quadros graves da doença, especialmente os pertencentes ao grupo de risco: idosos, doentes crônicos e com comorbidades. Eu, que quase sempre sou precavido, planejador, acabei andando a esmo pela região em que moro, próximo à Universidade e à Santa Casa, procurando álcool em gel e, principalmente, máscaras para a minha família. Não achei, em lugar nenhum, em nenhuma das dezenas de lojas de materiais médicos e cirúrgicos das redondezas. Meu medo: como dar aulas sem máscara? Não precisei, não precisamos.

Logo, seguindo orientação do governo do estado, a UPM suspendeu as atividades presenciais. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) mudou a denominação do que já estávamos vivenciando e decretou que o mundo enfrentava uma pandemia.

Autoridades científicas, médicas e políticas, aqui e alhures, iniciaram os protocolos para enfrentar o que viria pela frente. Assistíamos, pela televisão ou nas redes sociais, a escalada da doença na Itália e o impacto no número de mortos, com caminhões do Exército em fila, com centenas de mortos e caixões lacrados. Não tardou e a situação se repetia no Brasil, na cidade de São Paulo, a mais populosa e cosmopolita do Brasil. As definições abstratas, por exemplo, grupos de risco ou idosos, começaram a se tornar concretas, próximas. Morreram amigos, colegas de trabalho, tios, avós, pais, entes queridos que rapidamente foram subtraídos do nosso convívio sem que, ao menos, pudéssemos vivenciar o período de luto e nos despedir.

Logo, as discussões estavam em torno de uma argumentação falaciosa: proteger a vida decretando o distanciamento/isolamento social ou proteger a economia conservando as empresas e negócios para evitar milhões de desempregados. As projeções eram – e são, ainda – alarmantes, desastrosas, para São Paulo, para o Brasil e para o mundo todo.



E justamente em 2020, o Mackenzie preparou-se para sua maior festa: a comemoração dos 150 anos. Para se ter a dimensão do que foi programado, não havia mais nenhum de seus auditórios disponíveis, dada a profusão de eventos e atividades programadas para a comunidade acadêmica. O impacto foi sentido por todos. Alunos, professores, funcionários, autoridades acadêmicas e do Instituto Presbiteriano Mackenzie. O que o futuro no curto e no médio prazo nos prometia?

A vida no *campus*, vibrante, diversa, jovial, congelou-se. Ruas, bares e restaurantes vazios. Nunca havia presenciado um silêncio tão “barulhento” como o decorrente do distanciamento social. Tivemos – professores e alunos – que nos adaptar a uma modalidade de atividades acadêmicas a distância. O Regime Excepcional por Contingência (REC), documento elaborado pela Reitoria, dava o norte de como atuar no cenário em tela. Mas cada um tinha que, manuseando sua bússola, se encontrar e se nortear.

Apesar de todas as dificuldades, professores, alunos e corpo diretivo foram, paulatinamente, ressignificando suas formas de atuar e, no bojo da pandemia, não deixaram de fazer aquilo que a instituição fez nos últimos 150 anos: educar, pesquisar e promover a extensão universitária, em graus distintos, obviamente. Provavelmente, nos próximos 150 anos, na comemoração dos 300 anos do Mackenzie, os historiadores e a memória organizacional reconheçam que 2020 foi um ano ímpar, um contexto pandêmico, no qual os valores da instituição foram colocados à prova e, mesmo na absoluta adversidade, foram fundamentais e permitiram a coesão necessária para superar a angústia e as agruras individuais e coletivas.

O capítulo que ora o leitor e a leitora têm em mãos é fruto de uma redação neste período de pandemia, com aulas dentro de nossas casas, sem a presença de alunos e colegas professores, sem a sociabilidade no intervalo tomando um cafezinho. Sem o afeto que permeia nossas relações sociais dentro do Mackenzie. Isso posto, este escrito é, em grande parte, uma panorâmica retomada de alguns aspectos históricos e sociológicos da formação da cidade de São Paulo e da UPM. O título, definido de antemão, “Desafios contemporâneos da cidade de São Paulo”, busca deslindar, sobretudo, os desafios atinentes à cidade de São Paulo e, também, à UPM.

Limitações, portanto, de ordem teórica e empírica, estão presentes em uma visada, como destacado, panorâmica. Todavia, o esforço, em conjunto com os demais autores, é de proporcionar conhecimentos e reflexões que jamais sejam absolutas, e sim provocação para o diálogo intelectual.

Se a vida em uma metrópole como São Paulo é desafiadora, bem como desafiador é manter-se como instituição educacional por 150 anos, os desafios, doravante pós-coronavírus, são maiores e mais urgentes. A cidade de São Paulo, a UPM e o Centro de Ciências Sociais e Aplicadas (CCSA) terão, cada um a seu modo, de equacionar problemas que não estavam presentes em janeiro e fevereiro de 2020. Nossas formas de sentir, pensar e agir, individual e coletivamente, em nossas carreiras e institucionalmente, serão, por certo, também ressignificadas. No CCSA, à guisa de exemplo, formamos profissionais nas áreas de Administração (e Administração com ênfase em Gestão do Comércio Exterior), Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, e esses jovens encontrarão um mercado de trabalho impactado pela pandemia, por novas relações de trabalho, com aceleração da tecnologia da informação e da inteligência artificial, com organizações em sistemas híbridos de trabalho, sendo parte em escritórios e parte em *home office*. O fulcro da questão é como planejar nossas ações para enfrentar os desafios vindouros. Objetivamos, assim, percorrer essa seara repleta de desafios e de poucas certezas. Convidamos os leitores a nos acompanhar nesta empreitada.

## 5.1 São Paulo: um pouco de história e de sociologia

Há inúmeros autores com trabalhos aquilatados acerca da história da cidade de São Paulo<sup>1</sup>. Há, inclusive, nos demais capítulos que compõem esta obra, escritos sobre a temática realizados por historiadores, cujo ofício exige o domínio das fontes de investigação e da teoria historiográfica. Aqui, buscar-se-á uma visada panorâmica que, de um lado, acabará por trazer à tona elementos históricos; e, de outro, os aspectos sociológicos atinentes ao desenvolvimento econômico e urbano da cidade de São Paulo.

No campo da reflexão sociológica, autores como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Gabriel Cohn e José de Souza Martins permitem melhor compreender a cidade de São Paulo. E, no caso, uma compreensão de

<sup>1</sup> A título de sugestão ao leitor de obras que tratam da cidade de São Paulo: Toledo (2012; 2015) – para uma leitura mais leve da história, são dois volumes escritos em linguagem fácil e atraente pelo jornalista Roberto Pompeu de Toledo; Arruda (2001) e Frúgoli Júnior (2000) são cientistas sociais cujos trabalhos investigativos acerca da cidade de São Paulo apresentam reflexões teóricas, bem como análises documentais e trabalho de campo.

sua dinâmica econômica – com foco na industrialização –, o desenvolvimento urbano, a sociabilidade e as contradições no bojo da metrópole.

Em 1954, Florestan Fernandes apresentou uma comunicação no XXXI Congresso Internacional de Americanistas, realizado na cidade de São Paulo. O título da comunicação foi “Caracteres rurais e urbanos na formação e desenvolvimento da cidade de São Paulo”.

O sociólogo paulista aduz que São Paulo, no século XVI, fundada como povoação em 1554 e elevada à condição de vila em 1561, contava com uma população de 1.500 a 2 mil indivíduos (brancos, índios, negros e mestiços). Segundo Fernandes (2008, p. 182), “o pequeno comércio que nela existia, alimentado pelas atividades de uma dezena de artesãos [...] e pelos serviços tão irregulares quão poucos lucrativos [...]. Assim,

Três forças mantinham o fluxo e o refluxo da vida social do campo para a vila e vice-versa. Uma, eram as crenças religiosas. As ordenações estipulavam três procissões anuais [...]. Nessas ocasiões, os moradores se transferiam para a vila, com suas famílias, dependentes e parte da escravaria. [...] A segunda vinculava-se à administração e à política. A Câmara tomava medidas que interessavam a todos os moradores. Os *homens bons*, quando membros do Conselho da Câmara, precisavam comparecer às reuniões ordinárias – com frequência, irregularmente; e, independentemente disso, toda vez que as deliberações afetavam questões de interesse coletivo ou se fazia mister conhecer a opinião [...] A responsabilidade dos moradores pelas obras e serviços públicos, pela construção e manutenção dos caminhos, pela ereção e conservação dos muros etc., servia de incentivo suficiente para que se dessem ao “incomodo” de acorrerem à vila e tomassem parte direta nos acontecimentos. [...] Por fim, a insegurança comum, em um meio geográfico estranho e ocupado por populações hostis, atuava como uma força de solidariedade moral, ao mesmo tempo que compelia moradores, por motivos de ordem bélica, a manterem a casa na vila e a zelarem pelo sistema defensivo que esta possuía (FERNANDES, 2008, p. 182-183, grifo do autor).

Depreende-se dos elementos indicados por Fernandes (2008) que a vida na vila (ainda não uma cidade de fato) de São Paulo era assaz acanhada, pobre mesmo. As principais forças que se consubstanciavam na sociabilidade entre os moradores eram a religião, a política administrativa e a defesa bélica de possíveis ataques de populações hostis. Ressalte-se, ainda, que não há propriamente uma separação entre o espaço privado e público, já que era responsabilidade

dos moradores a construção de bens públicos como estradas, caminhos, muros, entre outros.

Além disso, as características da Vila de São Paulo permitiram ao autor defini-la como uma “estrutura rural ibérica”. Apesar das limitações locais, população limitada, isolamento geográfico, economia natural e estrutura sagrada e tradicional, a vila contava com um “complexo sistema de posições sociais”. Havia, por certo, os homens livres e os escravos e, entre esses dois, um elevado número de posições sociais, em uma estrutura estamental.

Após a apresentação dos primórdios da cidade de São Paulo, Fernandes destaca a cidade no presente, com dados de 1950, indicando uma população de 2.198.096 habitantes. Em sua ótica,

Esses números sugerem o que se passou com São Paulo, no termo de quatro séculos de evolução. Tornou-se uma *cidade grande*, dotada de uma complicada rede de comunicações e de transportes, de uma extensa área urbana, consideravelmente diferenciada, de um sistema comercial, industrial e bancário altamente complexo e com tendências expansivas, de meios modernos de educação, de assistência e de recreação. Centro de grandes operações financeiras, para ela convergem os capitais do Estado de São Paulo e dela dependem as mais importantes iniciativas de desenvolvimento econômico das regiões rurais de várias zonas do país [...] Os *paulistas* se envaidecem com tudo isso, apreciando discretamente as avaliações do gênero: “São Paulo é a cidade que mais cresce no mundo” ou “São Paulo é o maior centro industrial da América Latina”, e outras que tais. O passado possui pouca significação. O que importa é o presente e, acima de tudo, o futuro (FERNANDES, 2008, p. 187, grifo do autor).

Fernandes (2008), contudo, assevera que esse desenvolvimento se deu em pouco mais de 50 anos e trouxe uma mudança radical que não se operou nos três séculos anteriores. E, sociologicamente, a mudança social, de uma vila, cidade, para uma metrópole, traz, em seu bojo, a desorganização social, rompendo com o equilíbrio e a integração entre os indivíduos e grupos que na cidade de São Paulo vivem e interagem.

Cardoso (1969), discípulo de Florestan, busca, em sua análise, indicar e explicar as condições sociais da industrialização de São Paulo. Para o sociólogo, há de se trazer à tona os aspectos atinentes ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Assim, destaca como de importância decisiva para o crescimento industrial a organização econômica das fazendas de café do Oeste Paulista (Campinas, Rio Claro, São Carlos, Araraquara, Catanduva, Pirassununga, Casa Branca e Ribeirão Preto). As fazendas do Oeste Paulista ganham força no período de declínio da escravidão, especialmente por conta da proibição do tráfico negro em 1850.

Nesse cenário, o fazendeiro importa mão de obra livre, duplamente livre: despossuída dos meios e instrumentos de produção e juridicamente livre. Não só a presença do imigrante, mas outro fator é relevante: o processo de racionalização da empresa econômica.

Para Cardoso (1969, p. 191),

O fazendeiro de café, nestas condições, tornava-se um empreendedor capitalista. Absenteísta, passou a gerir a propriedade rural através de administradores e capatazes, ocupando-se mais com a aplicação e o rendimento do capital do que com a administração direta do trabalho. Habitante da cidade, possuía a mente mais aberta às inovações tecnológicas e ao espírito de racionalização da empresa do que seus antecessores e, muitas vezes, antepassados, do período do Vale do Paraíba.

No caso da cidade de São Paulo, o autor assevera que

Dentre todos os núcleos urbanos que se beneficiaram com a expansão da lavoura cafeeira nenhum superou a cidade de São Paulo. Para isto houve várias razões. Em primeiro lugar, o novo eixo econômico do Estado passava pela cidade demandando o porto de Santos. Todo o comércio do café paulista fazia apenas em São Paulo e Santos. Por outro lado, São Paulo, como capital da Província, foi o grande mercado de mão-de-obra imigrante. Está claro que a posição geográfica da cidade foi decisiva neste processo, mas não se deve esquecer que sua qualidade de sede político-administrativa também contou para que a vida econômica da região convergisse para a cidade. [...] Não foi por acaso que, a partir de 1870, São Paulo, que até então era uma cidade de reduzidas proporções e cuja primazia no Estado era disputada por Campinas, passou a ser, no dizer de Pierre Monbeig, a capital dos fazendeiros, que se distinguiam, como vimos, dos velhos senhores-do-café. De qualquer forma, a partir desta época, a cidade de São Paulo passou a exercer, em proporções muito maiores, as mesmas funções que as cidades da zona do café: tornou-se o grande mercado de distribuição de produtos e de mão-de-obra (CARDOSO, 1969, p. 193).

Em termos sociais, a industrialização, que depende de capitalistas e mão de obra, teve sua dinâmica assentada na cidade de São Paulo e, segundo Cardoso (1969, p. 196), “a mão-de-obra industrial, como já se disse, foi recrutada principalmente entre os imigrantes, e neste sentido a industrialização de São Paulo também teve uma relação direta com a lavoura cafeeira”.

Corroborando as ideias de Cardoso (1969), Cohn (1988, p. 286) aduz que, realmente, a moderna industrialização no Brasil alicerça seu desenvolvimento após a abolição da escravidão e utilização de mão de obra imigrante e “[...] a concentração de renda no Centro-Sul do país (em especial na área cafeeira de São Paulo) e o incentivo à entrada de trabalhadores europeus”.

Investigando a peculiaridade de São Paulo no que tange à expansão da industrialização, isto é, do desenvolvimento capitalista, o autor afirma que:

O que efetivamente diferenciava São Paulo das demais grandes cidades do país na época era o caráter “moderno” do seu desenvolvimento, até mesmo no sentido cronológico do termo: a expansão urbana paulista era um fenômeno novo, que só tomou pleno impulso na segunda metade do século XIX, quando as outras maiores cidades do país haviam consolidado suas características (COHN, 1988, p. 289).

E mais:

Do ponto de vista dos tipos sociais que a habitavam nessa fase de expansão e das atividades econômicas dominantes na sua área, essa “modernidade” paulista deve ser entendida em termos do seu maior avanço no sentido da constituição da ordem social *capitalista* no país (COHN, 1988, p. 289, grifo do autor).

Socialmente, havia, na cidade, uma estratificação social importante de ser enfatizada. No topo da escala social, o setor dominante da economia cafeeira, fazendeiros e financiadores, ambos dotados da racionalidade capitalista. Na base da sociedade, os setores assalariados, formados especialmente pelos imigrantes, com aspirações de enriquecimento por meio do trabalho.

Cafeicultura; fazendeiros com mentalidade moderna, racional e empresarial; financiadores; mão de obra livre, constituída por imigrantes; urbanização da cidade; industrialização vigorosa – todos esses aspectos conjugam-se no bojo da cidade de São Paulo e dão origem a sua face atual.

Segundo dados do IBGE, em 2017, São Paulo apresentava 10,6% de participação e R\$ 669,3 bilhões de contribuição à economia nacional. O PIB de São

Paulo é o maior entre os 5.570 municípios do Brasil e, em termos comparativos, São Paulo sozinha tem um PIB equivalente à soma de 4.305 municípios ou 77,3% das cidades brasileiras (SOUZA, 2019).

Dados que constam no *site* InvesteSP (SP EM MAPAS, 2020) são capazes de quantificar a pujança da cidade. A seguir, o Quadro 1 apresenta uma síntese desses dados:

**Quadro 1** – Dados acerca da cidade de São Paulo

INDICADOR	UNIDADE	VALOR	ANO	FONTE
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano	-	0,81	2010	Pnud
IPRS - Índice Paulista de Responsabilidade Social	-	2,00	2014	Seade
Área territorial	km <sup>2</sup>	1.521,11	2017	IBGE
População	-	12.176.866	2018	IBGE
Densidade demográfica	habitantes/km <sup>2</sup>	7.959,27	2017	IBGE
Taxa de crescimento anual de 2010 a 2016 a preços do ano de 2016 pelo IPCA (IBGE)	em %	1,82	2016	IBGE
PIB - Produto Interno Bruto	milhões R\$	687.035,89	2016	IBGE
PIB <i>per capita</i>	R\$	57.071,43	2016	IBGE
Participação no PIB do estado	em %	33,71	2016	IBGE
Valor Adicionado Bruto da Indústria	milhões R\$	63.306,75	2016	IBGE

(continua)

**Quadro 1** – Dados acerca da cidade de São Paulo

INDICADOR	UNIDADE	VALOR	ANO	FONTE
Valor Adicionado Bruto dos Serviços	milhões R\$	506.559,88	2016	IBGE
Valor Adicionado Bruto dos Agronegócios	milhões R\$	43,87	2018	IBGE
Exportações	US\$ dólares	12.958.184.069,00	2018	MDIC
Participação nas exportações do estado	em %	19,81	2018	MDIC
Total de vínculos empregatícios	–	6.962.918,00	2017	Rais
Rendimento médio (R\$)	R\$	3.500,16	2017	Rais
Participação da indústria nos vínculos empregatícios	em %	8,39	2017	Rais
Participação da construção civil nos vínculos empregatícios	em %	5,49	2017	Rais
Participação do comércio nos vínculos empregatícios	em %	18,75	2017	Rais
Participação dos serviços nos vínculos empregatícios	em %	67,22	2017	Rais
Participação da agropecuária nos vínculos empregatícios	em %	0,14	2017	Rais

**Fonte:** SP em mapas (2020).

Depreende-se do Quadro 1 que, em pleno século XXI, a cidade de São Paulo congrega, ainda, um vigor econômico impressionante, bem como população que ocupa o território do município com ocupações nos setores industriais, de



serviços e no agronegócio. E um PIB *per capita* de cerca de R\$ 57.071,43, o que torna a cidade bastante atrativa no cenário nacional.

Ainda que São Paulo tenha proeminência econômica, suas contradições são, também, superlativas. As desigualdades sociais apresentam-se nas substanciais diferenças entre os bairros do centro e os bairros periféricos, nas oportunidades de trabalho no centro e nas periferias e na presença de moradores em situação de vulnerabilidade.

## 5.2 A Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)

Tradição e pioneirismo, eis o lema da UPM, que se tornou título de livro institucional: *Tradição e pioneirismo na educação*, publicado em 2004. Como imaginar que, em 1870, na cidade de São Paulo, antes da Abolição, tenha fixado residência um casal de missionários protestantes presbiterianos e, aqui, conseguido construir a “Escola Americana”? E, ainda, que essa escola, pequena, modesta mesmo, viesse a se transformar em uma das mais importantes universidades do País?

Dessa forma, nesta seção, serão abordadas a origem e traços atuais de uma instituição que completou, em 2020, 150 anos. Uma instituição, no caso, anterior não só à Abolição (1888), mas, também, à Proclamação da República (1889).

A forte presença do catolicismo no País não impediu que, após a Proclamação da Independência (1822), outras religiões pudessem fincar raízes no solo pátrio. Desde que os cultos fossem em reuniões cujas casas não tivessem a fachada caracterizada como das igrejas católicas, havia tolerância e isso foi importante para que igrejas norte-americanas desejassem iniciar suas atividades no Brasil. Em 1858, no Rio de Janeiro, foi aberto o primeiro templo, hoje a Igreja Evangélica Fluminense. Logo depois, em 1859, também no Rio de Janeiro, desembarca o reverendo norte-americano Ashbel Green Simonton, enviado pela Junta das Missões Estrangeiras da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos da América. Assim,

Com a chegada do Rev. Simonton, o movimento reformado, calvinista e presbiteriano fincaria raízes definitivas no Brasil e entre os brasileiros. Em julho de 1860 chegavam também ao Rio de Janeiro o Rev. Alexander Blackford e sua esposa Elisabeth, chamada carinhosamente de Lille, irmã de Simonton. Em outubro de 1863 o Rev. Blackford viria para São Paulo,

visando abrir um segundo campo missionário presbiteriano, cuja igreja local seria estabelecida em 1865. Eram ministrados cultos em inglês e em português, e, além das funções regulares de um pastor, o Rev. Blackford *iniciou uma classe de escola dominical para crianças* (KERR; FIGUEIREDO, 2004, p. 17, grifos nossos).

Com o volumoso trabalho, o casal de missionários contou com a ajuda de um jovem na área educacional, George Whitehill Chamberlain. Após sucessivas viagens pelo Brasil, Chamberlain fixa residência em São Paulo, em 1864. O jovem Chamberlain era:

Dono de excelente oratória e falando bem português, conseguiu atrair vários adeptos para o presbiterianismo, influenciando na abertura de duas novas igrejas em São Paulo. Seu bom trabalho chamou a atenção do Presbitério, que, em janeiro de 1866, o nomeou missionário coadjutor, sendo ordenado seis meses depois. Em agosto retornou aos Estados Unidos para aperfeiçoar seus conhecimentos em Teologia no Seminário de Princeton, voltando ao Brasil em 1868. Nessa fase conheceu e casou-se com a educadora Mary Annesley e manifestou à Junta das Missões Estrangeiras seu interesse de organizar uma *escola brasileira com características americanas* (KERR; FIGUEIREDO, 2004, p. 19, grifos nossos).

O retorno a São Paulo, em 1868, permitiu que Chamberlain já travasse contato com uma cidade que se desenvolvia economicamente, em especial, como vimos, por conta da cafeicultura e suas exportações. Chamberlain dedicou-se às viagens missionárias objetivando a divulgação da fé presbiteriana; Mary, sua esposa, concentrou seus esforços nas questões pedagógicas. Sobre as atividades de Mary, temos que:

Não se conhece a data exata, mas supõe-se que esses trabalhos se iniciaram no segundo semestre de 1870. Mary observava três crianças brincando em frente de sua casa, na rua Visconde de Congonhas do Campo. Convidou-as a entrar e começou a conversar com elas. Imaginou que, se continuassem a brincar nas ruas todos os dias, sem estudar, essas crianças iriam crescer na ignorância e se manteriam analfabetas, como 80% da população brasileira daquele tempo. Com grande talento para contar histórias, Mary acabou conquistando as crianças, que passaram a frequentar sua casa (KERR; FIGUEIREDO, 2004, p. 20).

E mais:

Deu-lhes lápis e papel e passou a ensinar-lhes a ler e escrever. Outros amiguinhos se interessaram pela atividade e também passaram a assistir às aulas de Mary. Era o embrião do que seria chamado, meses depois, de Escola Americana (KERR; FIGUEIREDO, 2004, p. 17).

Assim, a história da UPM está, como não poderia deixar de ser, ligada à conjugação de valores religiosos e educação, em um amálgama que, desde a sua origem até os dias que seguem, consegue dar forte coesão à instituição. Em uma cultura preponderantemente católica e de estrutura social estamental, ainda com a escravidão vigente, os missionários norte-americanos encontram um país cujo cotidiano é marcado pelo desprezo pela educação, desigualdades enormes e ainda baixa mobilidade social.

Distantes desse cotidiano, as aulas na Escola Americana foram pioneiras, revolucionárias mesmo.

A educadora acolhia todos sem preconceito. Havia crianças perseguidas nas escolas por serem protestantes ou por seus pais serem defensores do fim da escravidão. Sua atitude era revolucionária em relação ao modelo educacional da época, pois não discriminava aluno algum e não aplicava castigos físicos para quem não fizesse as lições. Além disso, começava as aulas com uma oração e a leitura da bíblia (KERR; FIGUEIREDO, 2004, p. 23).

Além disso, cumpre destacar, ainda, que nas salas conviviam meninas e meninos, ricos e pobres, brancos e negros, filhos de famílias ricas e filhos de escravos. Com isso, “mantidos todos os alicerces bem enraizados – econômico, didático, religioso –, a Escola Americana foi ganhando cada vez mais alunos [...]” (KERR; FIGUEIREDO, 2004, p. 26).

O modelo educacional inovador acabou chamando a atenção do imperador dom Pedro II, que visitou a escola em 1878. Não só visitou, mas, depois, recebendo a visita do reverendo Chamberlain, o imperador fez uma doação pessoal à Escola Americana. Simbólico que o imperador tenha visitado e doado dinheiro para a instituição na cidade de São Paulo, gerida por presbiterianos, em um país católico, colonizado por portugueses ligados ao “espírito aventureiro”, como destaca Holanda (2006).

Weber (2008) assenta sua obra clássica – *A ética protestante e o espírito do capitalismo* – em uma adequação significativa entre os valores religiosos

protestantes, mormente de origem calvinista, ao espírito do capitalismo, cujas características implicam a existência de empresas, da organização racional do trabalho e da produção, bem como da busca racional do lucro.

Dessa forma, assim com Weber relaciona valores religiosos e desenvolvimento econômico, podemos, à guisa de hipótese, vislumbrar que o sucesso da obra dos missionários norte-americanos, a Escola Americana, deu-se na cidade de São Paulo por conta, também, de uma adequação significativa entre os ideais religiosos e educacionais no desenvolvimento econômico e urbano da cidade de São Paulo.

Há, nesse caso, um encontro de valores religiosos com a cidade de São Paulo. Sociologicamente, tomando como base Fernandes (2008), Cardoso (1969) e Cohn (1988), a cidade de São Paulo é aquela que reuniu as condições objetivas e subjetivas que foram capazes de alicerçar as bases do desenvolvimento do capitalismo nacional, portanto, da industrialização. E, por conta disso, a conexão de sentido entre os propósitos religiosos e educacionais dos missionários presbiterianos encontrou, na cidade, um solo fértil para se desenvolver. Seria pouco provável que noutras cidades houvesse o êxito alcançado desde os primórdios da Escola Americana até os dias de hoje.

Hodiernamente, a UPM apresenta resultados que a projetam no cenário nacional como uma das mais importantes instituições de Ensino Superior. Desde suas raízes, na modesta escola dos missionários norte-americanos, até uma universidade com campi em vários estados do Brasil, o projeto educacional original tem seus valores que se concretizam nas dimensões qualitativa e quantitativa. A seguir, com base no documento *Relatório Anual 2019 – Institucional & Sustentabilidade*, alguns dados para ilustrar a força e a presença da UPM em São Paulo e no Brasil.

Em 2019, mais de 48,8 mil alunos estavam matriculados nas unidades do Mackenzie. Foi também 2019 o primeiro ano de operação, sob orientação do Mackenzie, do Hospital e Faculdade de Medicina em Curitiba. Foram, ainda, publicadas e distribuídas 44,7 mil literaturas confessionais (que expressam os valores presbiterianos da instituição). O Sistema de Ensino está em constante crescimento, com cerca de 65,8 mil alunos e 372 escolas parceiras.

Pelo oitavo ano consecutivo, a UPM liderou o *Ranking* Universitário da *Folha* entre as instituições privadas de São Paulo. No que tange aos docentes, há 97,4% de mestres e doutores. No campo da internacionalização dos cursos do Mackenzie, há parcerias com 370 instituições de ensino em 44 países. Houve o lançamento do primeiro doutorado profissional, na área de Controladoria e Finanças Empresariais. Um expressivo crescimento em 2019, comparado a

2018, dos alunos matriculados na Educação a Distância, com um aumento de 42,5%. Docentes mackenzistas premiados no programa Apple Distinguished Educators. E cursos de Administração e Contabilidade da Faculdade Rio com nota máxima no Enade-MEC.

Ainda em 2019, na Educação Básica, os Colégios Mackenzie contavam com 9,6 mil alunos matriculados. No campo da Saúde, mais de 1,6 milhão de atendimentos e procedimentos realizados nos dois hospitais Mackenzie; o Hospital de Curitiba é referência em queimados e o Hospital de Dourados, referência em cirurgia cardíaca, ambos com 593 leitos disponíveis. Na área social, são 28,6 mil alunos atendidos com bolsas de estudos integrais ou parciais, dos quais 7,1 mil com bolsas filantrópicas. No Mackenzie Voluntário, foram realizados 331 projetos com 46,5 mil voluntários e 698 mil beneficiários, presentes em todos os estados brasileiros (RELATÓRIO ANUAL 2019, 2020).

Ainda com base no Relatório Anual 2019 (2020), a seguir, estão a indicação dos recursos e os resultados/impactos alcançados:

- Recurso profissional: cosmovisão cristã transversal, permeante e transparente; identidade institucional composta pela profissionalidade, missão, visão, princípio e valores; capelania. Resultados/impactos: 8,2 mil atendimentos da capelania/ano; 44,7 mil literaturas profissionais distribuídas; 57 grupos de alunos ligados à capelania.
- Recurso humano e intelectual: 6.460 colaboradores; 2.031 professores; Sistema de Ensino Mackenzie. Resultados/impactos: 69 mil horas de treinamento empreendidas (10,7 horas por funcionário/ano); 48,8 mil alunos na Educação Básica e na Educação Superior; 65,8 mil alunos atendidos pelos Sistemas de Ensino.
- Recurso social e relacionamento: entidade filantrópica e sem fins lucrativos; 46,5 voluntários em 331 projetos sociais nos 26 estados do País e no Distrito Federal; dois hospitais filantrópicos. Resultados/impactos: 28,6 mil alunos atendidos com descontos e bolsas integrais ou parciais, das quais 7,1 filantrópicas; 700 mil beneficiários dos programas de voluntariado; 1,6 milhão de atendimentos realizados nos hospitais.
- Recurso natural: insumos naturais; consumo de materiais. Resultados/impactos: 16,5 GkWh de energia consumida; 115,8 mil metros cúbicos de água consumida.
- Recurso de infraestrutura: Educação – dez *campi*, 4,1 milhões de metros quadrados de terreno e 209 mil metros quadrados de área construí-

da; Saúde: dois hospitais, 20,2 mil metros quadrados de terreno e 35 mil metros quadrados de área construída. Resultados/impactos: Educação – 846 salas de estudo e 319 laboratórios; Saúde – 593 leitos ativos.

- Recurso financeiro: R\$ 986 milhões de patrimônio líquido; R\$ 1,386 bilhão de receita bruta. Resultados/impactos: R\$ 925,9 milhões de valor gerado e compartilhado com os públicos diversos; R\$ 299,7 milhões em bolsas e descontos concedidos.

Completar 150 anos em um país com pouco mais de 500 anos de história é firmar-se institucionalmente com uma universidade tradicional, cuja origem, na Escola Americana, deu-se em 1870. E, no caso, retome-se o lema: “Tradição e Pioneirismo”. Dedicção, coragem, resiliência e valores religiosos claros e compartilhados estiveram presentes nos primeiros missionários e foram essenciais no encontro de uma sociedade cuja cultura era bastante distinta daquela dos religiosos norte-americanos. Um Brasil católico e ainda escravocrata, estamental, cuja produção econômica era voltada para o exterior e com profundas diferenças entre suas regiões provavelmente colocou à prova a fé daqueles indivíduos.

Contudo, foi a cidade de São Paulo que, em meados do século XIX e já no início do século XX, despontava como um município diferente e com dinamismo graças à industrialização e ao desenvolvimento do capitalismo.

O Mackenzie não seria o que é hoje se não fosse sua fixação na cidade de São Paulo. Certamente, São Paulo também seria diferente sem a presença da UPM. Essa conexão, essa adequação significativa, para falar com Weber (2008), do encontro dos missionários presbiterianos educadores com a cidade de São Paulo gerou frutos que perduraram no tempo e no espaço.

### 5.3 O Centro de Ciências Sociais e Aplicadas (CCSA)

O CCSA é uma escola de negócios voltada ao universo empresarial das organizações. Há, nessa instituição, cursos de graduação e pós-graduação, *stricto sensu* e *lato sensu*.

Na graduação, há Administração, Administração (Gestão de Comércio Exterior), Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. No *stricto sensu*, Administração de Empresas, Administração do Desenvolvimento de Negócios (Profissional) e Mestrado e Doutorado Profissional em Controladoria e Finanças Empresariais. Já no *lato sensu*, estão Escolas Econômicas Liberais, Economia

e Gestão do Agronegócio, Gestão de Processos em Ambientes Corporativos, Gestão Estratégica de Serviços, Gestão de Seguros e Previdência, Gestão de Logística e Cadeias de Valor, Gestão Estratégica Empresarial, Gestão de Pessoas e Desenvolvimento Organizacional, Gestão Estratégica de Vendas, Liderança e Transformação Organizacional e Gestão de Marketing Corporativo.

A partir de dados da unidade (de junho de 2020), estes são os números de alunos matriculados:

- Graduação: Administração (2.636), Administração – Gestão em Comércio Exterior (831), Ciências Contábeis (359) e Ciências Econômicas (977).
- Pós-graduação: *stricto sensu* – Administração (112), *stricto sensu* – Profissional em Controladoria (58), *stricto sensu* – Profissional em Economia (37), *stricto sensu* – Profissional em Administração de Negócios (60); *lato sensu* (855).
- Cursos de Extensão: 96 alunos
- Cursos Ensino a Distância (EaD): 2.954 alunos.

O CCSA forma alunos na graduação e na pós-graduação, bem como oferta cursos de especialização *lato sensu* cujo objetivo é que profissionais e pesquisadores atuem no universo da gestão das organizações. A cidade de São Paulo propicia aos profissionais formados no CCSA um amplo espaço de inserção no mercado de trabalho, dada sua relevância econômica nos setores do agronegócio, indústria, comércio e na educação superior.

Reconhecidos pela excelência de sua formação, os cursos do CCSA são muito bem avaliados e, ainda, com ótima receptividade nas empresas que contratam nossos discentes. Os cursos de Administração e de Administração – Gestão em Comércio Exterior apresentam nota 4 no Enade e 5 estrelas no *Guia do Estudante*; o Curso de Ciências Econômicas conta com nota 3 no Enade e 4 estrelas no *Guia do Estudante* e o de Ciências Contábeis, nota 4 no Enade e 5 estrelas no *Guia do Estudante* e o Prêmio Think Ahead (Association of Chartered Certified Accountants (ACCA) – Accredited Programme).

A maioria das aulas do CCSA ocorre no prédio T – Edifício Reverendo Modesto Carvalhosa –, um local de vibrante contato entre alunos e professores. No térreo do prédio há uma praça de alimentação que, durante os intervalos de aula, é ponto de encontro, socialização e refeição para professores e alunos. Os professores costumam se encontrar diariamente para um bom café e conversas, quase sempre regadas a histórias de sala de aula, bom humor e espírito mackenzista.

No âmbito da UPM, o CCSA contribui no ensino, pesquisa e projetos e programas de extensão. Administração é, por certo, um dos cursos de graduação com maior número de alunos matriculados, e no seu quadro de docentes há pesquisadores com projeção nacional e internacional, por conta de suas pesquisas expressas em artigos, livros e participação de eventos científicos e acadêmicos. Além disso, professores e pesquisadores do CCSA estão presentes em veículos de mídia nacionais e internacionais, comentando e analisando questões propostas por jornalistas de televisão, rádio, jornais, revistas e *internet*.

#### **5.4 Os desafios: à guisa de considerações finais**

Retomar o termo “desafio” exposto no título do capítulo, bem como sua complementação – desafios contemporâneos da indústria, do comércio e da economia de São Paulo – é fundamental. Desafio, entre suas várias significações no dicionário, é definido como “situação ou grande problema a ser vencido ou superado; tarefa difícil de ser executada” (HOUAISS, 2001, p. 951).

Mudar de um país para outro é um desafio. Mudar e levar valores religiosos diferentes daqueles do novo país é desafiante. Dedicar-se ao ofício de educar, assentado em valores presbiterianos, crianças e jovens em um país predominantemente analfabeto e que desvalorizava a educação foi, talvez, o maior desafio. E, naquilo que modestamente pode ser apresentado neste capítulo, o desafio foi vencido. Dos 150 anos da Escola Americana, em 1870, até 2020, com a Universidade Presbiteriana Mackenzie, os desafios, um a um, com maior ou menor dificuldade, com paralisações e avanços, com certezas e dúvidas, com felicidades e agruras, foram superados e trouxeram aprendizados.

Morar em uma metrópole como São Paulo, com cerca de 12 milhões de habitantes, é um desafio, bem como é desafiante para o poder público fazer a gestão dessa metrópole. Conviver, ao mesmo tempo, com a riqueza e a miséria, é desafio cotidiano. Ter cuidado para não se tornar uma vítima da violência urbana é, também, tarefa diária. Conviver com milhares em uma configuração social que favorece o individualismo é um desafio para não se tornar insensível e naturalizar os problemas sociais.

E, em 2020, um dos maiores desafios do mundo e da sociedade brasileira fez-se presente: uma crise advinda da pandemia do coronavírus, Covid-19. Como dito, nas primeiras semanas e meses da pandemia, indústria, comércio, escolas, universidades foram paralisadas. Parte substancial dos cidadãos



recolheu-se em seus lares e de lá buscou adaptar-se ao “novo normal”. E, além desses, os milhares nas ruas, sem moradia, sem perspectivas, sem sequer depender da esmola ou da ajuda, já que o mundo entrou em compasso de espera, na esperança de uma vacina ou de um tratamento eficaz.

A crise sanitária oriunda da pandemia foi, no Brasil, capaz de revelar nossas desigualdades estruturais. Assim, na conjuntura crítica, a estrutura de formação de nossa sociedade em suas mazelas se agudizou. Foi um desafio para indústrias e comerciantes produzir e ofertar serviços seguindo os protocolos indicados pelas autoridades de saúde objetivando conter o avanço da doença e, se possível, tentar achatar a curva de contaminados.

Desafiados foram professores e alunos a desenvolver suas atividades acadêmicas, de ensino e pesquisa, mediados pela tecnologia, por meio de aulas síncronas e assíncronas. Em uma dimensão geracional, ficaram evidentes as diferenças entre os nativos digitais e os professores de um mundo analógico ou, até mesmo, da lousa e giz.

Quais serão os desafios da UPM em geral e do CCSA em particular para o cenário pós-pandemia? São muitos e, aqui, alguns serão apontados. A pandemia nos tirou da normalidade de nossas vidas cotidianas e, na sequência, o termo “novo normal” ganhou espaço. Atividades profissionais como aquelas nas quais a universidade forma seus jovens foram realizadas distantes de escritórios, nas casas, em *home office*. Nesse caso, a UPM e o CCSA deverão preparar e qualificar profissionais para, provavelmente, uma nova configuração das relações de trabalho, da mudança da cultura organizacional, das competências, habilidades e atitudes.

Publicações nos principais jornais e revistas indagam como será o mundo sem os conhecidos escritórios. Como vivenciar experiências profissionais, geralmente impessoais, no ambiente doméstico, espaço pessoal dos afetos, da intimidade? E há que se imaginar que os jovens mackenzistas estejam preparados para uma comunicação efetiva e eficiente, sejam orais, sejam escritas, nas mais diversas plataformas digitais, conhecidas e usadas durante a pandemia. Como administrar, gerenciar, liderar pessoas sem relações *face to face*?

Primordial para uma universidade é compilar o conhecimento acumulado e produzir novos conhecimentos. Assim, UPM e CCSA deverão apostar em pesquisas desafiantes acerca do impacto da pandemia na vida humana e na vida social. Ainda que soubéssemos do vírus na China e de sua periculosidade, acabamos sendo surpreendidos por sua chegada e rápida disseminação. As projeções eram de colapso do sistema de saúde – público e privado –, com

milhares de doentes e óbitos. Faltaram máscaras de proteção, álcool em gel, respiradores, leitos de hospitais e de UTI. Cidades como São Paulo, com recursos financeiros, construíram enormes hospitais de campanha, prevenindo o pior cenário. Parte da previsão tornou-se real, passamos de 250 mil mortos<sup>2</sup>. O que a Universidade, acadêmicos e pesquisadores aprenderão sobre essa crise? O desafio vindouro é como prever novas crises: novos vírus ou uma crise climática, dado o aquecimento global.

Sendo o Brasil uma das maiores economias do mundo, ficamos reféns de máscaras e respiradores que eram freneticamente fabricados na China. Universidades – a UPM foi uma delas – desenvolveram pesquisas e construíram novos e mais baratos tipos de respiradores para uso nos hospitais.

Construir a Escola Americana foi um desafio. Educar mantendo a tradição e a inovação é desafiador. E o mundo pós-pandemia, em praticamente todas as áreas, será permeado de pequenos e grandes desafios. A vida na cidade de São Paulo e no *campus* voltará ao normal, mas que esse processo seja repleto de novos conhecimentos e novas práticas e atitudes. O Mackenzie não se calou ou omitiu-se nesses 150 anos e, por isso, encarará os desafios do presente e do futuro.

## Referências

- ARRUDA, M. A. *Metrópole e cultura: São Paulo no meio do século XX*. Bauru: Edusc, 2001.
- CARDOSO, F. H. Condições sociais da industrialização: o caso de São Paulo. In: CARDOSO, F. H. *Mudanças sociais na América Latina*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969. p. 186-198.
- COHN, G. Problemas da industrialização no século XX. In: MOTA, C. G. (org.). *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- FERNANDES, F. Caracteres rurais e urbanos na formação e desenvolvimento a cidade de São Paulo. In: FERNANDES, F. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Global, 2008. p. 180-206.
- FRÚGOLI JÚNIOR, H. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações*. São Paulo: Cortez Editora/Edusp, 2000.
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

<sup>2</sup> Conforme dados disponibilizados pela BBC New Brasil em 24 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56186900>. Acesso em: 26 fev. 2021.

- HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss, 2001.
- KERR, F.; FIGUEIREDO, J. *Mackenzie: tradição e pioneirismo na educação*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2004.
- RELATÓRIO ANUAL 2019 – Institucional & Sustentabilidade. *Instituto Presbiteriano Mackenzie*, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.mackenzie.br/transparencia/relatorio-anual/>. Acesso em: 14 nov. 2020.
- SOUZA, D. P. de. PIB da cidade de São Paulo equivale à soma de 4.305 municípios brasileiros. *Agência IBGE Notícias*, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26397-pib-da-cidade-de-sao-paulo-equivale-a-soma-de-4-305-municipios-brasileiros#:~:text=PIB%20da%20cidade%20de%20S%C3%A3o%20Paulo%20equivale%20C3%A0%20soma%20de%204.305%20munic%C3%ADpios%20brasileiros,-Editoria%3A%20Estat%C3%ADsticas%20Econ%C3%B4micas&text=Com%2010%2C6%25%20de%20participa%C3%A7%C3%A3o,%2C3%25%20das%20cidades%20brasileiras>. Acesso em: 18 out. 2020.
- SP EM MAPAS. *Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade*, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.investe.sp.gov.br/sp-em-mapas/>. Acesso em: 10 nov. 2020
- TOLEDO, R. P. de. *A capital da solidão: uma história de São Paulo das origens até 1900*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- TOLEDO, R. P. de. *A capital da vertigem: uma história de São Paulo de 1900 a 1954*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
- WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

6

**TENDÊNCIAS DA INDÚSTRIA,  
COMÉRCIO E SERVIÇOS  
PARA OS PRÓXIMOS  
150 ANOS**

---

*Dimária Silva e Meirelles*

## 6.1 Incerteza e a dinâmica dos negócios

A análise do futuro é considerada uma das tarefas mais desafiadoras e questionáveis, mesmo hoje, diante de tantas informações e instrumentos ou ferramentas para processá-las. A principal razão é que pensar o futuro, principalmente o longuíssimo prazo, é pensar a incerteza. Conforme colocado por Frank Knight (1964), a incerteza é fundamentalmente diferente do risco, pois não é quantificável, não há uma série histórica dos eventos de modo a se calcular probabilisticamente a eventualidade da sua ocorrência ou não.

Em condições de incerteza, os eventos passados não são a bússola para o futuro. Os eventos futuros podem ser totalmente diferentes do passado e, por isso mesmo, exigem pensar múltiplas possibilidades, não necessariamente aquelas contidas nas séries históricas. Os grandes navegadores, mesmo diante da incerteza, utilizavam mapas, esboços fictícios do além-mar. Ora, se não podemos mapear o desconhecido com precisão, fica a pergunta: é possível fazer um esboço dos próximos 150 anos?

Quando se trata de pensar as tendências da indústria, comércio e serviços para os próximos 150 anos, exige-se a utilização de teorias que permitam pensar com maior fundamentação a dinâmica dos negócios. Em primeiro lugar, o que é dinâmica? Como pensar a dinâmica dos negócios?

A literatura de estratégia, notadamente de viés neoschumpeteriano, define dinâmica, especificamente a dinâmica dos negócios, como situações nas quais há rápidas mudanças tecnológicas e de mercado, com efeitos de *feedback* sobre as firmas (TEECE; PISANO; SHUEN, 1997). Mas o que determina a mudança tecnológica e de mercado? E como se dão os efeitos de *feedback* da dinâmica tecnológica e de mercado sobre as firmas? Como explicar que algumas empresas, mesmo dominando a fronteira tecnológica, desistiram ou abandonaram suas invenções, não viram utilidade imediata dessas ferramentas? Exemplos emblemáticos são a HP com o *mouse*, que depois foi incorporado pela Apple em seus microcomputadores, e, mais recentemente, a Nokia com a invenção do primeiro *smartphone*.

A resposta a esses questionamentos constitui a proposta de *framework* teórico apresentada neste capítulo. Em linhas gerais, propõe-se aqui que a análise da dinâmica dos negócios é uma combinação de dois conceitos importantes: paradigma tecnológico (DOSI, 1982; VON TUNZELMANN *et al.*, 2008) e valor (SILVA E MEIRELLES, 2019). Essa articulação constitui o ciclo do valor de uma nova tecnologia.

### 6.1.1 Paradigmas tecnológicos

Quando observamos a história, identificamos uma série de invenções que surgiram aleatoriamente, como a penicilina, resultado de um erro de laboratório. Algumas até não apresentavam aplicações práticas de mercado, por exemplo, o gravador de voz inventado por Edison. Diante dessa aparente aleatoriedade, seria a mudança tecnológica uma variável exógena, incerta e, portanto, impossível de parametrização?

Em seu artigo seminal sobre paradigma tecnológico, Dosi (1982) nos dá uma resposta interessante para identificar algumas variáveis explicativas para o fenômeno da mudança tecnológica. Segundo o autor, as invenções tecnológicas seguem um processo de busca e solução de problemas definido pelo paradigma tecnológico vigente. Semelhantemente ao conceito de paradigma científico ou programa de pesquisa propostos, respectivamente, por Kuhn (1962) e Lakatos (1978), no âmbito da filosofia da ciência, Dosi (1982, p. 148), define paradigma tecnológico como “um modelo ou padrão de solução de problemas tecnológicos selecionados”.

Assim como a evolução da ciência normal segue um roteiro, uma direção, tanto de questões quanto de respostas, que definem um determinado paradigma científico, Dosi (1982) propõe que a evolução tecnológica segue uma trajetória natural, definida a partir de um repertório de questões e de como encontrar respostas a essas questões, com base em princípios selecionados das ciências naturais, bem como tecnologias materiais selecionadas. Nesse sentido, o desenvolvimento tecnológico consiste na atividade de solução de problemas definidos pelo repertório de conhecimento existente.

De acordo com Dosi (1982), a identificação de um paradigma tecnológico envolve diversos aspectos, como:

- tarefas genéricas às quais a tecnologia se aplica;
- materiais selecionados;
- propriedades físico-químicas exploradas;
- *trade-offs* entre determinadas dimensões tecnológicas e econômicas, como preço ou custo e desempenho técnico.

A reunião desses aspectos configura o paradoxo inerente à definição de paradigma: exclusão e progresso. De um lado, um paradigma se define pela seleção de problemas e formas circunscritas de solução. Essa seleção inclui tanto fatores científicos e tecnológicos quanto econômicos e institucionais. De

outro, ao mesmo tempo que um paradigma circunscreve problemas e soluções, abre-se espaço para a identificação de novos, ou seja, para o progresso.

Uma vez que as dimensões tecnológicas e econômicas dos problemas são definidas, uma ideia de progresso se estabelece ao longo de uma trajetória tecnológica. Conforme definido por Dosi (1982, p. 154), “o conceito de progresso se define na medida em que os *trade-offs* são solucionados”. Sempre que uma trajetória tecnológica é muito poderosa, no sentido do melhor equacionamento do *trade-off* tecnológico e econômico, normalmente é difícil mudar de uma trajetória para outra. Esse é o caso, em particular, do paradigma da energia com base no petróleo, que atravessa séculos.

A visão dos paradigmas como um conjunto de problemas e ferramentas articuladas para a identificação de soluções nos leva a pensar em ciclos tecnológicos bem definidos, com fronteiras tecnológicas específicas, demarcando espaços possíveis de atuação, tanto de cientistas quanto de empresários e consumidores. Mudanças contínuas são frequentemente associadas ao processo evolutivo natural ao longo de uma trajetória tecnológica, em que se assume que o mercado é o direcionador da evolução tecnológica. Entretanto, a seleção de determinado paradigma nem sempre segue um critério de progresso contínuo, ou seja, de comparação de níveis de superioridade tecnológica entre uma trajetória e outra.

Há múltiplos fatores intervenientes em múltiplos níveis do processo de seleção de determinado paradigma. Fatores institucionais e sociais são também importantes mecanismos de seleção, tanto em cada trajetória tecnológica quanto entre trajetórias tecnológicas alternativas, como é o caso da própria ação das políticas públicas de governo, notadamente via programas espaciais e militares. Além disso,

variáveis mais específicas atuam nesse processo seletivo, como os interesses econômicos das organizações envolvidas nas atividades de P&D relativas às novas fronteiras tecnológicas, onde se inclui a sua história tecnológica e suas áreas de expertise (DOSI, 1982, p. 155).

Na análise dos caminhos evolutivos seguidos pelas indústrias de equipamentos eletrônicos e de informática, ao longo das décadas de 1940 a 1990, Chandler Jr. (2002) ilustra como em todo processo de emergência e consolidação de uma nova tecnologia há empresas líderes que desempenham um papel importante na definição dos rumos da indústria.

Na indústria de produtos eletrônicos industriais e de consumo (gravação, rádio e televisão), a Radio Corporation of America (RCA), uma *joint venture* de três empresas americanas líderes na produção de equipamento elétrico e de telecomunicações, e a alemã Telefunken, uma *joint venture* entre as duas maiores produtoras da Europa, lideraram a comercialização de rádios na década de 1930 e, mais tarde, a de televisores nas décadas de 1940 e 1950. Em seguida, nas décadas de 1960 e 1970, essa liderança é substituída pelas japonesas Matsushita e Sony, e a holandesa Philips, com uma renovada base de aprendizagem. A esse conjunto de primeiros jogadores e seus desafiadores bem-sucedidos, o autor denomina “empresas centrais”, ou empresas primárias. Elas abrem caminhos de aprendizagem com seus produtos primários. Algumas empresas podem inclusive abrir mais de um caminho, como é o caso da IBM na indústria de equipamentos de informática (*mainframe*, microcomputadores, periféricos e serviços). O *mainframe* (Sistema 360/370) e o microcomputador na indústria de computadores foram produtos primários da década de 1970, originados da aplicação de um dispositivo eletrônico ao seu processador de cartões perfurados em 1954 (CHANDLER JR., 2002).

Olhar para o passado e identificar os paradigmas tecnológicos e as lideranças a eles associadas é tarefa relativamente fácil. A questão crucial que se coloca é: “como um paradigma emerge e como ele é preferido por outros?” (DOSI, 1982, p. 153). Mais ainda, como garantir a liderança tecnológica definindo os rumos de um setor? A resposta a essas questões exige uma visão integrada de tecnologia e valor.

### 6.1.2 Ciclo do valor de uma nova tecnologia

A tecnologia é apenas uma das dimensões da dinâmica dos negócios. Em vários episódios da história da tecnologia, controvérsias surgidas no âmbito tecnológico foram resolvidas pela ousadia de alguns empreendedores. Exemplo emblemático é a controvérsia entre corrente contínua e corrente alternada no início do século XX, protagonizada por Thomas Edison e Nikola Tesla<sup>1</sup>.

A proposta de abordagem teórica aqui defendida para analisar as tendências da indústria, comércio e serviços é que existe um elo entre paradigma tecnológico (DOSI, 1982) e ciclo do valor (SILVA E MEIRELLES, 2019). O início de um novo paradigma tecnológico é marcado por problemas e soluções

1 Ver o filme *A batalha das correntes*, de 2017.

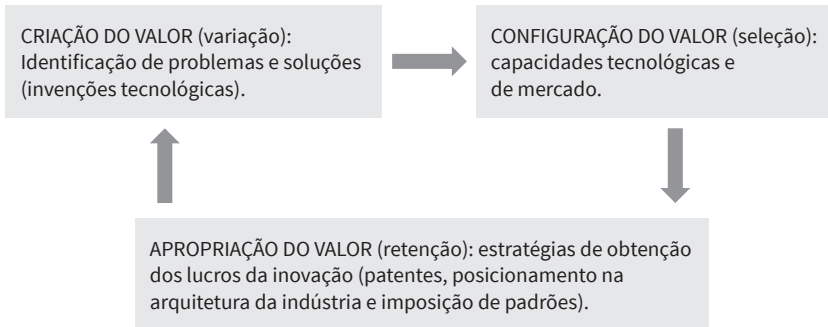


parcialmente definidos. Em uma ação integrada entre ciência e estratégia, envolvendo tanto cientistas quanto empreendedores, um conjunto de invenções disputa o mercado.

À medida que os esforços de inovação apresentam eficácia na solução dos problemas identificados, criando efetivamente valor, um conjunto de capacidades tecnológicas e de mercado é selecionado. Todavia, a criação do valor nem sempre implica captura do valor. É a disputa no mercado, definida, sobretudo, por estratégias competitivas das empresas líderes, visando a apropriação do valor, que definirá os rumos do setor.

Essa dinâmica dos negócios define um ciclo do valor de uma nova tecnologia. Como se pode observar na Figura 1, esse ciclo é composto por etapas de criação do valor (definida pelo conjunto de invenções tecnológicas emergentes), configuração do valor (definida pelo conjunto de capacidades tecnológicas e de mercado selecionadas) e apropriação do valor (definida pelas estratégias competitivas de obtenção dos lucros da inovação).

**Figura 1** – Ciclo do valor de uma nova tecnologia



**Fonte:** Elaborada a partir de Silva e Meirelles (2019).

Como “criadoras e depositárias de conhecimentos organizacionais”, as empresas líderes da nova tecnologia em geral não são iniciantes, mas sim empresas estrangeiras ou domésticas com conhecimento técnico e domínio de processos de produção e distribuição em outros setores. Elas lançam as bases de aprendizagem que, com as receitas disponíveis para investir na expansão e melhoria de suas instalações e pessoal, criam poderosas barreiras de entrada, dificultando o sucesso das várias iniciativas concorrentes, de modo que apenas “um pequeno número de desafiantes tem sucesso em desenvolver bases de aprendizagem

comparáveis” (CHANDLER JR., 2002, p. 19). Por isso, a história da tecnologia é associada à “história das estruturas industriais associadas àquela tecnologia” (DOSI, 1982, p. 247). À medida que um paradigma tecnológico se consolida, há um processo de concentração de mercado, ou seja, emergem oligopólios ou monopólios de empresas a ele associadas.

A partir de capacidades tecnológicas e de atendimento de mercado, específicas de cada produto vendido, aprendidas e incorporadas em uma estrutura organizacional, os gerentes das grandes empresas definem os caminhos da aprendizagem de uma nova indústria desde os seus primórdios (CHANDLER JR., 2002). Entretanto, é curioso observar que quase sempre as empresas inovadoras (*first movers*) perdem para as imitadoras.

Em seu artigo seminal sobre como lucrar com uma inovação, Teece (1986) identifica que a apropriação dos lucros da inovação é resultado da combinação de três dimensões:

- regime de apropriabilidade: definido pela natureza da tecnologia e da eficácia dos mecanismos legais de proteção (patentes, *copyrights* e segredos industriais);
- fase do paradigma tecnológico: pré-paradigmática (*design* do produto e do processo de fabricação indefinido) ou paradigmática (*design* dominante, escala e aprendizagem, capital especializado);
- estrutura de governança dos ativos complementares: equipamentos e matérias-primas; comercialização e distribuição, serviços e tecnologias complementares, como serviços financeiros e pesquisadores especializados.

O regime de apropriabilidade, ou mesmo a fase do paradigma, são dimensões em que há pouco espaço de ação das empresas. É na estratégia relativa à estrutura de governança dos ativos complementares, seja pela via externa (mercado), interna (hierarquia) ou das parcerias (forma híbrida), que a empresa pode influenciar os ganhos com a inovação.

Via de regra, o processo de liderança tecnológica não se faz isoladamente, e sim por meio do desenvolvimento de parcerias e relacionamentos com empresas de suporte, fornecedoras dos ativos complementares (TEECE, 1986). Essas empresas de suporte tanto podem ser grandes quanto pequenas e médias, mas raramente serão as empresas principais (CHANDLER JR., 2002).

A articulação desse conjunto de empresas e os respectivos ativos complementares constitui o que Jacobides, Knudsen e Augier (2006) denominam arquitetura da indústria. Saber se posicionar na arquitetura da indústria, constituindo uma base de aprendizagem integrada, tendo como referência uma

estrutura de governança eficiente dos ativos complementares necessários para a implementação das oportunidades tecnológicas, é o que define o sucesso dos primeiros jogadores, pois permite a obtenção de vantagens que ocasionarão barreiras de entrada no futuro, ou seja, garantirão a apropriação do valor.

Portanto, o ciclo de uma nova tecnologia se completa a partir da consolidação de estratégias eficazes de criação, configuração e apropriação do valor. Conforme apresentado a seguir, o fluxo de tecnologias, produtos e serviços associados e o valor agregado resultante são a base analítica aqui proposta para avaliar as tendências da indústria, comércio e serviços para os próximos 150 anos.

## **6.2 Os próximos 150 anos: do século digital aos avanços na inteligência artificial**

À medida que novas tecnologias são desenvolvidas, novos horizontes se abrem para o desenvolvimento de novos negócios, inaugurando um novo ciclo do valor. A questão que se coloca, portanto, para a identificação das tendências tecnológicas para os próximos 150 anos é: será que temos as bases inventivas de um novo paradigma tecnológico? Como as empresas estão rascunhando o futuro, explorando novas tecnologias em uma perspectiva de base de aprendizagem integrada, de modo a constituir um novo ciclo do valor?

A tecnologia é um conjunto de peças de conhecimento, de forte conteúdo tácito, que inclui tanto diretrizes práticas quanto teóricas, métodos, procedimentos, dispositivos físicos e equipamentos. Essa natureza fluida e desarticulada do conhecimento torna difícil, a princípio, a identificação dos contornos de um paradigma tecnológico na sua fase inicial, marcada por alta complexidade e controvérsias em relação ao resultado esperado (DOSI, 1982).

O processo que marca o início de um novo paradigma tecnológico é caracterizado por uma série de dúvidas. Há apenas uma vaga noção do que se espera encontrar, portanto, há mais questões que respostas. Sempre que um paradigma tecnológico muda, é necessário praticamente começar do zero as atividades de identificação e solução de problemas. Nesse sentido, é preciso analisar a combinação de múltiplos fatores (científicos, econômicos e institucionais), além das próprias questões não resolvidas nas trajetórias tecnológicas correntes (DOSI, 1982).

Em uma perspectiva evolucionária, o tempo é fator-chave para compreender a dinâmica, seja da tecnologia, seja dos negócios. Conforme o recorte temporal, podemos não ver a articulação entre tecnologias, mas parte das soluções

encontradas em determinados paradigmas abrem caminho para novos problemas que podem inaugurar novos paradigmas. Nesse processo, fundamentos básicos teóricos continuam valendo, e até mesmo ganham força à medida que ferramentas mais avançadas entram em cena. Exemplo emblemático é a evolução do motor dos carros. Do motor a combustão do final do século XIX ao início do XX, passando pelo motor a injeção eletrônica de meados do século XX e o motor elétrico deste início de século XXI, podemos notar que o problema fundamental de locomoção continua o mesmo, o que mudou foram as soluções. De sensores atrelados ao motor, evoluímos para ferramentas mais precisas de controle do próprio ato de condução do veículo. A partir de sensores alocados ao longo de todo o veículo, é possível um monitoramento completo (vide o carro autônomo da Tesla).

As duas últimas décadas do século XIX e o início do século XX criaram as “bases para o século industrial” a partir de um conjunto de inovações tecnológicas básicas: o dínamo produtor de eletricidade, o telefone transmissor de voz a distância, o motor de combustão interna que moveu carros e aviões, e as novas tecnologias químicas que permitiram os avanços de insumos e materiais, como silicone, alumínio e plásticos, utilizados em uma variedade de produtos, bem como uma ampla gama de drogas terapêuticas (CHANDLER JR., 2002, p. 27).

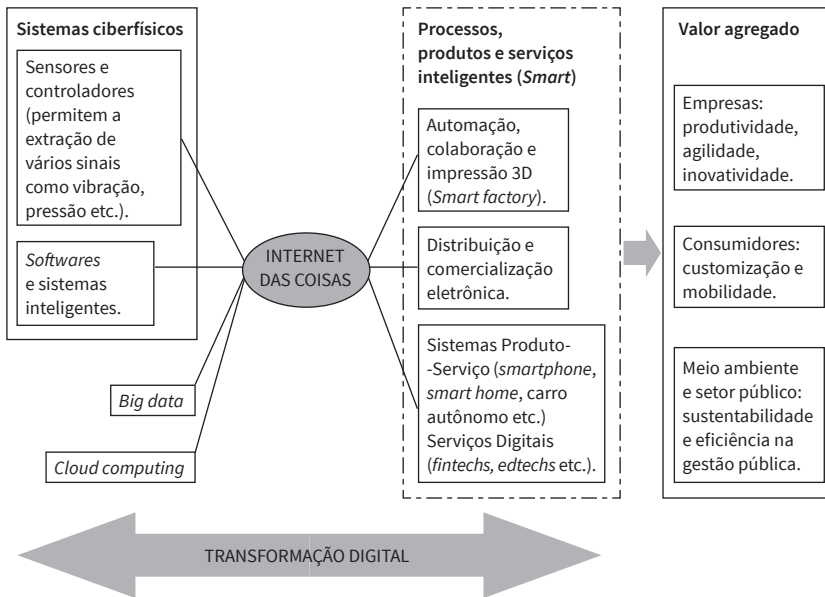
Ainda no início do século XX, emergem as bases para a configuração do século eletrônico, envolvendo os setores de produtos eletrônicos de consumo e computadores. Essencialmente, foram as invenções de quatro dispositivos eletrônicos inter-relacionados que lançaram as bases do novo paradigma: a válvula a vácuo, o transistor, o circuito integrado e o microprocessador (CHANDLER JR., 2002, p. 28).

O final do século XX e o início do século XXI foram marcados por um conjunto de inovações que sinalizam para um século digital, fundamentado na composição de tecnologias de suporte à transformação digital (Sistemas ciberfísicos; *Big Data*; *Cloud Computing* e *internet*), associada a um conjunto de produtos e serviços inteligentes (*smart*) geradores de alto valor agregado (Figura 2).

O conjunto integrado de componentes físicos e de *software* e sistemas inteligentes, inter-relacionados em múltiplos níveis e de múltiplas formas, tanto espacial quanto temporalmente, constitui os sistemas ciberfísicos (do inglês, *Cyber-Physical Systems* (CPS)). Via de regra, os CPS envolvem um canal de comunicação para transmissão de dados, necessário para o monitoramento e controle dos recursos físicos, pois os eventos no mundo físico devem estar refletidos no mundo ciber (sensores e controladores). São sistemas que oferecem a integração entre computação, redes e processos físicos, podendo ser aplicados

em vários domínios: aviação, energia, distribuição de água, transporte, saúde, moradia, educação, monitoramento ambiental, entre outros (KHAITAN; MCCALLEY, 2014).

**Figura 2** – Tecnologias, produtos e serviços e valor agregado no século digital



- Estágios da transformação digital:
- 1) Digitalização de processos.
  - 2) Integração em uma plataforma (entrega eletrônica).
  - 3) Construção de um ecossistema digital.

**Fonte:** Elaborada pela autora.

O termo *Big Data* refere-se ao conjunto de informações, sejam elas empresariais, geradas pelos sensores das máquinas, ou sociais (DIJCKS, 2013). Essa massa ampla de informações tem como características principais três dimensões: volume, variedade e velocidade (LEE, 2017). Já a computação em nuvem (*Cloud Computing*) é um modelo de acesso amplo e compartilhado a um pool de recursos e serviços de computação (redes, servidores, armazenamento, aplicativos e serviços) que podem ser rapidamente provisionados e lançados com mínimo esforço de gestão ou interação do provedor de serviços (SCHWERTNER, 2017).

A combinação de CPS, *Big Data* e *Cloud Computing* é também descrita como a *internet* industrial. À medida que esses dispositivos se articulam a objetos e atividades com consumidores em um ambiente digital via *internet*, por meio de dispositivos móveis, configura-se a *Internet* das Coisas (do inglês, *Internet of Things* (IoT)).

O *IoT* é o grande salto esperado para a consolidação do século digital. De um lado, os dispositivos permitem a transmissão de dados em alta velocidade, volume e variedade (como texto, vídeo, imagens e dados de sensores). De outro, o alto volume de dados gerados é retroalimentado com a expansão do *e-commerce*, das mídias sociais e dos bilhões de dispositivos de computação conectados à *internet* e sensores (LEE; LEE, 2015).

O resultado desse conjunto de tecnologias permite tanto a intensificação da automação das fábricas (*smart factory*) quanto a oferta de uma série de produtos e serviços inteligentes, de uso intermediário ou para consumo final: energia (*smart grids*), transporte (carro autônomo), moradia (*smart homes*), saúde (telemedicina) e de infraestrutura pública (*smart cities*). Por sua vez, esse conjunto de processos, produtos e serviços inteligentes resulta em alto valor agregado tanto para empresas, por meio de maior produtividade e agilidade (redução de estoques, do tempo de espera e de troca de turnos), quanto para consumidores, via customização e mobilidade, e a sociedade como um todo, via sustentabilidade (redução de desperdício, menor consumo de água e energia) e melhor gestão pública (manutenção e *design* inteligente de infraestrutura urbana).

O século digital promove um novo ciclo do valor. De um lado, ao quebrar barreiras entre pessoas, negócios e coisas, é possível criar outros produtos e serviços e encontrar novas formas mais eficientes de fazer as coisas (SCHWERTNER, 2017). De outro, empresas que já nascem digitais adquirem escala de forma bem mais rápida que as empresas tradicionais ou *incumbents*. Conforme destaca o relatório do *World Economic Forum* (2016), enquanto as empresas do *ranking Fortune* levaram cerca de 20 anos para adquirir uma capitalização de mercado de US\$ 1 bilhão, a Google conseguiu em oito anos, e outras, como Uber, Snapchat e Xiaomi, conseguiram em três ou menos. Esse dinamismo tem resultado em um movimento de aceleração da transformação digital tanto na indústria quanto no comércio e nos serviços, promovendo uma mudança dos limites setoriais, e, por conseguinte, redefinindo as fronteiras da competição.

### 6.2.1 Indústria: da automação à indústria 4.0

A combinação de CPS e IoT, com as pressões de demanda, constitui a Indústria 4.0, também denominada indústria de alto valor agregado (*high value added*). É uma combinação de duas direções de desenvolvimento: *technology push* (mecanização e automação; digitalização e rede; miniaturização) e *demand-pull* (encurtamento do período de inovação; individualização/customização; flexibilidade de produto e de produção; descentralização do processo decisório; eficiência de recursos). De um lado, acentua-se a tendência de máquinas inteligentes, com redes de sensores e controladores, atreladas a *softwares* e sistemas inteligentes, capazes de respostas rápidas e adaptativas às demandas de um mercado exigente e dinâmico (LASI *et al.*, 2014). De outro, o uso crescente de tecnologia da informação e das redes sociais tem influenciado fortemente a percepção dos consumidores sobre inovação, qualidade, variedade e rapidez de entrega de produtos (LEE; KAO; YANG, 2014).

A Indústria 4.0 tem sido o foco de vários planos de governo, notadamente em países como Estados Unidos, Alemanha, França, Reino Unido, Coreia do Sul, China, Japão e Singapura. Além disso, está presente nos planos de várias empresas, como o Consórcio de Internet Industrial, composto por AT&T, Cisco, General Electric, IBM e Intel, bem como nas iniciativas de várias grandes empresas, como Siemens, Hitachi, Bosch, Panasonic, Honeywell, Mitsubishi Electric, ABB, Schneider Electric e Emerson Electric (LIAO *et al.*, 2017).

Em recente levantamento feito pela McKinsey (BETTI; BOER; GIRAUD, 2020), cerca de 54 empresas de vários setores, notadamente automobilístico, óleo e gás, farmacêutica e eletrônicos, já apresentam avanços significativos em direção à Indústria 4.0, ou a digitalização completa da cadeia de valor (do inglês, *end to end* (E2E)).

Na indústria automobilística, o carro está se transformando em um grande orquestrador de dados. Como resultado, diferentes tipos de empresas passam a fazer parte da cadeia produtiva, mudando o perfil do setor. Um novo ecossistema de exploração de oportunidades se forma na indústria, envolvendo mais de 150 *startups* (FERRÁS-HERNÁNDEZ; TARRATS-PONS; ARIMANY-SERRAT, 2017).

Mas, seriam as tecnologias ligadas à transformação digital definidoras de um novo paradigma? Inovar e competir melhor (redução do tempo e dos recursos) não é *breakthrough*. Na verdade, observa-se uma combinação de novos materiais com a transformação digital, como o grafeno e todos os outros materiais oriundos da nanociência ou nanotecnologia. Juntas, essas tecnologias

estão proporcionando avanços no armazenamento de energia e podem constituir uma nova Revolução da Energia nos próximos 50 anos.

**Quadro 1** – Empresas de manufatura avançada (Indústria 4.0)

<b>EMPRESAS</b>	<b>SETORES</b>
Zymergen	Biotecnologia
DCP Midstream, Saudi Aramco, Modec	Petróleo e gás
Phoenix Contact, Siemens Industrial	Automação industrial
Unilever, Procter & Gamble	Bens de consumo
Fast Radius with UPS	Manufatura digital (aditiva)
AGCO	Equipamento agrícola
Danfoss, Hitachi, Sandvik Coromant	Equipamentos e ferramentas industriais
Tata Steel, Posco, Baoshan Iron & Steel	Siderurgia
Arçelik, Midea, Haier	Eletrodomésticos
Schneider Electric, Rold	Componentes elétricos
Johnson & Johnson Vision, Johnson & Johnson, DePuy, GE Healthcare	Medicina diagnóstica
Infineon, Micron	Semicondutores
BMW Group, Bosch, Ford Otosan, Renault, Foton Cummins, Saic Maxus	Automobilístico
Bayer, Novo Nordisk, GSK, Johnson & Johnson	Farmacêutico
Petrosea	Mineração
Nokia, Foxconn Industrial	Eletrônico e <i>internet</i>
Alibaba	Vestuário
Petkim	Químico

**Fonte:** World Economic Forum (2020).



A combinação de baterias mais eficientes e o acesso à rede de distribuição de energia, via *smart grids*, amplia o mercado de energia solar, mas também a geração de energia em geral, permitindo a escalabilidade da geração distribuída.

Por fim, ressalta-se que o uso da nanotecnologia, combinado ao uso da impressão 3D, e a transformação digital, podem revolucionar a manufatura como um todo. A digitalização completa da fabricação 3D e o processamento de materiais, das moléculas até a macroestrutura, proporcionarão, por exemplo, a construção de equipamentos e instalações no espaço. Os avanços recentes na *rocket science*, capitaneados pela empresa Space X, sinalizam nessa direção.

## 6.2.2 Comércio: das plataformas digitais à IoT

A capacidade aprimorada de *streaming* de dados dos dispositivos conectados, que acelera a velocidade dos dados (LEE, 2017), combinada aos rápidos avanços no *cloud computing*, na conectividade móvel e na inteligência artificial (IA), promovem a revolução da plataforma digital (WIRTZ, 2019) e sinalizam para o avanço da *internet* das coisas no varejo (GREGORY, 2015).

A tendência é uma convergência das indústrias rumo a um ecossistema digital em que a experiência do usuário é completa (E2E). Os ecossistemas compreendem múltiplos *players* que oferecem múltiplas soluções, tudo em um mesmo canal digital. As relações contratuais e comerciais entre esses *players*, sejam elas escritas, sejam digitais, definem também os meios de pagamento, ampliando os serviços prestados, bem como os limites da firma.

Grandes plataformas, como a americana Amazon, a japonesa Rakuten Ichiba ou mesmo a chinesa Tencent, iniciaram no varejo *on-line* e passaram a ofertar serviços de *cloud computing*, logística, mídia social, turismo e até mesmo serviços financeiros (ATLURI; DIETZ; HENKE, 2017).

A pergunta que se coloca é: será o fim do varejo físico? A resposta dos especialistas é não, até porque as pessoas continuarão a passear nos *shoppings* e lojas de bairro. A questão é que os limites entre os setores se diluem, a competição ganha outro perfil, com novos desafios tanto do ponto de vista da conquista do consumidor, tendo em vista a transparência dos preços e a redução de custos de mudança (ATLURI; DIETZ; HENKE, 2017), mas também importantes desafios do ponto de vista da configuração e apropriação do valor, desafios que passam por uma definição eficiente da estrutura de governança dos ativos complementares (TEECE, 2018; GAWER, 2020).

### 6.2.3 Serviços: da transformação digital à IA

O setor de serviços vem incorporando uma série de tecnologias da informação habilitadoras da transformação digital, desde leitores de códigos de barra e infraestrutura de comunicação até desenvolvimento de robôs para atendimento ao cliente final.

*Softwares* de automatização em geral integram elos da cadeia produtiva por meio da captura, consolidação e interface de informações. Nos serviços de logística destacam-se os *softwares* de comunicação eletrônica e troca de informação (do inglês, *Electronic Data Interchange* (EDI)), bem como os *softwares* de automatização dos armazéns (*Warehouse Management System* (WMS)) e transporte (*Transport Management System* (TMS)). Nos serviços de educação, destacam-se as plataformas de ambiente virtual de aprendizagem (*Learning Management System* (LMS)), os objetos de aprendizagem, materiais didáticos digitais, como vídeo, sons, animações, entre outros (SILVA E MEIRELLES *et al.*, 2016).

Juntas, essas tecnologias habilitam as atividades de serviço ao *status* de serviços mediados pela tecnologia, eliminando a necessidade da colocalização física de consumidores e prestadores de serviço (SCHUMANN; WUNDERLICH; WANGENHEIM, 2012). A consolidação dessa tendência se verifica no rápido crescimento de *startups* que se apoiam em uma plataforma digital para oferecer serviços a distância, nos mais variados segmentos: financeiro (*fintechs*), educação (*edtechs*), saúde (*healthtechs*), direito (*legaltechs*), entre outros.

À medida que a transformação digital avança, as empresas de indústria passam a ofertar serviços, inaugurando um movimento de servitização (FRANK *et al.*, 2019). Destacam-se no momento empresas como Dell (serviço de suporte remoto); Daimler (serviço *car to go*), Whirlpool (manutenção de eletrodomésticos), General Electric (projetos de engenharia), Mercedes-Benz (serviço de aluguel de carros), General Motors (serviços OnStar), John Deere (fabricação e uso de maquinário agrícola) e Michelin Truck Tires (serviço de monitoramento).

Mas o grande salto tecnológico esperado para as próximas décadas ocorreu no campo da IA. Definida como a capacidade de um sistema de interpretar dados externos corretamente para aprender com esses dados (*machine learning* (ML)) e usar esses aprendizados para atingir objetivos e tarefas específicas por meio de adaptação flexível (HAENLEIN; KAPLAN, 2019), a IA tem sido utilizada por várias empresas para melhorar e ofertar novos serviços.

Além dos algoritmos de *self learning*, a IA dá escala e velocidade às empresas de serviço. Empresas tradicionais já estão utilizando a IA, como a Netflix,

que usa a IA para recomendar (*thumbnails*) e produzir filmes para clientes; ou o JP Morgan, que utiliza IA na avaliação de risco em serviços financeiros. Além disso, um amplo conjunto de *startups* nasce a partir de algoritmos, como a Meero, que utiliza IA e ML para agilizar a edição de fotos, ao mesmo tempo que atua como um mercado de fotógrafos em todo o mundo.

### 6.3 A revolução do conhecimento: rumo a um novo paradigma tecnológico

A transformação digital, alavancada pela própria pandemia da Covid-19, vivenciada no início da segunda década do século XXI, reforça que este será um século digital. Mas, apesar de essas tecnologias parecerem ser a fronteira no momento, na verdade elas estão relacionadas às invenções da metade do século passado, como é o caso dos CPS e dos sistemas inteligentes, mais conhecidos recentemente como IA.

A IA é definida como uma combinação de algoritmos e informação, inspirados na natureza. Pode ser classificada em três tipos:

- sistemas simbólicos, que é a replicação do fluxo lógico de decisão humana a partir do processamento de símbolos;
- robótica (automação);
- *deep learning*, considerado o de maior potencial de inovação.

Como uma tecnologia genérica (do inglês, *General Purpose Technology* (GPT)) ou um método de invenção para usos gerais, a IA tem efeitos esperados em vários campos do conhecimento, em várias tecnologias (COCKBURN; HENDERSON; STERN, 2019). Os avanços na IA podem constituir o grande salto “ferramental” de que precisávamos para articular paradigmas anteriores, redefinindo fronteiras da ciência e do conhecimento.

Podemos estar à beira de uma mudança profunda no paradigma tecnológico, mas ainda estamos na fase mais “turva” do processo. O domínio de conhecimentos ou especialistas necessários para a identificação e solução dos problemas ainda está em construção. Falta conexão entre múltiplos sistemas, em especial para compreender o problema. Uma vez identificado o problema, leva-se bastante tempo para treinar a máquina para solucioná-lo, envolvendo desafios primários como a coleta de dados e o uso (interpretação) desses dados. Por isso mesmo, uma aposta inicial é no setor público, em que há um volume

elevado de informação e com potencial de impacto do ponto de vista das soluções de problemas sociais, como saúde e lixo. No caso da saúde, por exemplo, o reconhecimento de padrões no teleatendimento, ou mesmo o uso de indicadores clínicos para idosos, pode resultar em tratamentos antecipados, notadamente no que se refere às doenças degenerativas.

Não é possível dizer *a priori* qual será o paradigma emergente nos próximos 150 anos, porém, pode-se afirmar com certeza que os avanços na IA, combinados aos usos de novos materiais, resultarão em uma grande onda do conhecimento. Novos problemas, emergentes do entrelaçamento de diferentes campos do conhecimento, por meio do uso da IA, resultarão em um novo ciclo do valor. Habilidades híbridas resultantes ampliarão oportunidades tanto na indústria quanto em comércio e serviços. Ao mesmo tempo, desafios importantes se apresentam na exploração dos ganhos dessas oportunidades.

O saldo final do desenvolvimento que marca a consolidação de um novo paradigma tecnológico é uma combinação de múltiplos processos que se interconectam em uma longa e intrincada arquitetura do valor. Visualizar os rumos do ciclo do valor e saber se posicionar, desenvolvendo capacidades dinâmicas e flexibilidade, é a grande habilidade dos empreendedores de sucesso.

A solução para a crescente complexidade do conhecimento nessa fase de transição paradigmática tem se dado por meio da colaboração entre empresas, via constituição de ecossistemas de inovação, ou a denominada inovação aberta. Nesse sentido, cabe destacar o papel da universidade como orquestradora de uma base integrada de aprendizagem, como é o caso das cooperações científico-tecnológicas realizadas pela Universidade Mackenzie no âmbito do MackGraph.

No entanto, mais importante que a colaboração em pesquisas, a universidade deve continuar exercendo um papel fundamental na evolução da ciência: a transferência de conhecimento e a preservação do método científico. A IA pode ser uma excelente ferramenta de inovação, mas deve ser vista apenas como mais uma opinião, tanto na seleção quanto no processamento de dados. Só conseguiremos surfar nessa grande onda do conhecimento se não perdermos os fundamentos do pensamento crítico, em especial do ponto de vista ético; caso contrário, estaremos fadados a perder todo o conhecimento acumulado, ou seja, tradição e pioneirismo, marca da Universidade Mackenzie.

## Referências

- ATLURI, V.; DIETZ, M.; HENKE, N. Competing in a world of sectors without borders. *McKinsey Quarterly*, Washington, Jul. 2017. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/business-functions/mckinsey-analytics/our-insights/competing-in-a-world-of-sectors-without-borders>. Acesso em: 26 fev. 2021.
- BETTI, F.; BOER, E.; GIRAUD, Y. The fourth Industrial Revolution and manufacturing's great reset. *McKinsey & Company*, Washington, Sept. 2020. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/business-functions/operations/our-insights/the-fourth-industrial-revolution-and-manufacturings-great-reset>. Acesso em: 26 fev. 2021.
- CHANDLER JR., A. D. *O século eletrônico: a história da evolução da indústria eletrônica e de informática*. Amsterdã: Elsevier, 2002.
- COCKBURN, I. A.; HENDERSON, R.; STERN, S. The impact of artificial intelligence on innovation. In: AGRAWAL, A. K.; GANS, J.; GOLDFARB, A. *The economics of artificial intelligence: an agenda*. Chicago: The University of Chicago Press, 2019. p. 115-146.
- DIJCKS, J. P. *Oracle: big data for the enterprise*. Oracle White Paper, Jun. 2013. Disponível em: <http://www.oracle.com/us/products/database/big-data-for-enterprise-519135.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2021.
- DOSI, G. Technological paradigms and technological trajectories: a suggested interpretation of the determinants and directions of technical change. *Research Policy*, California, v. 11, n. 3, p. 147-162, 1982.
- FERRÀS-HERNÁNDEZ, X.; TARRATS-PONS, E.; ARIMANY-SERRAT, N. Disruption in the automotive industry: a Cambrian moment. *Business Horizons*, Colorado, v. 60, p. 855-863, 2017.
- FRANK, A. G.; MENDES, G. H. S.; AYALA, N. F.; GHEZZI, A. Servitization and Industry 4.0 convergence in the digital transformation of product firms: a business model innovation perspective. *Technological Forecasting & Social Change*, Amsterdam, v. 141, p. 341-351, 2019.
- GAWER, A. Digital platforms' boundaries: the interplay of firm scope, platform sides, and digital interfaces. *Long Range Planning*, Amsterdam, Sept. 2020. DOI: 10.1016/j.lrp.2020.102045
- GREGORY, J. The internet of things: revolutionizing the retail industry. *Accenture*, 2015. Disponível em: <https://www.slideshare.net/BernieSaenzPMP-CSMITI/accenturetheinternetofthings>. Acesso em: jan. 2021.

- HAENLEIN, M.; KAPLAN, A. A brief history of artificial intelligence: on the past, present, and future of artificial intelligence. *California Management Review*, California, v. 61, n. 4, p. 5-14, 2019.
- JACOBIDES, M. G.; KNUDSEN, T.; AUGIER, M. Benefiting from innovation: value creation, value appropriation and the role of industry architectures. *Research Policy*, California, v. 35, p. 1200-1221, 2006.
- KHAITAN, S. K.; MCCALLEY, J. Design techniques and applications of cyber-physical systems: a survey. *IEEE Systems Journal*, Canada, v. 9, n. 2, p. 1-16, 2014.
- KNIGHT, F. *Risk, uncertainty and profit*. New York: Sentry Press, 1964.
- KUHN, T. S. *The structure of scientific revolutions*. Chicago: University of Chicago Press, 1962.
- LAKATOS, I. *The methodology of scientific research programmes*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- LASI, H.; FETTKE, P.; KEMPER, H-G.; FELD, T.; HOFFMAN, M. Industry 4.0. *Bus Inf Syst Eng*, Wiesbaden, v. 6, n. 4, p. 239-242, 2014.
- LEE, I. Big data: dimensions, evolution, impacts, and challenges. *Business Horizons*, Indiana, v. 60, p. 293-303, 2017.
- LEE, I.; LEE, K. The Internet of Things (IoT): applications, investments, and challenges for enterprises. *Business Horizons*, Indiana, v. 58, p. 431-440, 2015.
- LEE, J.; KAO, H.; YANG, S. Service innovation and smart analytics for Industry 4.0 and big data environment: proceedings of the 6th CIRP Conference on Industrial Product-Service Systems. *Procedia CIRP*, Cincinatti, v. 16, p. 3-8, 2014.
- LIAO, Y.; DESCHAMPS, F.; LOURES, E. F. R.; RAMOS, L. F. P. Past, present and future of Industry 4.0: a systematic literature review and research agenda proposal. *International Journal of Production Research*, Abingdon, v. 55, n. 12, p. 3609-3629, 2017.
- SCHUMANN, J.; WUNDERLICH, N. V.; WANGENHEIM, F. Technology mediation in service delivery: a new typology and an agenda for managers and academics. *Technovation*, Los Angeles, n. 32, p. 133-143, 2012.
- SCHWERTNER, K. Digital transformation of business. *Trakia Journal of Sciences*, Zagora, v. 15, n. 2, p. 388-393, 2017.
- SILVA E MEIRELLES, D. S. e. Business mModel and strategy: in search of dialog through value perspective. *RAC – Revista de Administração Contemporânea*, Maringá, v. 23, n. 6, p. 786-806, 2019.

- SILVA E MEIRELLES, D. S. e; THOMAZ, J. C.; SANTOS, L.C. *et al.* *Tecnologia e competências tecnológicas em serviços: um estudo exploratório*. Relatório de pesquisa. São Paulo: Mackpesquisa: Fapesp, 2016.
- TEECE, D. Profiting from innovation in the digital economy: enabling technologies, standards, and licensing models in the wireless world. *Research Policy*, Amsterdam, v. 47, n. 8, p. 1367-1387, 2018.
- TEECE, D. Profiting from technological innovation: implications for integration, collaboration, licensing and public policy. *Research Policy*, v. 15, n. 6, p. 285-305, 1986.
- TEECE, D.; PISANO, G.; SHUEN, A. Dynamic capabilities and strategic management. *Strategic Management Journal*, California, v. 18, n. 7, p. 509-533, 1997.
- VON TUNZELMANN, N.; MALERBA, F.; NIGHTINGALE, P.; METCALFE, S. Technological paradigms: past, present and future. *Industrial and Corporate Change*, Oxford, v. 17, n. 3, p. 467-484, 2008.
- WIRTZ, B. W. *Digital business models: concepts, models, and the alphabet case study*. Switzerland: Springer, 2019.
- WORLD ECONOMIC FORUM. *Global lighthouse network: four durable shifts for a great reset in manufacturing*. White Paper. In collaboration with McKinsey & Company. Sept. 2020. Disponível em: <https://www.weforum.org/whitepapers/global-lighthouse-network-four-durable-shifts-for-a-great-reset-in-manufacturing>. Acesso em: 26 fev. 2021.
- WORLD ECONOMIC FORUM. *World Economic Forum White Paper Digital Transformation of Industries*. In collaboration with Accenture. Digital Consumption. Jan. 2016. Disponível em: <https://reports.weforum.org/digital-transformation/wp-content/blogs.dir/94/mp/files/pages/files/dti-digital-consumption-white-paper.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2021.

# POSFÁCIO

---

*Claudio Parisi*



A história da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) e, especificamente, da Escola de Engenharia (EE) e do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) e suas relações com a cidade de São Paulo não deve ser vista e revista apenas pelo prazer de historiar e ler. Estudar a história permite-nos a melhor compreensão do significado do que somos hoje e, também, a orientação para um futuro que será cada vez mais incerto e frágil. Talvez não como no século XIX, em que a fragilidade da vida era consequência das limitações de recursos, conhecimentos científicos e tecnologias, mas para pensarmos sobre os novos desafios e a importância de contribuirmos para a criação de um mundo mais sustentável e justo, com o aproveitamento das oportunidades geradas pela rápida transformação digital e com maior ênfase no respeito às pessoas e ao meio ambiente, para deixarmos um legado virtuoso para as próximas gerações, como fizeram os missionários presbiterianos George e Mary Ann Annesley Chamberlain. Nesse contexto, a obra *Indústria, comércio e economia: 150 anos de Mackenzie e a cidade de São Paulo* é completa, contemplando o passado, o presente e, com ousadia ímpar, ensaiando o futuro: 300 anos de Mackenzie!

A primeira reflexão que faço após a leitura desta obra é sobre a essência da evolução social e econômica de uma comunidade: a sua capacidade de transformar pessoas e ser transformada por elas porque está aberta ao mundo. De uma capital de província com uma população em torno de 30 mil habitantes em 1870 para a cidade mais populosa da América do Sul, com mais de 12 milhões de habitantes. De um casal de missionários presbiterianos americanos que iniciou em sua casa a Escola Americana e que se tornaria uma das mais importantes universidades do Brasil. Tão rápido quanto o crescimento de São Paulo foi o crescimento do Mackenzie, contribuindo sem dúvida para a história da cidade.

Agora essa cidade cosmopolita desafia a Universidade a buscar maior protagonismo global para contribuir mais intensamente para a solução de seus problemas sociais e econômicos. O ciclo do crescimento populacional está se encerrando; talvez a população paulistana pare de crescer a partir de 2040 e a compreensão do impacto dessa tendência demográfica é fundamental para o posicionamento do Mackenzie e, conseqüentemente, do CCSA. Faz-se necessário continuar aberto ao mundo, interpretar e dar significado aos novos contextos sociais e empresariais para continuamente qualificar e diferenciar melhor o ensino, a pesquisa e a extensão para transformar pessoas que modificarão não só a cidade de São Paulo, mas impactarão a grande aldeia global, com foco em inovação e solução de problemas sociais e econômicos relevantes.

Manter os valores e princípios que constituíram o Mackenzie, atrair e reter novos talentos humanos e valorizar a pesquisa serão imperativos para continuar essa trajetória de sucesso. É nesse cenário que analiso a situação atual e ensaio propor uma situação futura desejada para o CCSA da UPM.

Trata-se da maior unidade acadêmica atual da nossa Universidade: acolhe em torno de 9 mil alunos e algumas centenas de professores para desenvolvimento das atividades de ensino de graduação, pós-graduação *stricto sensu*, especialização e educação executiva, além das atividades de pesquisa e extensão. A situação atual é fruto de ações que aproveitaram a conjuntura favorável de crescimento do setor de educação superior que se delineou a partir de meados da década de 1990, com a expansão da graduação no País e pela valorização por parte das empresas de colaboradores com formação diferenciada, contribuindo para o desenvolvimento de programas de pós-graduação *lato sensu*. Nesse período, nossa unidade acadêmica já dispunha dos cursos de graduação em Ciências Econômicas (a origem do CCSA), Ciências Contábeis e Administração, além de cursos de pós-graduação *lato sensu*.

Para atender às demandas por docentes pela expansão da graduação e da educação executiva, iniciou-se o *stricto sensu* com a pós-graduação em Administração de Empresas no final do século XX, contribuindo também com a pesquisa acadêmica. Já no século XXI, mas ainda nesse contexto e com o propósito de qualificar profissionais para o mercado, surgem os programas profissionais, primeiro com a pós-graduação em Controladoria e Finanças Empresariais, em 2007 e, mais recentemente, os programas profissionais em Administração em Desenvolvimento de Negócio e Economia e Mercados. Hoje o CCSA oferece dois cursos de doutorado e quatro cursos de mestrado nas modalidades acadêmica e profissional.

A evolução do *stricto sensu* não ocorreu somente pela formação de mestres e de doutores para atender à demanda por professores, mas também com a maior inserção nacional e internacional da pesquisa acadêmica. Como, por exemplo, foi realizado em 2020 com a organização do PPGA em conjunto com o Center for Advancement of Public Integrity (Capi) da Columbia University, de Nova York, o ciclo de debates “Pesquisa e estudo sobre corrupção e organizações”. Deve-se ir além da publicação acadêmica de alto impacto. É necessário pesquisar os grandes problemas da sociedade e discutir os seus resultados com personalidades e entidades nacionais e internacionais. Avalio a proposta dos programas profissionais de um novo paradigma de pesquisa aplicada com o uso do método intervencionista, aproximando a academia e as organizações por meio da identificação de problemas organizacionais relevantes e a proposição

e implantação de soluções inovadoras como uma abordagem que contribuirá com o maior protagonismo do CCSA.

Além da expansão em todos os níveis do Ensino Superior, ocorreu o desenvolvimento de uma nova modalidade: o Ensino a Distância (EaD) para cursos tecnólogos e para pós-graduação *lato sensu*, além de oportunizar a disponibilização de cursos livres do Mackenzie para a sociedade. O uso da tecnologia cria a possibilidade de uma educação sem fronteiras, ampliando os limites de atuação da nossa unidade e permitindo alcançar pessoas que não teriam acesso à educação superior de qualidade ou a possibilidade de constante atualização sem a necessidade de deslocamentos ou da rigidez de horários.

As atividades de extensão ocorrem de forma intensa e das mais diferentes formas, integrando docentes, discentes e agentes externos com o propósito de produzir grande impacto social. Como exemplos, projetos realizados recentemente no CCSA – capacitação para a certificação de facilitadores ao fomento do empreendedorismo ao jovem empreendedor do Centro Paula Souza e reinclusão social de residentes do sistema prisional brasileiro por meio da educação superior – são ações diferenciadas na nossa extensão e inspiradoras de novas ações. São contribuições diretas para assegurar a inserção social e reduzir a grave desigualdade que assola a sociedade.

A criação do Centro Mackenzie de Liberdade Econômica também contribuiu para a evolução do CCSA, formado inicialmente por professores e pesquisadores da nossa unidade. Esse é um tema importante e caro para a sociedade brasileira – infelizmente, o País encontra-se entre os últimos colocados no *ranking* de liberdade econômica. Pode-se facilmente comprovar esse desempenho sofrível pela dificuldade de se empreender e, principalmente, pela fraca trajetória de crescimento econômico, cujas consequências não só econômicas, mas sobretudo sociais, são devastadoras. Trata-se de um tema transversal com potencial para fomentar pesquisas em economia, administração (empreendedorismo) e contabilidade em um contexto de maior multidisciplinaridade, como direito e outras áreas de conhecimento da Universidade.

Há grande contribuição do CCSA para a atual reitoria do Mackenzie. Vários talentos do seu quadro docente assumiram posições relevantes e de grande responsabilidade, como pró-rectores e coordenadores-gerais. Entre as ações e os projetos em curso para a evolução da UPM, o projeto de aprendizagem transformadora (*transformative learning*) merece destaque pela liderança de nossos docentes, pela pesquisa desenvolvida no PPGA e, também, pela importância na adequação de metodologia de ensino e de conteúdo para atender à formação do novo profissional demandado pelas organizações. Hoje apenas a excelência

da capacitação técnica não é mais suficiente para assegurar o sucesso – é necessário desenvolver as *soft skills* (habilidades comportamentais e competências).

Para melhor compreensão da situação futura desejada para o CCSA, é essencial entender os impactos da transformação digital e da pandemia que atingiu o mundo a partir de 2020 e suas consequências para a sociedade em geral e para a educação. Anterior aos efeitos da pandemia, a transformação digital já era uma realidade e também um grande desafio e oportunidade para o Ensino Superior, não somente para o desenvolvimento do EaD, mas para a revisão e atualização dos conteúdos das disciplinas e metodologias dos programas de graduação em Administração, Ciências Contábeis e Economia, e de novas competências relacionadas à Ciência de Dados, além da oportunidade de pesquisa e do fomento de soluções para as empresas que operam no ambiente da indústria 4.0 e de temas emergentes para os cursos de educação executiva.

Mas a realidade pandêmica acelerou o uso de tecnologia na educação e não poderia ser diferente no CCSA. Em 2020, rapidamente os cursos presenciais passaram a ser *on-line* em todos os níveis. Algumas novas oportunidades surgiram, como a maior interação e internacionalização do *stricto sensu* por meio de aulas *on-line*, com participação de docentes e discentes de outras universidades brasileiras e estrangeiras, o uso de *webinars* para seminários e palestras, produzidos tanto para a sociedade em geral quanto para profissionais de administração, contabilidade e economia, e também para acadêmicos, com participação de professores de renomadas universidades estrangeiras. Além disso, a transformação digital impactou as demais rotinas acadêmicas e administrativas com trabalho remoto, realização de bancas de TCC, qualificação e defesa de mestrado e doutorado em ambientes mediados por tecnologia. As pesquisas realizadas pela reitoria para avaliar as ações executadas para o enfrentamento da pandemia concluíram que houve uma rápida adaptação à nova realidade, com a manutenção da qualidade do ensino e dos processos de pesquisa. Devemos reconhecer os esforços de toda a nossa comunidade pelos bons resultados.

Ao ampliar essa discussão e alcançar a sociedade em geral, preocupa-me que o impacto final da pandemia, somado à transformação digital, resulte no agravamento do quadro de desigualdade social existente e persistente no Brasil, principalmente porque a situação fiscal atual deve limitar ainda mais a capacidade do Estado para o combate da desigualdade por meio de programas de renda mínima, melhoria dos serviços públicos de saúde, moradia e de educação. A escassez de educação de qualidade afeta a produtividade e limita o desenvolvimento econômico. Trata-se de uma oportunidade para as universidades se aproximarem da sociedade e, em parceria com outras instituições e

organizações, assumirem o protagonismo na proposição de soluções (intencionalmente no plural) para esse problema complexo.

Os temas que ensinamos e pesquisamos no CCSA têm muito a contribuir com as soluções dos problemas da nossa sociedade, mas precisamos procurar novos modelos e canais que gerem maiores impactos sociais e econômicos, além de atrair e reter mais talentos docentes e discentes. Nesse contexto, a situação futura desejada é que o CCSA seja transformado em uma Escola de Negócios, com maior reconhecimento e inserção nacional e internacional e, para isso, precisamos desenvolver parcerias com as principais escolas de negócios do mundo, estar mais próximos das organizações e abertos à sociedade.

Reconheço que o caminho trilhado ao longo das últimas sete décadas, desde a constituição da Faculdade de Ciências Econômicas, foi virtuoso e vitorioso, mas ele por si só não é garantia de sucesso futuro em um mundo cada vez mais incerto e complexo, portanto, frágil e ansioso por novidades. Por outro lado, não tenho dúvidas de que tanto a UPM como o CCSA já identificaram os fatores críticos que devem nortear as nossas decisões e ações para atingirmos a situação futura que desejamos.

Visualizo que, nos próximos dez anos, para o CCSA ser competitivo, recriaremos algumas vezes nossos cursos e programas, seja pela incorporação da abordagem da aprendizagem transformadora, seja para desenvolver novas temáticas e disciplinas decorrentes da transformação digital, criar novos ambientes e métodos de aprendizagem mais focados na experiência prática do aluno do que em aulas convencionais, maior vivência internacional de docentes e discentes, ampliando e qualificando as alternativas de dupla titulação, além de aprimorarmos constantemente os conteúdos das disciplinas técnicas, assegurando a formação e a contínua evolução de um profissional mais completo e comprometido com a sociedade. Devemos também melhorar a gestão da aprendizagem, ter o acompanhamento de forma ágil do desempenho de cada aluno, auxiliando-o no que for necessário para o seu desenvolvimento e criando condições para melhorar o desempenho dos nossos cursos nas avaliações públicas.

Experimentaremos novas formas de cursos, como a adequação das formações presenciais em híbridas, que iniciaremos com o curso de Ciências Contábeis para Graduados, e a manutenção de algumas abordagens que foram desenvolvidas emergencialmente na pandemia, mas que devem ser aprimoradas e utilizadas ao longo dos próximos anos: programas de educação executiva *on-line*, realização de bancas em ambientes digitais, entre outras. Também está na pauta o desenvolvimento de novos modelos de negócios fundamentados em

parcerias universidade-empresas, como a graduação dual, que é tradicional nas universidades alemãs, em que o graduando inicia seu curso em conjunto com o trabalho em uma empresa, seja como estagiário, seja como colaborador. Nesse modelo, as empresas patrocinam, integral ou parcialmente, a graduação, possibilitando o aumento da captação de talentos humanos que não teriam acesso à educação superior de qualidade. É um modelo em que a universidade precisa entender e interpretar adequadamente as necessidades atuais e futuras das organizações para revisitar continuamente o conteúdo de seus cursos. Entendo ainda ser uma oportunidade para os discentes que querem fazer um curso na área de negócios e economia em período integral, uma vez que na realidade brasileira atual esses cursos são oferecidos, preferencialmente, no período noturno. O CCSA busca viabilizar em breve essa proposta em parceria com a Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha para um curso de graduação em Ciências Contábeis Dual.

A melhoria do portfólio de cursos em EaD do CCSA possibilitará maior inserção nacional e internacional (nos países de língua portuguesa e de brasileiros expatriados) da UPM. Cabe pesquisar o mercado e viabilizar cursos de bacharelado para regiões que são pouco atendidas atualmente e que não representem conflito de interesse com os cursos de graduação presenciais, além de educação executiva tanto para cursos abertos como para soluções *in company*. A modalidade híbrida integra sinergicamente as soluções de EaD e presenciais, criando um cenário para análise e decisão de investimento em tecnologias para educação que viabilizará mais projetos de transformação digital pelo aumento da utilidade da tecnologia para o ensino. Oportunamente, também deverá ser avaliada a possibilidade de programas de *stricto sensu* em EaD e, quem sabe, contribuir para a formação de mestres e doutores nas regiões brasileiras pouco atendidas por essa modalidade de pós-graduação.

A expectativa quanto à educação executiva presencial do CCSA é que seja desenvolvida a partir de um processo constante de inovação de conteúdo, métodos e formas para atender às demandas das empresas e a formação continuada dos profissionais. Seus diferenciais devem ser providos por meio do conteúdo produzido pela pesquisa desenvolvida no *stricto sensu*, pela maior integração do CCSA com as outras unidades acadêmicas da UPM (por exemplo, Engenharia, Direito, Computação e Informática, entre outras), pelas parcerias com as melhores escolas de negócios do mundo, possibilitando experiência internacional aos discentes, e parcerias com profissionais de grande reconhecimento em suas áreas de atuação. Também devem ser trabalhados cursos *in company* focados em projetos para solução de problemas organizacionais.

Acredito que a melhoria da pesquisa desenvolvida no CCSA passa pelos seguintes fatores: aprofundamento dos temas que já são pesquisados, melhoria da integração da pesquisa entre graduação e *stricto sensu*, aproximação do CCSA com as organizações e captação de temas e problemas que limitam o desenvolvimento econômico e social do País e das organizações. Além disso, a intensificação da transferência de seus resultados para a sociedade por meio da extensão e da pesquisa deve ter efeito prático na melhoria do ensino de graduação e de educação executiva.

Como algumas possibilidades de pesquisa que já são desenvolvidas, devemos:

- intensificar as pesquisas em finanças em um momento único de baixas de taxas de juros, com possibilidade de contribuir mais intensamente para a melhoria da eficiência da gestão financeira das empresas, para o desenvolvimento do mercado financeiro no País e para o aprimoramento da educação financeira das pessoas desde a Educação Básica;
- aproveitar as oportunidades das pesquisas desenvolvidas no Centro Mackenzie de Liberdade Econômica em conjunto com o programa profissional de Economia e Mercados e propor a reformulação de diversas legislações e marcos regulatórios que atrasam o desenvolvimento econômico, e ampliar e tornar permanente a análise da situação econômica dos diversos setores produtivos do Brasil, propondo ações para o aumento da produtividade e eficiência de seus agentes;
- aprofundar a pesquisa sobre a gestão da regulamentação, tema que afeta o desempenho e o desenvolvimento das organizações, limitando a criação de valor para os seus diferentes *stakeholders*;
- intensificar a pesquisa em empreendedorismo e fomentar o desenvolvimento de novos negócios para mackenzistas e a comunidade empresarial, que contribua com maior prosperidade e inserção social das pessoas e das famílias pela valorização da livre iniciativa;
- estimular a pesquisa intervencionista na busca de inovação na solução de problemas organizacionais relacionados à Controladoria, Contabilidade e Finanças, entre outras alternativas.

Nota-se que essas ações de pesquisa deverão gerar integração entre o CCSA e as organizações, mas o grande desafio é ampliar o seu impacto social e transferir o conhecimento gerado pelas pesquisas à sociedade, por meio de projetos de extensão que atenderão direta ou indiretamente (por meio de parcerias) as classes sociais desassistidas e as micro e pequenas empresas, complementando

a formação das pessoas, ajudando no desenvolvimento de negócios e, consequentemente, na geração de novos empregos e renda.

Sem dúvida, a materialização da situação futura desejada dependerá muito da competência e dedicação de nossos docentes e discentes. Mas se fomentarmos a parceria com os egressos mackenzistas, sejam do CCSA, sejam de outras unidades acadêmicas, para trilharmos juntos esse caminho, com certeza alcançaremos resultados além daqueles que almejamos. O egresso é o que, historicamente, entregamos de melhor para a sociedade. E a sua opinião e participação, para contribuímos de forma mais incisiva na solução dos problemas sociais, são fundamentais. Precisamos ampliar os canais de relacionamento, aumentar as ações e incentivar o desenvolvimento das mais diferentes formas de interação dos egressos com o CCSA. Um passo importante é ampliar a comunicação com eles, ouvi-los e convidá-los a participar dos projetos e ações que serão desenvolvidos ao longo dos próximos anos.

Por fim, em um ambiente tão volátil e de tantas oportunidades, não sei o que os futuros contadores, administradores, economistas e tecnólogos em gestão formados pelo CCSA ao longo dos próximos anos farão em 2030 ou 2040, quais questões e desafios enfrentarão, mas espero que a formação obtida na UPM seja um diferencial e que eles possam contribuir com a construção de um novo mundo, muito mais justo e melhor que o atual.

Uma obra que conta, registra e interpreta uma história feita por pessoas que serviram com paixão à educação para transformar a sociedade paulistana e brasileira só poderia ser escrita por mestres, na acepção da palavra. Agradeço a todos os autores dos capítulos da obra comemorativa dos 150 anos do Mackenzie, os professores Daniel Carvalho de Paula, Osvaldo Ramos Tsan Hu, Antônio Gonçalves de Mello Junior, Nelson Destro Fragoso, Sérgio Silva Dantas, Paulo Rogério Scarano, Agostinho Celso Pascalicchio, Rodrigo Augusto Prando e Dimária Silva e Meirelles. A todos, nossa eterna gratidão.

Saúdo todos os docentes, discentes, egressos e colaboradores que construíram e constroem as histórias da EE e do CCSA.

Parabéns, Mackenzie, por seus 150 anos!





# POSFÁCIO

---

*Marcos Massi*

Este livro faz um apanhado de duas unidades que tiveram e têm uma grande importância na história do Mackenzie. Com uma ampla contextualização histórica do Brasil, em especial da cidade de São Paulo, são apresentados aspectos da indústria, comércio e economia do País até 1870, o ano em que se iniciaram as atividades do Mackenzie. São citados fatos marcantes, entre os quais a importância das incursões bandeirantes no desenvolvimento da cidade de São Paulo, além da malfadada tentativa de aclamação de Amador Bueno como rei em 1640.

Importante salientar a relevância histórica do século XVII na prosperidade da Vila de São Paulo, que se tornou um centro de articulação entre o litoral e os serros mineiros, ligando Santos e São Vicente aos vilarejos onde se encontravam as jazidas. Com cerca de 3 mil habitantes, em janeiro de 1711, a Vila de São Paulo de Piratininga foi elevada ao *status* de cidade, ampliando ainda mais sua participação no comércio transatlântico de *commodities*.

Ainda no século XVII foi construída a Calçada do Lorena (1792), uma importante obra de infraestrutura ligando São Paulo a Santos, e fundada a Casa de Ópera do Pateo do Collegio (1765), primeiro teatro da cidade.

Conforme relatado, após a Independência, fatos marcantes continuaram a ocorrer em São Paulo, como a criação da primeira biblioteca pública da província (1825). Em 1827, começa a circular o primeiro jornal da cidade (1827), *O Farol Paulistano*. Em 1928 são inauguradas as faculdades de Direito de São Paulo e de Olinda.

No Segundo Reinado, o de d. Pedro II, essas mudanças foram aceleradas com novas obras públicas e edificações, modernizando a cidade, como o Mata-douro Municipal (1853) e o Mercado Municipal (1867). Destaque é dado à participação do café na economia do município, bem como ao início da imigração em massa de estrangeiros para São Paulo, entre os quais o casal de missionários protestantes presbiterianos George e Mary Ann Annesley Chamberlain, que fundaram em sua casa o embrião da Escola Americana, do Instituto Presbiteriano Mackenzie, sua Universidade, faculdades e colégios.

Foi retratado também o desenvolvimento da indústria, do comércio e da economia da cidade de São Paulo, respectivamente, no período entre 1870 e 2020. Os principais avanços na indústria de São Paulo nesse período, inclui parte da trajetória da Escola de Engenharia do Mackenzie.

Um breve relato sobre o processo de abolição da escravidão e da Proclamação da República foi apresentado. E um descritivo sobre o início da industrialização da cidade, que teve uma fábrica de tecidos como sua primeira indústria, em 1872, expõe a importância e o desenvolvimento industrial em São Paulo.

Paralelamente, existe uma sucinta apresentação sobre os primórdios do Mackenzie, cuja escola comandada pela missionária Mary Ann Annesley Chamberlain permitia classes mistas, sem distinção de sexo, religião e cor. A fama da Escola Americana atraiu a atenção do imperador d. Pedro II, levando-o a fazer uma visita em 1878 e a realizar uma doação pessoal.

O crescimento industrial do Brasil, e sobretudo de São Paulo, tiveram por consequência natural a necessidade de mão de obra especializada, ou seja, era essencial instalar escolas e faculdades técnicas no Brasil. Relata-se também a importância do processo de migração nessa industrialização, sendo apresentada, por exemplo, a evolução do número de italianos que chegaram a São Paulo entre 1886 e 1916, quando esses migrantes totalizavam 37% da população da cidade.

A produção de café no estado de São Paulo foi o principal marco que desencadeou a construção da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, inaugurada em 1867, e que permitiu reduzir o tempo de transporte do café de três a quatro semanas para alguns dias.

Nesse cenário, onde era imperativo a criação de novos cursos técnicos, principalmente os ligados à chamada Engenharia Ferroviária, é que, influenciado por artigos publicados por José Bonifácio, o advogado norte-americano John T. Mackenzie destinou, em seu testamento, uma considerável parte de sua fortuna a um empreendimento educacional a ser instalado em São Paulo. A Escola Americana, gerida pela Igreja Presbiteriana Norte-Americana, foi escolhida para administrar a doação, e assim foi criada, em 1896, a Escola de Engenharia Mackenzie.

Foi possível conhecer os cursos ministrados na Escola de Engenharia, sendo que alguns foram descontinuados, seguindo as necessidades do mercado tecnológico. A Engenharia Civil (1896) foi o curso pioneiro, tendo como primeiros formandos os engenheiros Alexandre M. Cococci e Alexandre M. Orecchia, cujos diplomas foram emitidos em 23 de agosto de 1900.

Em 1916 foi criado o curso de Química Industrial, que mais tarde passou a se chamar Engenharia Química. Esses cursos foram os precursores dos cursos de Bacharelado e Licenciatura em Química, que iniciaram suas atividades em 1950.

Em 1917 teve início na Escola de Engenharia o curso de Engenheiros-Arquitetos, precursor da Faculdade de Arquitetura Mackenzie, estabelecida em 1947, que desde então tem notório destaque nacional e internacional pelas obras arquitetônicas de seus egressos.

Já em 1918, formou-se a primeira turma do curso de Engenharia Mecânica-Elétrica, precursora dos cursos de Engenharia Elétrica e de Engenharia Mecânica.

O curso de Engenharia Metalúrgica foi introduzido em 1962, com o objetivo de contribuir para a crescente demanda da área siderúrgica. Em 1992, esse curso foi unificado com o de Engenharia Química, dando origem ao curso de Engenharia de Materiais.

Estando em consonância com as mudanças e necessidades do setor industrial brasileiro, em 2003 foi implantado o curso de Engenharia de Produção, sendo esse o mais novo curso da Escola de Engenharia.

Uma curiosidade é saber que também fez parte da história da Escola de Engenharia o curso de Engenharia Aeronáutica (1932), que, apesar de ter sido o primeiro no Brasil, não teve turmas formadas, devido ao fato de essa habilitação não ser reconhecida à época.

Pode-se afirmar com muita tranquilidade que os egressos desses cursos fizeram e fazem parte do corpo de funcionários das principais empresas situadas na cidade de São Paulo, cuja lista e breve histórico são apresentados neste livro.

Esse processo contínuo das novas necessidades na cidade de São Paulo e, por que não dizer, também do Brasil e do mundo, faz com que a Escola de Engenharia seja sempre demandada em trazer para seus muros o que há de mais avançado em pesquisa e desenvolvimento. Além de grandes parcerias com universidades de diversos países, há o investimento constante em laboratórios, o que permite desenvolver pesquisa de ponta em variados espectros das áreas das engenharias. A ideia é sempre trazer progresso ao País e à cidade de São Paulo sem perder o foco no desenvolvimento dos alunos, o que também é obtido por meio das ligas acadêmicas, empresas juniores e estágios. Essas experiências permitem que ainda nos bancos da universidade o aluno tenha uma vivência prática de mercado, saindo preparado para atuar com maestria, mantendo o foco na ética em seus processos de decisão.

Ao pensarmos em estudos avançados, a Engenharia também traz dois programas de mestrado e doutorado, um em Engenharia Elétrica e Computação e o segundo em Engenharia de Materiais e Nanotecnologia. Mantendo em seus quadros professores de extrema competência técnica e profissional, reconhecidos mundialmente, investe-se em pesquisas de vanguarda, como os laboratórios de grafeno, que são de última geração e que amparam pesquisas em produtos que serão globalmente utilizados em alguns anos e que representarão uma mudança significativa nas áreas da indústria, dos serviços, da energia e da medicina.

Por fim, há um exercício difícil de se fazer, a projeção sobre a indústria, comércio e serviços para os próximos 150 anos de nossa história. Iniciando com algumas invenções que ocorreram ocasionalmente, mas que estão em nossas vidas até a atualidade, a autora faz um relato sobre os paradigmas tecnológicos em seus diversos aspectos.

Em seguida, trata do ciclo do valor de uma nova tecnologia, exemplificando o caso da chamada “controvérsia entre corrente contínua e corrente alternada no início do século XX, protagonizada entre Thomas Edison e Nikola Tesla”. É mencionado que esse ciclo se completa a partir da consolidação de estratégias eficazes de criação, configuração e apropriação do valor.

Finalmente, o livro traz o desafio de pensar os próximos 150 anos, primeiro fazendo recordar que o fim do século XIX e o início do século XX foram bases para o chamado século industrial, e que o século XX deu base para o chamado século eletrônico. Menciona também que o final do século XX e o início do século XXI marcam um conjunto de inovações que sinalizam para um século digital, que inclui sistemas ciberfísicos, *Big Data*, *Cloud Computing* e *internet*, que dão suporte para um conjunto de produtos e serviços inteligentes geradores de alto valor agregado, que já vêm sendo usados na indústria (como a Indústria 4.0), o comércio (na Internet das Coisas) e dos serviços (com a inteligência artificial).

É nesse contexto que o Mackenzie estará inserido nos próximos 150 anos, e certamente desempenhará com excelência sua missão, sempre baseada no lema “Tradição e Pioneirismo”, alicerçados na dedicação de seus gestores, docentes e discentes, que com coragem, resiliência e valores religiosos continuarão a colaborar para o estabelecimento de uma sociedade mais justa e equalitária.

As Engenharias continuarão a representar um papel importante nessa história, quem sabe com cursos que ainda são desconhecidos atualmente, mas que serão necessários e com certeza entrarão nesse universo de desenvolvimento e inovação constante.

A todos os diretores, professores, funcionários, alunos e ex-alunos que participaram dessa história, os meus agradecimentos e um convite: participar da missão de escrever os próximos 150 anos.



## **ORGANIZADORES**

### *Nelson Destro Fragoso*

Doutor em Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Membro da comissão técnica do Plano Estadual de Educação Empreendedora do Estado de São Paulo. Membro da diretoria estendida da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec) e do Conselho da Escola de Negócios Sebrae-Etec. Membro do Projeto “Inclusão Social de Residentes do Sistema Carcerário no Ensino Superior” da UPM.

### *Paulo Rogério Scarano*

Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor do Mestrado Profissional em Economia e Mercados e do Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Pesquisador do Centro Mackenzie de Liberdade Econômica.



## AUTORES

### *Agostinho Celso Pascalicchio*

Doutor em Ciências pelo Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Teoria Econômica pela University of Illinois at Urbana – Champaign, Estados Unidos. Representante Internacional pela Escola de Engenharia na Coordenadoria de Cooperação Internacional e Interinstitucional da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Membro do Conselho de Economia da Associação Comercial de São Paulo.

### *Antônio Gonçalves de Mello Junior*

Doutor em Energia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) desde 1977. Coordenador do Curso de Engenharia Mecânica/Mecatrônica de 2001 a 2011 e de 2017 a 2020.

### *Claudio Parisi*

Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP). Diretor do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas (CCSA) da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) e do Centro Mackenzie de Liberdade Econômica.

### *Daniel Carvalho de Paula*

Doutorando em História pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em História pela USP. Professor do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas (CCSA) e do Centro de Educação, Filosofia e Teologia (Ceft) da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM).

### *Dimária Silva e Meirelles*

Doutora em Economia Industrial e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas (CCSA) da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas.

### *Júlio Campos*

Pós-graduado em Educação pelo Instituto Singularidades. Bacharel em Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Vice-presidente de vendas e desenvolvimento de novos negócios da Unilever Brasil e América Latina. Membro Emérito do Board do Capitalismo

Consciente no Brasil, do Conselho do Instituto Ser +, da Enactus Brasil, do Movimento Mulheres do Varejo e líder do Movimento Jovens do Brasil.

*Marcos Massi*

Doutor em Engenharia Elétrica pela Universidade de São Paulo (USP). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq/PQ-Nível: 1D. Docente no curso de Pós-Graduação em Engenharia de Materiais e Nanotecnologia da Escola de Engenharia da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Diretor da Escola de Engenharia da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Assessor *ad-hoc* da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Assessor *ad-hoc* do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

*Oswaldo Ramos Tsan Hu*

Doutor em Engenharia Elétrica pela Universidade de São Paulo (USP). Professor adjunto da Escola de Engenharia da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Atua no curso de Engenharia de Produção.

*Rodrigo Augusto Prando*

Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp-Araraquara). Professor e pesquisador do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas (CCSA) da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM).

*Sérgio Silva Dantas*

Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor e pesquisador da área de Marketing da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), vinculado ao Centro de Ciências Sociais e Aplicadas (CCSA), atuando no curso de Administração.

Este livro foi composto em Source Sans Pro e EB Garamond.